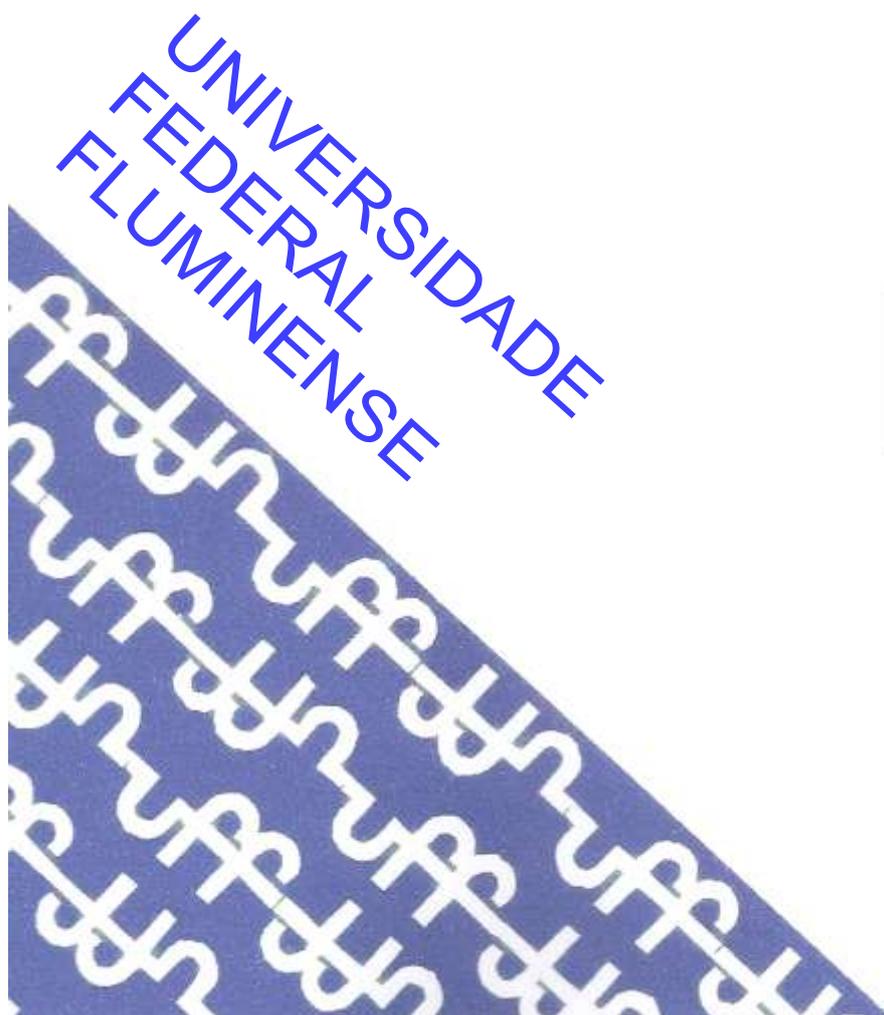


**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**Ademar Bernardes Pereira Junior**

**Assistência Estudantil como política pública na Rede Federal de  
Educação Profissional – O caso do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**



**NITEROI, RJ  
2012**

**ADEMAR BERNARDES PREIRA JUNIOR**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA REDE  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – O CASO DO INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE  
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica de Castro Maia Senna

Niterói/RJ

Julho/2012

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**P436 Pereira Junior, Ademar Bernardes.**

Assistência Estudantil como política pública na Rede Federal de Educação Profissional - o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais / Ademar Bernardes Pereira Junior. – 2012.

119 f.

Orientador: Mônica de Castro Maia Senna.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

Bibliografia: f. 115-119.

1. Brasil. 2. Ensino médio. 3. Ensino técnico. 4. Minas Gerais. I. Senna, Mônica de Castro Maia. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 373.2460981



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ADEMAR BERNARDES PEREIRA JUNIOR**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA REDE FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mônica de Castro Maia Senna (UFF) – Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andréia Clapp Salvador (PUC – RJ) – 1<sup>ª</sup> Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nivia Valença Barros (UFF) – 2<sup>a</sup> Examinadora

Niterói-RJ

Julho/2012

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que infelizmente não conseguiram estudar, que perderam oportunidades de um emprego bem remunerado por não terem conseguido concluir seus estudos devido às dificuldades financeiras. Dedico a todo aquele cujo sonho foi ceifado pelo capitalismo educacional. E dedico ainda àqueles que conseguiram vencer as dificuldades financeiras e intelectuais e conseguiram chegar ao lugar desejado. Incluo-me nesses!

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente ao Deus que está em mim e em você pela inspiração constante de dias melhores, e também:

Agradeço aos meus maravilhosos Pais, Ademar e Mariana, exemplos vivos do maior Amor do mundo, pelo constante incentivo e orações para que eu sempre buscasse o melhor.

À minha maravilhosa irmã, Andréia, meu cunhado Renato e os meus tesouros em forma de sobrinhos Diego e Maria Júlia por me mostrarem que sempre terei vocês em qualquer situação.

Aos meus amigos pela ausência em datas tão especiais por conta dos estudos ao qual tive de dedicar.

Aos colegas servidores do IFSULDEMINAS pela oportunidade de cursar esse Mestrado, pelo carinho dos amigos verdadeiros, torcida e claro pela colaboração dos profissionais nessa pesquisa, a qual agradeço na pessoa da Assistente Social Maira Figueiredo, extensivo a todos os demais profissionais do PAE.

Ao Prof. Dr. Marcelo Simão da Rosa, Pró-Reitor de Ensino do IFSULDEMINAS.

Aos queridos colegas de classe do MINTER pelo apoio, cobranças, risadas, as ótimas companhias nas viagens a Niterói, companhia em congressos, nos bares, etc., valeu a pena!

Aos novos amigos da UFABC – Universidade Federal do ABC por terem me acolhido tão bem em meu novo lar, pelo incentivo e força.

Ao Prof. Dr. Joel Pereira Felipe, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC pelo importante apoio na finalização deste trabalho.

Aos Doutores (as) da UFF João Góis, Nivia Barros Valença, Rita de Cássia Santos Freitas, Lenaura Lobato, e servidores administrativos Luzia Helena de Resende e suas adoráveis colegas.

E claro, meu agradecimento especial a minha orientadora, sem a qual esse estudo não seria viável, a inesquecível Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica de Castro Maia Senna, pelo carinho e pela ótima orientação.

Agradeço também à Professora Dra. Andréia Clapp Salvador da PUC – RJ, pelo aceite em nos avaliar na banca.

Enfim, agradeço àqueles que colaboraram direta ou indiretamente com a conclusão desta caminhada de aprendizado.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo examinar o processo de implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Criado através do Decreto Federal no.7.234/2008 e tendo como foco os estudantes de ensino superior das universidades federais, o PNAES foi estendido aos recém-criados Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no ano de 2010, instituição cujo público-alvo é também constituído por alunos do ensino médio. Para além dessa especificidade, a implantação do PNAES nos Institutos Federais se depara, contudo, com uma série de questões que interferem no desenho local do programa, dentre elas: a estrutura disponível para promover a assistência estudantil; o perfil do corpo discente; as concepções sobre assistência estudantil e as prioridades da gestão de cada instituto. Para abordar a questão, foi feita uma pesquisa de campo no IFSULDEMINAS, envolvendo levantamento documental sobre o programa (legislação, planos e relatórios) e realização de entrevistas com gestores e profissionais diretamente vinculados à implantação do PNAES no IFSULDEMINAS. Os resultados encontrados foram analisados com base nos seguintes eixos: (a) concepções sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil ; (b) critérios e formas de seleção; (c) cardápio de ações e benefícios ofertados pelo PNAES no IFSULDEMINAS; (d) perfil dos estudantes beneficiados; (e) demandas para assistência estudantil no IFSULDEMINAS e (f) avaliação e perspectivas. Conclui-se que o ineditismo das ações do programa caminha *pari passu* à necessidade de aprimorar o programa existente, expandi-lo e preparar avaliações e resultados para que, a partir de uma análise detalhada do processo, possa-se oferecer um programa assistencial que realmente alcance e atenda as necessidades e demandas.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil, Ensino Médio, Beneficiários, Educação Tecnológica.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the implantation of the National Student Assistance Plan (PNAES) at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). The PNAES was created by Federal Decree no.7.234/2008, focusing on higher education students in federal universities. In 2010, it was extended to the newly created Federal Institutes of Education, Science and Technology, an institution whose audience is also consisting of high school students. In addition to this specificity, the implementation of the PNAES is influenced by several issues, such as: the structure available to promote student assistance, the profile of the student body, the conceptions on student assistance and the priorities of the management of each institute. This study considered a field survey in IFSULDEMINAS, involving documentary survey about the program (legislation, plans and reports) and interviews with managers and professionals directly involved in the deployment of PNAES IFSULDEMINAS. The results were analyzed based on the following dimensions: (a) conceptions about the National Student Assistance, (b) selection criteria and forms, (c) actions and menu of benefits offered by the PNAES IFSULDEMINAS (d) Profile benefit of students, (e) demands for student assistance in IFSULDEMINAS and (f) evaluation and perspectives. It is concluded that the uniqueness of the actions of the program goes *pari passu* the need to enhance the existing program, expand it and prepare for assessments and results from a detailed analysis of the process, may be offered an assistance program that really reach and serve the needs and demands.

**Keywords:** Student Assistance, Secondary Education, Beneficiaries, Technological Education

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual do número de Instituições de Educação Superior, por categoria administrativa Brasil 1995 – 2005 .....	62
Tabela 2 – Caracterização dos Entrevistados .....	70
Tabela 03: Distribuição dos benefícios do PNAES por tipo de auxílio e por campus. IFSULMINAS, 2011 .....	80
Tabela 04 – Número de alunos matriculados, solicitantes e beneficiados pelo PNAES. IFSULMINAS 2011 e 2012 .....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado Civil dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011.....	96
Gráfico 2 – Vínculo de Trabalho dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011 .....	96
Gráfico 3 – Tipo de Moradia dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011 .....	97
Gráfico 4 – Local de Moradia dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011 .....	98
Gráfico 5 – Estabelecimento de Ensino de Procedência antes do Ingresso no IFSULMINAS, 2011 .....	99
.....	
Gráfico 6 – Sobre curso superior .....	99
Gráfico 7 – Modalidade de Curso que o aluno frequenta no IFSULDEMINAS ....	100
Gráfico 8 – Turno do curso que o aluno frequenta no IFSULDEMINAS .....	100
Gráfico 9 – Transporte utilizado pelos alunos do IFSULDEMINAS, 2011 .....	101
Gráfico 10 – Despesas fixas dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011 .....	102
Gráfico 11 – Rendimento Mensal <i>Per capita</i> dos alunos do IFSULDEMINAS .....	102

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AR	Aviso de Recebimento
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EAD	Educação à Distância
EVACT	Eventos Acadêmicos, Científicos ou Tecnológicos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
FONAPRACE	Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação (e Cultura)
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Programa Nacional de Educação
PROEJA	Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENETE	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SESG	Secretaria de Ensino de 2º grau

SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UEP	Unidade Educativa de Produção
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEDS	Unidades Descentralizadas de Ensino
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 – O ENSINO TÉCNICO NA AGENDA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA.....	20
1.1 Trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: breve incursão histórica .....	21
1.1.1 Da colônia à República: o surgimento das primeiras iniciativas da educação profissional .....	21
1.1.2 A influência da Agricultura na Educação Profissional .....	24
1.1.3 A Década de 1940 e a implantação do Sistema “S” .....	27
1.1.4 Década de 1960 – A primeira LDB .....	29
1.1.5 A política de Educação no contexto da Ditadura Militar .....	30
1.1.6 A Reforma da LDB na década de 1970 .....	32
1.1.7 O Ensino Técnico rediscutido .....	34
1.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia .....	39
1.2.1 A Questão da Territorialidade na Criação dos Institutos Federais .....	42
1.2.2 Objetivos, Finalidades e Características dos Institutos Federais .....	45
1.2.3 A questão da Educação de Jovens e Adultos .....	46
1.2.4 A questão da Pesquisa e da Extensão .....	47
1.2.5 A questão da formação para o mundo do trabalho e o Ensino Superior Tecnológico .....	48
1.2.6 Reserva de Vaga ao Ensino Médio.....	49
CAPÍTULO 2 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	52
2.1 A Assistência Estudantil no Brasil em perspectiva histórica .....	52
2.2 Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino e a recente incorporação do Ensino Médio: o PNAES .....	59
2.2.1 Antecedentes .....	60
2.2.2 Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior .....	64
2.2.3 Sobre o PNAES .....	66
CAPÍTULO 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS .....	71
3.1 Aspectos Metodológicos .....	71
3.2 A Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS – Breve Histórico .....	74
3.3 Concepções sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil .....	78
3.4 Critérios e Formas de Seleção .....	80
3.4.1 O PNAES e os alunos do Ensino Médio .....	87

3.5 Cardápio de Ações e Benefícios Ofertados pelo PNAES no IFSULDEMINAS .....	89
3.5.1 Campus Muzambinho .....	93
3.5.2 Campus Machado .....	94
3.5.3 Campus Inconfidentes .....	95
3.5.4 A Assistência Estudantil nos Campi Novos .....	96
3.6 Perfil dos Estudantes Beneficiados.....	98
3.7 Demandas para Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS .....	106
3.8 Avaliação e Perspectivas .....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
REFERÊNCIAS .....	119
APÊNDICES	

## INTRODUÇÃO

O foco do presente estudo está no processo de implantação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULMINAS), um dos 38 Institutos Federais criados pela Lei 11.892/2008, com o objetivo de expandir a educação técnica profissional e tecnológica, em consonância com o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

A educação – tratada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, pela Lei 9394/96 LDB e demais legislações pertinentes como o caso do Estatuto da Criança e Adolescente – é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania, pela emancipação social e desenvolvimento para o trabalho. Nessa perspectiva, a educação se compromete com a formação integral do ser humano, alcançando todas as dimensões de sua relação com a sociedade e o pleno desenvolvimento pessoal.

Todavia, o contexto sociocultural no Brasil tem demonstrado que historicamente a Educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros, como mostra o Indicador de Oportunidade Humana (IOH), divulgado pelo Banco Mundial em outubro de 2008<sup>1</sup>. Levando em consideração duas dimensões, a educacional e a habitacional e com base em uma escala de zero a cem, o IOH brasileiro na área educacional ficou em 67 pontos, muito abaixo da média latino-americana que é de 76, o que permite constatar que as oportunidades educativas oferecidas às crianças brasileiras são piores do que a média latino-americana.

Dados divulgados pelo MEC demonstram que nos anos 2000 apenas 10,4% dos jovens brasileiros com idade média entre 18 e 24 anos conseguem uma vaga no ensino superior

---

<sup>1</sup> O IOH calcula como determinadas condições, tais como lugar de nascimento, riqueza, raça ou gênero impactam as probabilidades de uma criança ter acesso aos serviços que são necessários para uma vida de qualidade. Para maiores informações, consultar [www.bancomundial.org/alc](http://www.bancomundial.org/alc).

(MEC, 2006). O Plano Nacional de Educação estima que em 2010 esta porcentagem atinja 30%. Esse percentual é muito baixo se comparado com o de outros países. Sobre este aspecto, Sguissardi (2000) afirma que:

... o nosso país está entre os de pior desempenho educacional no terceiro grau entre os países deste continente. É imperativo reafirmar sempre que isto reflete a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação socioeconômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadoria de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais coletivos da cidadania (SGUISSARDI, 2000, p. 13).

As classes populares sempre estiveram à margem do poder. Com isso, a política educacional brasileira foi, em seu longo processo histórico, elitista e antipopular. São muitos os problemas decorrentes das desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas e ambientais, o que demanda políticas sociais capazes de responder a estes problemas oriundos da questão social<sup>2</sup>.

Nesse contexto, políticas de assistência estudantil assumem importância ímpar enquanto ação afirmativa capaz de contribuir para reduzir as desigualdades educacionais e sociais e viabilizar a igualdade de oportunidades, através da criação de estratégias voltadas à melhoria do desempenho acadêmico e à garantia de permanência, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Dentro deste contexto, o Governo Federal criou, através do Decreto no. 7.234/2008, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse plano destina-se a ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e tem por objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Ao estender o PNAES para todas as Instituições Federais em 2010, aí incluindo os recém-criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o governo federal estende sua política afirmativa de combate à evasão escolar também nos cursos técnicos, de

---

<sup>2</sup> Yamamoto (2004: 69) conceitua questão social como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

formação profissional e nas licenciaturas, principal vocação desses Institutos.

A implantação do PNAES nos IFECT se depara, contudo, com uma série de questões, dentre elas a estrutura disponível nesses institutos para promover a assistência estudantil; o perfil do corpo docente – tanto em relação às condições sociais quanto à maioria de sua composição de alunos de ensino médio – as concepções sobre a assistência estudantil e prioridades de gestão, dentre outras.

Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização das universidades e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação pública e gratuita. Também é necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Uma das primeiras medidas tomadas para reverter os números díspares no binômio de matrícula/conclusão de curso foi em 1987, no contexto de redemocratização do país, quando surgem duas grandes frentes: o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – que trouxeram para a agenda de debates as questões educacionais, em especial aquelas relativas à assistência estudantil.

Ao longo dos anos 1990, ganham espaço diversas ações voltadas à assistência estudantil na perspectiva de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos em vulnerabilidade social. Todavia, essas ações enfrentaram um conjunto considerável de limites e obstáculos para cumprir os próprios preceitos da lei e do Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, que determina a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico, em obediência à própria LDB que preceitua a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Diante desse quadro, esta dissertação tem por objetivo analisar o processo de implantação do PNAES no IFSULDEMINAS. Entende-se que a implantação de um programa social

de caráter nacional, tal como o PNAES, assume características próprias conforme o contexto local no qual é implantado.

Como objetivos específicos, pretende-se, nesse trabalho, mapear os atores chave no processo de implantação da assistência estudantil; conhecer as concepções destes atores sobre a assistência estudantil e o PNAES; conhecer as experiências de assistência estudantil prévias ao PNAES; investigar os critérios e mecanismos de seleção ao PNAES; examinar seu público alvo, considerando a predominância do ensino médio; traçar o perfil dos alunos beneficiários; mapear os benefícios oferecidos; apontar os problemas e perspectivas da implantação do PNAES.

Para alcançar esses objetivos, essa dissertação se pautou em uma pesquisa de base empírica tendo como lócus de análise o IFSULDEMINAS, instituição onde trabalhei como Assistente em Administração, no período de junho de 2010 a maio de 2012 e que viabilizou a realização do MINTER. A pesquisa empírica contou com duas grandes frentes de trabalho: a primeira diz respeito a um levantamento documental, através da qual se buscou arrolar a legislação federal referente à assistência estudantil, bem como os relatórios, instruções normativas, resoluções e demais documentos sobre a assistência estudantil no IFSULDEMINAS. A segunda grande frente consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com atores chave do processo de implantação do PNAES no IFSULDEMINAS: os gestores e os profissionais envolvidos na implantação, operacionalização e avaliação das ações de assistência estudantil, de forma a conhecer as dificuldades, projetos, requisitos e etapas nesse período de um ano e meio de efetiva aplicação da PAE.

Os resultados foram analisados de forma a considerar a singularidade das políticas sociais, a multiplicidade de fatores, atores e elementos que configuram a complexidade do processo de decisão política, além dos desafios colocados aos processos de análise de políticas públicas e, em especial, da PNAE. Nessa linha de argumentação, foram escolhidas **três dimensões de análise**: os **atores** (pessoais e institucionais) envolvidos no processo de criação e pactuação política nas instâncias organizacionais. A **estrutura**, considerados o arcabouço legal, os espaços decisórios, ou seja, as estruturas que fomentam a criação, manutenção dos recursos a distribuição dos recursos aos beneficiários, os tipos de auxílio recebidos, duração do benefício, método de seleção dos beneficiários. E o **contexto**, considerando o ambiente político, social, econômico no qual a política é implementada.

**A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais.** O primeiro capítulo aborda o Ensino Técnico na agenda governamental recente. Inicialmente, faz uma reconstrução da trajetória histórica do ensino técnico desde o Brasil Colônia, passando pelas concepções tecnicistas de formação de trabalhadores até chegar à recente expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, cujo marco modernizador se deu a partir de 2008 com a criação dos trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país.

No Capítulo segundo, passa-se a analisar as ações assistenciais desenvolvidas especialmente para os alunos do Ensino Superior. Retoma-se por meio de análise documental e histórica o início das políticas assistenciais educacionais, desde a criação de casas de estudantes em Paris, passando pelas crises no sistema educacional brasileiro do séc. XX, até a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A partir de então se adentra diretamente no foco desta pesquisa. Busca-se compreender como se dá a extensão dos benefícios assistenciais trazidos pelo Decreto 7.234/2010 (PNAES), inicialmente destinados ao Ensino Superior, para os alunos da Rede Federal de Ensino matriculados no Ensino Médio e Técnico.

O terceiro capítulo apresenta e discute os principais resultados da pesquisa desenvolvida com os profissionais e gestores do IFSULDEMINAS. Abordam-se as ações desenvolvidas no IFSULDEMINAS antes do surgimento do PNAES e como se deu a transição de ações voltadas ao fomento à permanência dos alunos do Instituto. Nessa direção, enfoca-se cada ação desenvolvida pelas ex-Escolas Agrotécnicas Federais de Machado, Muzambinho e Inconfidentes, hoje com o status dos maiores Campi do Sul de Minas, bem como o PAE implantado nos novos Campi recém-criados depois da expansão da Rede Federal em 2008.

Ainda nesse capítulo, analisa-se o perfil dos estudantes do IFSULDEMINAS que em 2011 se inscreveram como beneficiários do programa. O estudo foi possível mediante a análise de informações e gráficos desenvolvidos pela Pró-reitoria de Ensino do Instituto que possibilitaram as primeiras ações voltadas à garantia da permanência daquele público discente. Com base nas entrevistas semiestruturadas, puderam-se traçar os principais benefícios oferecidos aos alunos, além da forma de concessão dos benefícios de assistência estudantil, os critérios de seleção, as avaliações e perspectivas para o futuro do programa, bem como as falhas percebidas nesse início de implantação do PAE. Pretende-se, desse modo, que a presente dissertação possa contribuir para a melhoria constante e aprimoramento da política.

Por fim, encontram-se nas páginas últimas as conclusões finais que se obteve diante da pesquisa feita, buscou-se inferir as impressões e informações passadas pelos profissionais assistentes sociais e gestores no que diz respeito às dificuldades e planos futuros do PAE.

## **CAPÍTULO 1 – O ENSINO TÉCNICO NA AGENDA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA**

O presente capítulo tem por objetivo dialogar com diferentes fontes bibliográficas que se debruçam na análise da trajetória da Educação Profissional e Técnica no Brasil. Entende-se que ao se abordar a questão da assistência estudantil para alunos do ensino médio – tema do presente estudo – torna-se necessário entender a centralidade que esse nível de ensino vem ocupando recentemente, sobretudo a partir da criação dos Institutos Federais de Ensino, bem como recuperar um pouco de sua trajetória histórica.

Nesse sentido, inicialmente far-se-á uma abordagem que inicia desde os primórdios da educação no séc. XVIII, analisando as legislações pertinentes, seus avanços e retrocessos. Fazer uma análise dessas mudanças e sua ligação com os segmentos sociais, culturais e principalmente econômicos da época trará à discussão uma visão bastante clara sobre como a questão da educação profissional foi tratada desde seus primórdios. E finalmente culminará na análise do atual momento da expansão da Rede Federal de Ensino.

Fato incontestável é que a Educação profissional técnica no Brasil passou por várias nuances, mudanças, reestruturação, avanços, retrocessos, crises e superação, tudo isso acompanhando essencialmente o momento econômico do país. Assim, educação e economia estão intimamente ligadas. A análise desta trajetória histórica e da atual conjuntura em que se encontra da educação profissional e tecnológica possibilita trazer a hipótese de que com a criação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, por meio do plano de expansão da Rede Federal de Ensino já iniciada em 2005, por intermédio da Lei 11.195, a Educação Profissional Tecnológica alcança seu ápice em mais de um século de existência. Passa-se aos fatos para análise e considerações.

## **1.1 Trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: breve incursão histórica**

Entender a história da Educação Técnica no Brasil mostra-se essencial para a compreensão desta modalidade de educação tão controvertida e ao mesmo tempo dinâmica e crucial para o desenvolvimento tecnológico do país. Tem-se nas palavras de BIAGINI (2012) que a função do Ensino Técnico é: *“formar o sujeito-trabalhador, carregado de sua historicidade, e atender aos propósitos da sociedade do capital, que delinea a divisão técnica e social das forças produtivas para o trabalho”*. Para além desta função precípua, que historicamente foi concebida para criar apenas mão de obra qualificada para o capital industrial, é preciso pensar a Educação Tecnológica também com a função de formar profissionais pensantes, e não apenas meros operadores tecnológicos.

### **1.1.1 Da colônia à República: o surgimento das primeiras iniciativas da educação profissional**

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos, remontando ao período da colonização. Assim, os primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos, e *“habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”*. (Fonseca, 1961, p. 68).

Com o advento da exploração das minas de ouro em Minas Gerais, foram criadas as Casas de Fundação e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual se destinava ao filho de homens brancos empregados da própria Casa. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação. Nesse mesmo período, foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir.

Em 1785, entretanto, o desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição pelos portugueses da existência de fábricas. Esse fato está associado à percepção dos portugueses sobre o Brasil, tal como recuperado por Fonseca:

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”, (Alvará de 05.01.1785 apud Fonseca, 1961).

A partir de 1800, mais precisamente a partir da vinda da família real para o Brasil, a história da educação profissional no país passa por importantes modificações. Um exemplo particularmente interessante é trazido por Manfredi (2002, p.3), quando relata a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao amparo da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas, onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária [...] e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2002, p. 3)

O que conhecemos atualmente como Ensino Médio desestruturou-se de forma significativa no início do século XIX, após a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal, vindo a se reestruturar apenas com a vinda da família real portuguesa em 1808. Essa reestruturação pode ser atribuída à necessidade de oferecer educação aos filhos dos nobres que aqui chegaram com a família real. De acordo com Santos (2010: p.4), “Os primeiros estabelecimentos públicos de ensino foram o Ateneu, em 1835, no Rio Grande do Norte, e os Liceus da Bahia e o da Paraíba, ambos em 1836.”.

Com essa reestruturação, observa-se claramente uma disparidade entre formação técnica e educação formal. Enquanto a primeira é dirigida aos pobres, a segunda é voltada à formação dos filhos dos nobres. Pode-se dizer que essa dicotomia é uma marca que tem perdurado até os dias de hoje. Nas palavras de (BIAGINI, 2012: 2):

No desenvolvimento do Ensino Técnico no Brasil percebe-se que esse ensino é marcado por uma tensão provocada pela falta de definição do ensino médio, que resulta na dicotomia, tanto do ponto de vista conceitual quanto do operacional, entre formação profissional e formação acadêmica. Nesta perspectiva, pode-se inferir que a formação do técnico industrial está inserida no segundo dos polos da estrutura do campo educacional definida pelas políticas do capital, que se subdivide em: a educação "propedêutica", que pressupõe um caminho à intelectualidade (saber-pensar), e a educação voltada especificamente para o ensino técnico-profissional, ou para operacionalização (saber-fazer).

Assim, é ainda no Brasil colônia que se inicia a mal fadada dualidade no ensino que até os dias de hoje assombra a Educação brasileira, configurando uma dualidade estrutural, que, como revela KUENZER (1998:90): "*configura-se como grande categoria explicativa da constituição do ensino profissional no Brasil*". Vale dizer que apesar da prosperidade econômica no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, que se orientava através da atividade agroexportadora - cultura do café, já nessa época, existiam no país, segundo o mesmo autor, incentivos para o desenvolvimento da indústria.

No entanto, é a partir do início do século XX, já no contexto do Brasil República, que a educação profissional industrial começou-se a desenvolver, possibilitando oferecer conhecimento técnico e mão de obra para a indústria crescente da época. A preparação de mão-de-obra para as indústrias nesse período estava a cargo de poucas instituições<sup>3</sup>.

*"A partir de 1906, a Câmara dos Deputados, através da Proposição n. 195, habilitou o Estado a destinar recursos financeiros para a criação de escolas profissionais federais (SILVA, 1991:35)". Afonso Pena, então Presidente da República norteou, de certo modo, o desenvolvimento das escolas profissionais, ao considerar que: "a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis".(FONSECA, 1961: 160)*

Em 1909, com o Decreto nº 7.566 de 23/09/1909, o então presidente da República Nilo Peçanha, instituiu a Rede Federal de Escolas Industriais. São as chamadas "Escolas de Aprendizes e Artífices", concebidas para se instalarem uma em cada Estado da União. Assim, inicia-se a criação de escolas voltadas ao ensino de habilidades profissionais, que passam a ser

---

<sup>3</sup> É preciso destacar que o processo de industrialização no país ganha vulto a partir dos anos 1930. No entanto, as primeiras iniciativas remontam ainda ao Brasil Império (1822-1889), com destaque para a atuação pioneira de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. A esse respeito, consultar SCHWARCZ, 1998. (NAS REFERÊNCIAS, A INDICAÇÃO COMPLETA: SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.)

consideradas de ensino técnico.

Essas escolas tinham por finalidade, nas palavras de Fonseca (1961: p. 160), formar contramestres e operários e “possuíam orientação didática própria e subordinavam-se diretamente às Diretorias Gerais da Indústria e Comércio e de Contabilidade, do Ministério da Agricultura”.

Compreende-se, então, que esse tipo de ensino profissional visava atender preferencialmente aos filhos dos desfavorecidos do sistema, em uma direção oposta àquela dirigida à elite, como mostra Ribeiro (1993, p. 87):

Seria interessante assinalar que, na opinião do prof. Jorge Nagle, a manutenção dos padrões tradicionalistas no ensino secundário e a permanência da ideia de que o ensino profissional (elementar e médio) destinava-se às camadas menos favorecidas, acaba por agravar o problema referente às distintas formações: um conjunto de escolas propiciava a formação das elites e, outro, a do povo.

Acredita-se pela leitura que sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa de o Estado organizar a área de formação profissional, embora ainda sob uma justificativa discriminadora e reducionista, atrelada aos interesses econômicos e capitalistas.

No Decreto nº 7.566 observa-se que a justificativa para a criação destas escolas seria capacitar mão de obra, inibir a criminalidade e a ociosidade, formando mão de obra para o trabalho da Nação em expansão industrial:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação. (Brasil, 1909)

### **1.1.2 A influência da Agricultura na Educação Profissional<sup>4</sup>**

Com efeito, o período republicano referendou a concepção de um ensino profissional com características exclusivas de ensino voltado para os menos favorecidos. Sendo a

---

<sup>4</sup> Optou-se por destacar a influência da agricultura tanto pela sua relevância histórica na constituição do ensino profissional no Brasil quanto pelo fato de o IFS- lócus do estudo aqui pretendido – ter sua origem vinculada a antigas Escolas técnicas agrícolas.

Agricultura um segmento de bastante destaque na economia brasileira, essa magnitude gerou o Decreto nº 8.319, de 20 de novembro de 1910, que trouxe a primeira regulamentação e estruturação do ensino agrícola no Brasil, passando a ser ministrado em quatro categorias, a saber: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola. Esse Decreto apresenta como finalidade precípua “*a instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas, compreendendo: Ensino Agrícola, Ensino de Zootecnia, Ensino de Indústrias Rurais e Ensino de Medicina Veterinária*” (BRASIL, 1994).

Na primeira República, a ideia do progresso era presente, dado o atraso econômico e industrial em que se encontrava o país, quando comparado com países europeus, buscando nas tecnologias o seu domínio e o caminho para o desenvolvimento. Tais acontecimentos apresentam reflexos na educação, pois debates entre educadores de diferentes correntes de pensamento começavam a acontecer, potencializando a discussão sobre o tema no Brasil. Incluem-se aqui as ideias do grupo de pioneiros do “ruralismo pedagógico” (CALAZANS, 1993, p. 18), que, percebendo estarem as políticas educacionais centralizadas no meio urbano, em função da crescente urbanização pela industrialização emergente, acabavam por marginalizar a educação no meio rural.

Na verdade, a grande preocupação dos grupos dominantes era a de que o crescimento das cidades e a incapacidade de absorção de toda mão de obra disponível pelo mercado de trabalho urbano, advindo do problema migratório se tornasse uma permanente ameaça. Políticos e educadores manifestavam-se no mesmo sentido: era preciso conter a migração, e um dos instrumentos para fixar o homem no campo era a educação. É dentro desse contexto que, segundo Paiva, (1987, p. 127):

Inicia-se aí o “ruralismo pedagógico”, como tentativa de fazer o homem do campo compreender o “sentido rural da civilização brasileira” e de reforçar os seus valores a fim de prendê-lo à terra, para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à “cultura rural”.

Em suma, tais ideias representavam uma oposição à escola literária que, de certa forma, desenraizava o homem do campo. Com o “Manifesto dos Pioneiros”, em 1932<sup>5</sup>, foi

---

<sup>5</sup> O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbra a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio

dada maior ênfase, nas discussões sobre a escola pública, a medidas que apontassem para a organização de cursos acadêmicos e profissionais dentro de um mesmo estabelecimento, procurando combater o dualismo entre o ensino de cultura geral e o profissional, até então alimentado, inclusive, pelas políticas públicas do setor.

Embora já existisse uma discussão internacional sobre a relação trabalho, educação e setor produtivo, dentro de uma perspectiva educativa que apontasse para a formação integral do indivíduo, isso não foi visível nas propostas brasileiras da época. Mesmo com as ideias dos Pioneiros, não se conseguiu a eliminação da interpretação de que a educação técnico-profissional era destinada aos “*menos favorecidos da sorte*”.

Inflexões nesse processo ganham corpo a partir de 1934, ano em que o presidente Getúlio Vargas promulga a Constituição que determina que cabe à União a responsabilidade em traçar diretrizes educacionais para todo território nacional<sup>6</sup>. Neste período, testemunhou-se uma expansão no meio industrial no Brasil. O ensino técnico industrial começou a fazer parte dos debates nacionais como elemento importante na defesa da indústria brasileira, que começava a se consolidar e, conseqüentemente, na formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais.

Neste contexto, foi criado o modelo de ensino técnico que marcou a criação das primeiras Escolas Técnicas, e que perdurou durante décadas. Apesar disso, somente após o fim da ditadura de Vargas foi que o ensino agrícola de nível médio teve sua primeira regulamentação estabelecida pelo Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, denominado de “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”.

Art. 1º. Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

Um aspecto a ressaltar é que a educação técnica não era concebida apenas nos níveis mais comuns de Educação. Durante a década de 1940, a modalidade de Educação para Jovens

---

Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

<sup>6</sup> É com Vargas que se redesenha a engenharia institucional do Estado brasileiro, com montagem de sistemas nacionais de algumas políticas públicas, dentre elas a educação.

e Adultos entra à baila das discussões governamentais e proporcionam algumas iniciativas políticas e pedagógicas: das quais se destacam a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), dentre outras. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional.

Ao mesmo tempo, os movimentos e organizações internacionais, como a UNESCO, exerceram forte influência ao reconhecerem os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Com o fim da Era Vargas e a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, em 1946, houve um deslocamento do projeto político-econômico do Brasil, com forte investimento no modelo industrial e urbano, o que gerou a necessidade de mão de obra qualificada e alfabetizada.

A expansão continua a partir do ano de 1947, quando o MEC promove a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Tal campanha possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade). O objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos nesses espaços, mas diretrizes comuns e se estendeu por toda década de 1950, com várias campanhas de modernização e instituição do Ensino de Jovens e Adultos.

### **1.1.3 A Década de 1940 e a implantação do Sistema “S”**

No bojo do processo de industrialização brasileira e visando estimular a promoção do ensino profissionalizante para essas indústrias, o Poder Público busca apoio junto à Indústria e o Comércio, que diretamente seriam beneficiadas com o aprimoramento e a criação de mão de obra qualificada. É, assim que é proposta a criação do Sistema “S”, importante organismo que se fez presente na oferta e condução da Educação Profissionalizante no Brasil a partir da década de 1940. O SENAI e o SENAC ingressaram nesse campo no início dessa década, para acompanhar a tendência de industrialização pela qual passava o País, incentivados pelo Governo Vargas, como dito alhures, tendo como foco inicial a aprendizagem industrial e comercial.

À época, habilitaram-se duas vertentes para conceber as bases desse processo. De um lado, a Indústria, representada pela CNI, que pretendia um aprendizado destinado à formação de mão de obra que suprisse suas próprias demandas. Do outro, o Ministério da Educação e Saúde, na pessoa do Ministro Gustavo Capanema.

Da primeira vertente, resultou o Decreto-Lei nº 4.048, de 22/01/1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. A segunda vertente era mais abrangente, concebendo a Educação como um processo que contemplasse a capacitação profissional (em conformidade com as demandas dos industriários), com uma formação mais geral do indivíduo. Dessa vertente vieram os Decretos-Lei nº 4.073, de 30/01/1942 e 4.481, de 16/06/1942 e o Decreto-Lei nº 6.141, de 28/02/1943, respectivamente, esses Decretos consubstanciaram nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial promovido pelo SENAI e Lei Orgânica do Ensino Comercial promovido SENAC.

Embora não tivesse sido aprovado neste primeiro momento, também resultou da primeira vertente o Decreto-Lei nº 8.621, de 10/01/1946, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Em conjunto, estas normas determinaram que ao SENAI e ao SENAC caberia a operacionalização do Ensino Industrial e Comercial, e ao Ministério da Educação, a sua supervisão, prevalecendo, contudo, a concepção desenhada pelos industriários.

No ano de 1962, pelo Decreto nº 494/1962, foi aprovado o Regimento do SENAI e, um ano depois, o Decreto nº 61.843/1967 aprovou o Regimento do SENAC. Ambos confirmavam os objetivos instituídos pelas normas de sua criação, quais sejam as aprendizagens industrial e comercial.

Outra instituição também pertencente ao Sistema S, criada na década de 1940 refere-se ao Serviço Social da Indústria – SESI. Sua criação ocorreu nos termos do Decreto-Lei nº 9.403, de 25/06/1946, contando, para tanto, com a participação ativa do setor industrial. Se o SENAI fora concebido para atuar nos processos de aprendizagem, o SESI surgiu para atuar na assistência social e lazer aos industriários, ainda que incorporasse ações educativas.

Neste sentido, a criação destes órgãos para difusão e implementação do Ensino Profissionalizante, diretamente patrocinados, pela Indústria e pelo Comércio Nacionais, são concebidos como reforço para esta modalidade de Ensino. A partir da origem e suas vertentes (Industriários e Ministério da Educação), é possível concluir que as normas do SENAI, SESI e SENAC e as Leis Orgânicas do Ensino Industrial/Comercial guardam relação intrínseca, porque estas últimas constituíram as bases para os Serviços por eles desempenhados.

### **1.1.4 Década de 1960 – A primeira LDB**

Um marco na história da Educação brasileira inegavelmente ocorreu na década de 1960, uma vez que decorridos quase 15 anos de aplicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, entrou em vigor a primeira LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual estruturou o ensino em três graus: primário, médio e superior. O ensino médio, ministrado em dois ciclos, ginásial e colegial, abrangeu, entre outros, os cursos secundário, técnico e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Com relação ao ensino técnico de grau médio, a referida lei fixou normas para o funcionamento dos cursos industrial, agrícola e comercial. Favorecida pelo contexto da democracia de massas do período populista do Brasil e inspirada nos valores franceses, a LDB pretendia, segundo Almeida e Mahoney (2003,), modificar a concepção de Educação Profissional até então aplicada no país:

Em alguma medida, o projeto original dessa lei, que tramitou 11 anos pelo Congresso, inspirou-se na reforma Langevin-Wallon que, proposta para as escolas francesas após a Segunda Guerra Mundial, não chegaria a se efetivar. De acordo com os preceitos wallonianos, os ciclos guardavam uma correspondência com as fases de desenvolvimento do aluno. O processo de ensino e aprendizagem deveria assumir características próprias em cada uma dessas fases e basear-se nos princípios de justiça, direito do aluno ao seu desenvolvimento completo, igual dignidade atribuída a todas as ocupações, orientação escolar e profissional, bem como acesso de todos à cultura geral (Almeida, Mahoney, 2003: 63).

A modernização do Ensino trazida pela primeira LDB propiciou a equivalência entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos para fins de continuidade de estudos em nível superior. Foi considerada a primeira tentativa de se acabar com a velha dualidade entre o ensino para as elites condutoras do país e o ensino para os desvalidos da sorte.

Sobre esse aspecto, cabe citar Manfredi (2003, p. 23), para quem essa equivalência entre as duas modalidades não é suficiente para superar a dualidade estrutural,. Em verdade, a autora considera que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para clientelas distintas, voltadas para necessidades bem definidas da divisão do trabalho.

A partir de 1964, o país vivia o auge da modernização e do conhecimento de novas tecnologias, passava a desempenhar um papel importante economia internacional, discutiam-se questões que embasaram o desenvolvimentismo, incluindo tanto o poder público como o

setor privado, considerando que estes setores assumem a função de preparar recursos humanos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Um fato a considerar é que, de início, quem teve mais acesso aos postos de trabalho ainda foi aquele formado no nível superior, entretanto, a situação de dificuldades instaladas nas universidades que não conseguiam absorver a demanda, além dos interesses mais imediatistas do mercado, provocaram o privilegiamento de uma educação profissional de nível médio. (MANFREDI, 2003, p. 61)

### **1.1.5 A política de Educação no contexto da Ditadura Militar**

Após o Golpe de 1964, o país passou por um processo de racionalização de todos os setores da vida social, política e econômica, que foi sustentado pelo ideário da ditadura militar. A tomada do governo pelos militares favoreceu a concentração do poder. Isso se deu em sintonia com os interesses da alta burguesia nacional, que, para garantir sua hegemonia, reconheceu o sistema de governo implantado e ofereceu-lhe sustentação.

Assim, o Estado, com base na ideia da eficiência do governo militar, apelou para o individualismo, o disciplinamento e o conservadorismo como mecanismos mantenedores da ordem social e da segurança nacional.

Sob tais condições, observa-se o retrocesso ao pensamento dualístico da Educação propedêutica e profissional, considerando que o princípio educativo da formação profissionalizante foi concebido, mais uma vez, com o propósito de fornecer elementos humanos para a produção do capital. Evidenciou-se, desta forma, a fundamentação de dois projetos pedagógicos que visavam, segundo KUENZER (1997:15) a "*formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais*".

O ramo propedêutico da educação ficou, portanto, valorizado na estrutura social, enquanto o técnico industrial de nível médio teve o seu reconhecimento dentro da estrutura da fábrica, assumindo o papel de porta-voz dos interesses capitalistas e garantindo, obviamente, o controle e a disciplina na produção. Assim, o ensino técnico assume uma maior importância no sentido de contribuir com as funções político-ideológicas do país, em termos da política de modernização. Com efeito, foi a partir desse momento que o ensino técnico profissionalizante passou a se expandir pelo país.

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Brasil passou por amplo processo de mudança nos padrões vigentes na produção, que tinha como principal

característica a fabricação em massa de bens e serviços nos setores econômicos clássicos, ou seja, na agricultura, na indústria e nos serviços. (SOBRAL, 2009, p. 78)

Com a Reforma Administrativa dos Ministérios no ano de 1967, legitimada pelo Decreto Lei nº 200/67, enfim o Ministério da Educação e Cultura – MEC – absorve para sua competência o Ensino Agrícola Federal no país. Em consequência, o órgão responsável, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário também foi transferida ao MEC, através do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967, sob a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola – DEA, inserindo-se no Departamento de Ensino Médio - DEM, daquele ministério, que absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial, Comercial e Secundário. Assim, o MEC assume o ensino agrícola através da Diretoria de Ensino Agrícola – DEA. Determinadas políticas foram marcantes para a época, no sentido de reformular a filosofia do ensino agrícola, sendo implantada, então, a metodologia do sistema “escola-fazenda”, que se baseou no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender.” (BRASIL, 1985).

Introduzido no Brasil em 1966, o sistema escola-fazenda é consequência da implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso - CONTAP II (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio). O referido sistema tinha por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção.

Em 1970, através do Ministério da Educação e Cultura, realiza-se a expansão desse sistema em toda a rede federal de ensino agrícola, ainda que marcada por problemas e inúmeras mudanças nesta mesma década. Inicia-se a partir de então um processo de descontinuidade administrativa acarretada pelas mudanças na administração federal, representando um aspecto negativo para essa modalidade de ensino, que já não contava com o mesmo respaldo administrativo e financeiro correspondente aos setores de ensino industrial e comercial.

Sobre isso, Manfredi (2003, p 75) ressalta que:

O desenvolvimento do ensino industrial e comercial processou-se isento da descontinuidade administrativa que caracterizou a administração do ensino agrícola, no entanto o objetivo da formação técnica, independente da área, indicava claramente a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Esta proposta prevalece até a aprovação da Lei nº 5.692/71, primeira tentativa de

implantar uma escola única em termos de educação profissionalizante para todos. Entende-se que essa seria uma primeira ideia do que representa hoje os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### **1.1.6 A Reforma da LDB na década de 1970**

Dez anos após a sua aprovação, a primeira LDB é reformulada por meio da Lei Federal 5.692/71, que organiza o currículo em um núcleo comum, obrigatório em todo o país, e de uma parte diversificada. Essa reformulação possibilita aos estabelecimentos de ensino ofertar habilitações e estabelece a obrigatoriedade de profissionalização de todo o segundo grau, resultado do projeto de desenvolvimento adotado pelo governo em uma fase que ficou conhecida como “milagre brasileiro”, marcada pela intensificação da internacionalização do capital.

No entanto, a proposta da lei 5.692/71 não alcançou êxito, haja vista que a profissionalização não foi implantada efetivamente na maioria das escolas da rede pública por falta de estrutura e investimentos na educação, e nas escolas da rede privada, em razão do seu alto custo. Soma-se a estes fatores a rejeição da obrigatoriedade de profissionalização por parte das classes dominantes e o encolhimento do mercado de trabalho, sobretudo a partir do fim do chamado Milagre Brasileiro.

A partir de novas concepções de mercado, capital e investimento, a elaboração de políticas no segmento educacional no período da Ditadura Militar (1964-1985) se configura através de dois momentos distintos, de acordo com a lógica da metodologia de ação estatal.

O primeiro período que vai de 1964 a 1974, corresponde à adoção de uma forma “propositiva-racional ou tecnocrática”, em que a formulação das políticas é considerada atribuição de cientistas, técnicos e especialistas e as questões sociais e políticas são reduzidas a questões “técnicas”. Nesse período, as reformas educacionais foram “*formuladas e deflagradas*”, dentre elas a Reforma Universitária de 1968 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus em 1971. (GERMANO, 2005, p. 28)

As reformas propostas eram justificadas como meio de equalização social, por meio de um discurso de valorização da educação, visando propiciar a todos uma igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho. Sob tal perspectiva, a política educacional vai se pautar na teoria do capital humano de Schultz.

Referência teórica na construção da Lei, essa teoria<sup>7</sup> teve um impacto expressivo nos países do chamado Terceiro Mundo, sendo considerada uma alternativa para se alcançar o desenvolvimento econômico, para se reduzir as desigualdades sociais e para aumentar a renda dos indivíduos. Utilizando uma definição literal, tem-se em Sandroni:

Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. (...) O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho (1994, p.41).

O segundo período que vai de 1975 a 1985, caracteriza-se por uma mudança na lógica de produção de políticas em que o Estado passa a adotar uma forma de caráter “consensual” e “participacionista”, buscando assim legitimar-se mediante um discurso que apoiasse as classes menos favorecidas. Tal mudança não ocorreu ao acaso, pois coincide com um momento de crise econômica, crise política e de legitimidade do regime, que conduziria ao declínio e ao esgotamento do regime militar (GERMANO, 2005, p 39).

Paradoxalmente, no período militar a educação esteve atrelada a um modelo de sociedade, moderna e industrial, que atende às necessidades de escolarização da população através da ampliação quantitativa do acesso ao ensino público e gratuito, mas reduzindo progressivamente sua qualidade. Há um aumento notório na ampliação das vagas, contudo observa-se a falta de investimento em uma formação de qualidade para os professores, o que resulta no desmonte da escola pública, e fortalece, a imagem da escola particular como aquela que ministra o ‘bom’ ensino, acirrando as desigualdades educacionais e a dualidade do ensino. (PAULA et al, 2003, p 19).

É nesse momento que se pode afirmar a visibilidade de uma nova concepção para o ensino agrícola<sup>8</sup>. A partir de quatro de setembro de 1979, por intermédio do Decreto nº 83.935,

---

<sup>7</sup> No Brasil, as ideias de Schultz e sua Teoria do Capital Humano inspiraram inúmeros autores vinculados aos governos militares pós 64 (Simonsen 1969, Langoni 1974). Predominou nesse período a ideia de que, através de políticas educacionais impostas de forma tecnocrática, seria possível promover o desenvolvimento econômico. Aqui se vê novamente uma retomada das ideias da educação como concepção tecnicista.

<sup>8</sup> O paradigma teórico que orientou o primeiro período da ação estatal aqui referido foi o trabalho de Schultz, considerado um dos principais ideólogos da modernização na agricultura. Para esse autor, a única maneira de aumentar a eficiência produtiva na agricultura seria através do aporte de fatores externos, substituindo os “insumos tradicionais” por “insumos modernos”, oferecidos a custos baixos ao agricultor através de créditos subsidiados, acompanhados de assistência técnica. A esse respeito, consultar. ROCHA, Fernando José Meira. **Educação e economia: uma abordagem sobre as conseqüências e condicionantes econômicos do desenvolvimento**

as escolas agrícolas passaram a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde se encontram localizadas como é caso dos três campi mais antigos do IFSULDEMINAS, quais sejam, Escola Agrotécnica Federal de Machado inaugurada oficialmente como Escola de Iniciação Agrícola de Machado em 3 de julho de 1957, foi a mesma transformada em Ginásio Agrícola de Machado, pelo Decreto nº 53.558 de 14 de fevereiro de 1964 e pelo Decreto nº 83.935 de 4 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Machado.

Já a Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho teve sua origem quando, em 31 de dezembro de 1948, a Comunidade Muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação da Escola, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948. Na sua existência sempre ligada ao Ensino Agrícola, recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho e pelo Decreto nº 83.935 de 4 de setembro de 1979 até 28 de dezembro de 2008, Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho. E finalmente a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes a mais antiga das escolas da região, em 28 de fevereiro de 1918 foi criado o Patronato Agrícola vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; e em 1979, também pelo Decreto 83,935 de 1979 recebeu o nome Escola Agrotécnica Federal.

A partir de 1982, já nos estertores da Ditadura Militar, a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de segundo grau foi revogada com a promulgação da Lei 7.044. Neste sentido, a reforma proposta pelas Leis 5.692/71 e 7.044/82 se revelou um retrocesso para o ensino profissionalizante. Se por um lado as escolas não estavam preparadas para ministrar a educação profissional, por outro, também não preparava para o ensino superior, resultando na descaracterização do ensino de segundo grau.

No ano de 1986 o Decreto nº 93.613, de 21 de novembro, extingue a então Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI, responsável até então pelo Ensino Agrotécnico, ficando essa modalidade de ensino diretamente subordinado a SESG – Secretaria de Ensino de 2º grau.

### **1.1.7 O Ensino Técnico rediscutido**

A partir de 1980, o mundo capitalista ocidental passa por importantes transformações,

---

**humano, com ênfase em educação.** Disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP5/CFP\\_n5\\_art3.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP5/CFP_n5_art3.pdf). Acesso em 12 março 2012.

expressa pela expansão do processo conhecido como globalização da economia e pelo avanço do fenômeno da reestruturação produtiva, com profundos impactos no mundo do trabalho.

O padrão de dominação do binômio taylorismo/fordismo, que se configurou nos 30 anos gloriosos (do pós-guerra à década de 70), deu sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente no que diz respeito à taxa decrescente de lucros. Essa crise ganhou combustível com o ressurgimento da luta de classes dos anos 60, pondo fim ao “compromisso” estabelecido pelo Welfare State.

Como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente, iniciou-se a reestruturação produtiva, sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro e, ancorado na Revolução Tecnológica, implementando-se os modelos de produção idealizados no “modelo japonês”. (ANTUNES, 1995)

Observa-se a linha de montagem com a robotização e a automação cede lugar à produção integrada, com intensificação da aplicação da tecnologia. O trabalho vivo cede lugar ao trabalho morto. Ocorrem inúmeras mudanças também no que se refere aos métodos de gestão e de manutenção dos processos produtivos.

Para além dessas questões mais amplas, é preciso considerar que na década de 1980 o Brasil passava por um período de grandes mudanças. De um lado, o fim do Milagre Brasileiro deixou um legado de disparada inflacionária, retração do crescimento e grande descontrole da economia, sendo esta considerada a “década perdida” da economia brasileira. As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais. Do ponto de vista social, assiste-se à degradação das condições de vida da maioria da população brasileira. De outro lado, é esse o contexto de ampla mobilização social em torno da transição democrática do país, momento em que ganham força as aspirações pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sociais.

Em relação à educação profissional, poucas são as mudanças verificadas no período.

Entrando na década de 1990, em 12 de abril daquele ano o ensino das Escolas Agrotécnicas Federais passou a ser subordinado à SENETE - Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, que passa a “*estabelecer políticas, normas, diretrizes, bem como prestar assistência técnico-pedagógica às instituições que oferecem a educação tecnológica, no âmbito de todos os sistemas de ensino*”, segundo Lei nº 8028. Neste período, essa Secretaria passa a ser denominada como SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica, nomenclatura até hoje utilizada (Brasil, MEC/SENETE, 1990:9)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394 e o Decreto Federal nº

2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante. Essa reforma faz parte de um conjunto de intervenções do governo federal para reformatação do Estado brasileiro, condicionada pela adoção de medidas de ajuste estrutural da economia e informada pelo ideário neoliberal de Estado Mínimo. Esse processo teve fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país, que vinham debatendo e articulando outro projeto de formação profissional orientado por uma formação profissional politécnica.

Vale dizer que o Decreto nº 2.208/97 regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da LDB configurou uma proposta que separa a formação acadêmica da Educação Profissional, aproximando-se muito mais dos interesses imediatistas dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democratizantes inerentes aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil.

Em tintas fortes, PACHECO (2011) critica o período da década de 1990, quando o neoliberalismo ditou as normas da política brasileira:

O ciclo neoliberal foi definido por um conteúdo ideológico fundado no individualismo e na competitividade que marcam a sociedade contemporânea. Tal ideário e a submissão às normas dos organismos financeiros representantes dos interesses do capital estrangeiro constituíram a base de um processo de sucateamento e privatização, a preço vil, de grande parte do patrimônio nacional, provocando a vulnerabilidade da economia brasileira.

O enxugamento da máquina pública, a retenção de gastos por parte do Poder Público atingiu fortemente a política educacional federal, incentivando a iniciativa privada. Neste período, nota-se o maior crescimento do Sistema “S” de educação, promovido pelas federações e confederações da indústria e comércio no país, ao passo que novamente separa o ensino técnico do ensino médio, como pode ser vislumbrado no artigo 5º do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997:

Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos. (grifou-se)

Uma questão extremamente polêmica em relação à Educação Técnica nesse período está relacionada ao aparente conflito de normas entre o Decreto 2.208/1997 e a LDB. O Decreto impossibilitou qualquer perspectiva profissionalizante no ensino médio, na medida em que vedou expressamente em seu corpo a associação com o Ensino Médio, como visto acima.

Essa medida era carente de respaldo legal, uma vez que estabelecia uma restrição a algo que a lei maior da educação permite.

Mudanças nesse padrão foram gestadas a partir de 2003, quando o Ministério da Educação, através da SEMTEC organizou dois seminários que foram o marco da discussão da integração do Ensino Médio ao Ensino Profissional. Vale dizer que é nesse ano que tem início o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), o qual trazia, por sua origem operária e trajetória política de sindicalista, a expectativa de mudanças, notadamente no campo social e em favor dos trabalhadores.<sup>9</sup>

O primeiro Seminário Nacional recebeu o título “Ensino Médio: Construção Política” e ocorreu em Brasília em maio de 2003. O segundo foi o Seminário Nacional de Educação Profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas” realizado também em Brasília no ano de 2004, específico da educação profissional e tecnológica e teve como base de discussão, o documento intitulado: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.

Os defensores da unificação entre os níveis de ensino entendiam que o desenvolvimento da habilitação profissional no ensino médio é uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros, devendo-se ter assegurada a formação geral, de acordo com as finalidades dispostas no artigo 35 e com os princípios curriculares a que se refere o artigo 36, formando, assim, uma rede interligada e lógica de princípios e razões que nunca deveriam ter-se separado.

Como fruto desses seminários, o governo federal instituiu o Decreto 5.154/2004. Esse decreto veio revogar o decreto anterior, de 1997, e regulamentar os artigos 35 e 36 e 39 a 41 da LDB, possibilitando, desse modo, a educação profissional de se integrar e se articular à

---

<sup>9</sup> Em nenhum outro terreno das políticas públicas, o governo Lula pode reivindicar tanto sucesso quanto no plano social, ainda que considerações sobre a extensão e a sustentabilidade no longo prazo sejam de rigor. Sua base foi a economia, que apresentou uma combinação de continuidade das políticas “neoliberais” herdadas do governo anterior, mais o benefício do ambiente internacional, de 2003 a 2008, muito favorável ao crescimento brasileiro: nunca antes na história do mundo, a economia mundial cresceu tanto, com tanta valorização das commodities exportadas pelo Brasil. (ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma avaliação do governo Lula: políticas sociais e área institucional. Novembro 2010.

educação escolar, além de definir as possibilidades de oferta de cursos em cada uma das etapas e dos níveis da educação nacional. Nesse contexto, a discussão de se construir um projeto politécnico de formação profissional é retomada. A formação profissional orientada exclusivamente para o mercado de trabalho é revista e o conceito de qualidade social passa a fazer parte dos novos projetos de curso.

Do ponto de vista institucional, em 2006 é iniciada a expansão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica inclusive em municípios interioranos distantes dos centros urbanos, objetivando uma sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais. A partir desse período é construído um novo e inédito projeto de ensino técnico no Brasil.

A expansão desta nova forma de ver o ensino profissional é fortalecida e potencializada com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, que coloca em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade, “objetivando uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida”. (BRASIL, 2010)

A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada, senso comum, como referência a um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior. Na legislação vigente, o termo rede associado à educação profissional, até então, aparecia somente no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei no. 10.172/2001.

Na Lei n. 11.892/2008, o termo rede é compreendido não somente como um agrupamento de instituições, mas como forma e estrutura de organização e funcionamento. É nessa via que tem se utilizado a perspectiva de rede para o estudo das organizações como redes sociais, ou seja, ligadas por um tipo específico de relação social. (PACHECO, 2010)

O desenvolvimento científico e tecnológico está associado ao desenvolvimento econômico, político e social. Seguindo esta linha específica de entendimento, produzir novas tecnologias e disseminá-las democraticamente é tarefa essencial em qualquer projeto nacional que se pretenda inclusivo, distributivo, soberano e democrático. A educação tecnológica tem papel estratégico em um projeto desta natureza. Segundo Bastos, seu papel é:

... registrar, sistematizar, compreender e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino pesquisa e extensão, numa dimensão que ultrapasse os limites das simples aplicações técnicas, como instrumentos de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício do homem, enquanto trabalhador e do

país (BASTOS, 1998, p.11-30).

## **1.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**

Durante o ano de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes. Foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história. (BRASIL, 2010)

Em 2007, houve o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, num total de 354 unidades. A meta do governo federal era de que até o final de 2010 fossem cobertas todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional, dando, assim, um novo rumo à tão discutida educação profissional.

Para os formuladores do Plano de Expansão da Rede Federal, a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional, entendido como resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal de Ensino e cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma. Essencialmente essa visibilidade se deu com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, que visa a atender os mais diferenciados públicos oferecendo as nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância.

Ressalta-se que a Educação Profissional e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia já era meta de governo quando na publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, documento que expõe concepções e metas para a educação. Na página da SETEC/MEC na rede mundial de computadores, vê-se claramente a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira:

... Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica. (BRASIL, SETEC, 2012)<sup>10</sup>

Neste diapasão, pode-se compreender que nos últimos sete anos há uma crescente valorização do ensino técnico e programas para sua expansão comparável ao marco inaugural em 1909 à época Educação Técnica, criado pelo então presidente Nilo Peçanha.

A Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estruturados a partir do potencial instalado nos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro.

Para os defensores da proposta, o propósito da criação dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas

---

<sup>10</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Tecnológica. Centenário da Educação Brasileira. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em fev. 2012.

instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (PACHECO, 2011).

Conforme dispõe o artigo 1º da referida Lei, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi assim concebida:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Este é primeiro passo para a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional através dos IF que, nas palavras de PACHECO (2011, p. 09):

... têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 400 campi espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

Essa nova configuração do Ensino Profissionalizante propõe a qualificação dos trabalhadores sem, contudo, abrir mão de sua formação ética, moral e cidadã. Unifica-se, então, a estrutura propedêutica com a estrutura profissional, de forma a preparar o aluno para o trabalho sem, contudo, deixar as noções de cidadania, conforme preceitua a LDB 9394/96 em seu artigo 2º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É preciso, no entanto, atentar para a relação entre educação e trabalho enquanto valor de uso. O trabalho, segundo FRIGOTO (1996, p. 153) “*é um princípio educativo fundamental a*

*ser socializado desde a infância. Todavia (...), sob a perspectiva do valor de troca, o processo de trabalho não pode constituir-se no parâmetro de uma educação (...) democrática e para a cidadania.”*

As reformas que vêm se efetuando na educação em forma de políticas governamentais e de Estado são, sem dúvida, consequência das transformações que vêm ocorrendo no mundo da produção. É de se considerar, entretanto, que a Educação também é, ou pode ser, espaço de transformação da vida social e, por conseguinte, das próprias relações de produção. Ao mesmo tempo em que é modificada pelo mundo da produção, ela também é capaz de modificá-lo. Importa, pois, redimensionar a ação educativa dentro do cenário sócio-político-econômico e do próprio discurso educacional, oportunizando reflexões em que o espaço educacional estabeleça relações concretas com o processo social; repensar o processo educativo no sentido de oferecer ao sujeito condições de compreender o meio onde está: social, econômico, político e culturalmente compreendendo-o e ousando transformá-lo.

A partir desta nova concepção, a Educação passa a ser entendida como processo de formação e de aprendizagem socialmente elaborado e destinado a contribuir na promoção da pessoa humana enquanto sujeito da transformação social, que transforma e é transformado. No mesmo sentido, o Espaço Educacional é entendido como o tempo em que o sujeito permanece na escola e, durante o qual a escola, enquanto agência formadora, cumpre um papel que lhe é específico, qual seja, o de oferecer condições de construção de conhecimentos novos e comprometer-se com a socialização do saber historicamente elaborado. (SÃO PAULO, 1990)

A fim de apresentar um pouco os IF, passaremos agora a abordar algumas de suas características principais.

### **1.2.1 A Questão da Territorialidade na Criação dos Institutos Federais**

O limite geográfico de atuação de cada Instituto Federal foi uma das principais questões discutidas quando se propôs a criação nos estados federados. Neste sentido, segundo Pacheco (2009, p.23), não se concebeu nenhum Instituto onde sua Reitoria não esteja no mesmo território. Outro fator de implementação foi considerar as mesorregiões <sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.

socioeconômicas dos estados em razão da natureza de atuação dos institutos nas respectivas regiões. Nessa direção, os IF vieram unificar as diferentes autarquias, escolas agrotécnicas, industriais e CEFETs, de um mesmo Estado em decorrência das identidades socioeconômicas de uma dada região mantendo sua delimitação em área territorial contínua. Assim, em 19 estados e no Distrito Federal foi possível constituir um instituto por unidade federada.

Segundo o mesmo autor, algumas dificuldades foram enfrentadas em regiões onde havia um maior número de autarquias com tradições institucionais muito diferenciadas, o que tornou essa unificação bastante complexa. Em decorrência destas dificuldades, alguns Institutos federais foram organizados a partir de escolas agrícolas, como foi o caso do IFSULDEMINAS, criados a partir das escolas agrotécnicas federais de Machado, Muzambinho e Inconfidentes, dada a enorme tradição e área abrangida, ou seja, o sul de Minas Gerais, que segundo dados estudados chegam à população total de três milhões de habitantes. Assim prevaleceram-se os consensos possíveis naquele momento. Há de se ressaltar também que a questão territorialidade deve ser abordada de forma mais ampla, principalmente pelo fato dessas instituições constituírem uma rede intrincada de Instituições com um propósito uno: desenvolver a capacidade tecnológica de cada região em que se encontram instalados os Campi dos Institutos.

A Lei 11892/2008 traz em seu inciso I do art. 6º, a finalidade dos Institutos, qual seja colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional. Ainda o parágrafo 3º do art. 2º estipula a área de atuação territorial dessa instituição como limite de abrangência de sua autonomia para criação e extinção de cursos para aquela determinada população.

Neste sentido, esses dois trechos legais evidenciam a importância do território na concepção dos institutos federais e na definição dos limites de sua atuação. Entretanto, vale salientar que a noção de território é polissêmica, ou seja, uma região não demanda apenas um tipo de atuação para qualificação profissional dada a heterogeneidade do próprio Brasil.

Assim, apesar de o forte da região do Sul de Minas Gerais estar centrado na atividade agrícola, isso não restringe a necessidade de qualificação para a indústria, comércio, e outras atividades produtivas, por exemplo.

Em uma leitura apressada e antecipada, pode-se inferir que o espaço geográfico tenha como referência as mesorregiões brasileiras. Neste sentido, pode-se afirmar que o território geográfico é quem determina onde os Institutos devem ser instalados. Entretanto, a esse conceito deve ser incorporada a concepção de território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo.

Como foi visto alhures, há uma tênue ligação entre momento econômico e a educação que é oferecida. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. É no território que se materializa o desenvolvimento local e regional na perspectiva da sustentabilidade – um dos preceitos que fundamenta o trabalho dos institutos federais. (Pacheco, 2009, p 21).

A aplicabilidade deste conceito seria ouvindo e articulando as demandas do território nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania.

No IFSULDEMINAS, as demandas são levantadas através de audiências públicas, fóruns com a população da região em que se pretende instituir um campus do Instituto. As demandas são levantadas em parceria com as Associações Comerciais e Industriais, Associações de moradores, entidade civis, Secretarias Municipais de Educação.

Considerando que o IFSULDEMINAS, a priori, foi constituído a partir das três escolas agrotécnicas federais de Machado, Muzambinho e Inconfidentes seus cursos ofertados já haviam sido instituídos anteriormente. Todavia, nos novos Campi de Pouso Alegre, Poços de Caldas e Passos foram realizadas audiências públicas com o poder público local para levantamento das demandas educacionais. Assim também foi feito nos 40 Polos de Rede espalhados pela área de abrangência do IFSULDEMINAS.

A região do Sul de Minas Gerais, área de atuação do IFSULDEMINAS, corresponde a todas as cidades através em que há Campi e Polos de Rede. As cidades mais populosas do Sul de Minas segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE) são: Poços de Caldas: 152.435 habitantes; Pouso Alegre: 130.615 habitantes; Varginha: 123.081 habitantes; Passos: 106.290 habitantes, Itajubá: 90.658 habitantes; Alfenas: 73.774 habitantes e Três Corações: 72.765 habitantes.

No ano de 2012, o IFSULDEMINAS oferece cursos de ensino médio integrado, técnico, subsequente e concomitante, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, especialização, pós-graduação e cursos de Educação a Distância. A Reitoria interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos campi. Sediada em Pouso Alegre, sua estratégica localização permite fácil acesso aos campi e unidades do IFSULDEMINAS. A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino,

pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais, apresentando, a exemplo dos demais Institutos federais de todo o Brasil um modelo pedagógico e administrativo inovador.

### **1.2.2 Objetivos, Finalidades e Características dos Institutos Federais**

Aqui se faz necessário compreender melhor o que se propõe com essa nova estrutura educacional. A Lei de criação dos IF esclarece cada uma das ofertas de ensino e campos de atuação dessas instituições, retomando a concepção de contribuir para o alcance de transformações sociais por meio da formação de profissionais críticos e comprometido com o bem coletivo.

Essa perspectiva estende-se a todos os níveis de ensino ofertados no âmbito dos IF, reafirmando seu papel frente ao desenvolvimento em suas diferentes dimensões: social, econômica e cultural. Não é por acaso que a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio está colocada em primeiro lugar no elenco dos objetivos dessas instituições. Com base no artigo 8º da presente lei, observa-se que há notadamente a intenção de que os Institutos Federais tenham sua maior atuação nesse nível de formação, entendendo ainda que esse deve ser ofertado prioritariamente na forma integrada ao ensino médio, nos termos do inciso I, do artigo 36-C, da Lei nº 9.394/96:

Oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

Na leitura do referido artigo permite-se notar que não seria necessária a ressalva: “para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”, uma vez que tal pré-requisito de acesso, independentemente se para adolescentes ou jovens e adultos, já se encontra amparado na LDB. Porém, este adendo denota a intencionalidade de a lei enfatizar que a instituição deverá observar o atendimento diferenciado a ambos os públicos quando da sua oferta de cursos técnicos.

O artigo 6º da lei que cria os Institutos Federais é bastante claro e objetivo sobre as finalidades e características dessas instituições, esclarecendo de forma inequívoca a missão dessas instituições, qual seja, a questão da formação do cidadão, sendo o sujeito político de direitos e deveres, na perspectiva de uma atuação profissional que faça do estudante um

excelente profissional.

A questão da pesquisa também está contemplada na legislação dos IF enquanto princípio educativo, sendo esta concebida como o trabalho de produção do conhecimento, como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca e como estímulo à criatividade. As questões suscitadas pelas necessidades sociais como as singularidades econômicas, sociais e culturais de cada região são consideradas como eixo orientador para a pesquisa.

Outra questão importante é a integração curricular da educação básica com a profissional, nos termos do Decreto nº 5.154/2004. Tratada tanto na perspectiva de otimização de recursos, quanto na oferta dentro do mesmo projeto pedagógico de cursos nos dois níveis educacionais: educação básica e superior. Considere-se que o projeto político pedagógico também deve tratar destas questões, uma vez que ele é alma da escola, o espírito que *in loco* trata das questões mais específicas do ambiente educacional.

“Projeto Político Pedagógico: ação intencional. Compromisso sócio-político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade e Pedagógico: no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para que essas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade” (PORTAL EDUCAÇÃO, 2012)<sup>12</sup>

Os componentes, ações e atividades desenvolvidas e aplicadas pelo Projeto Político Pedagógico impactam diretamente na escolha e na forma de organização dos componentes curriculares em cada projeto de curso.

Como se observa, a lei traz, na maior parte de suas finalidades, certa insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade. (PACHECO, 2011)

### **1.2.3 A questão da Educação de Jovens e Adultos**

Outra modalidade de ensino contemplada no âmbito dos IF é a Educação de Jovem e

---

<sup>12</sup> Texto Fragmentado do material didático - Projeto Político Pedagógico/ A Identidade da Escola Sistema de Ensino Portal Educação e Sites Associados

Adultos, por meio do PROEJA<sup>13</sup>, ideia cara à educação profissionalizante e tecnológica. A Lei de criação dos IF casa esta determinação à orientação de prioridade à oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo a educação de jovens e adultos uma modalidade educacional incorporada aos IF, pressupondo que essas instituições ofertem a educação apropriada para este tipo de público.

Também se encontra estipulado como objetivos dos Institutos Federais a oferta de cursos de formação inicial e continuada. A lei observa que tais cursos podem ser ofertados a trabalhador, compreendido como cidadão pertencente à população economicamente ativa – PEA, visando tanto sua qualificação inicial quanto a formação ao longo da vida.

Ressalta também que essa formação possa ser dar em qualquer dos campos de atuação da educação profissional e tecnológica, em outras palavras, em todos os setores econômicos, independente de formação anterior.

#### **1.2.4 A questão da Pesquisa e da Extensão**

A pesquisa tão carente de recursos no Brasil, e que atualmente vem sido subsidiada por diversos órgãos governamentais e até organismos internacionais, inclusive privados, mostra-se consideravelmente relevante no âmbito dos Institutos Federais. Na legislação que dá origem a essas instituições, as atividades de pesquisa integram o escopo de suas atribuições. É importante lembrar que até final do século XX, as instituições que originaram os Institutos eram entendidas como destinadas exclusivamente ao ensino na perspectiva da aprendizagem de uma profissão, em seu sentido restrito.

A política de criação dos Institutos Federais traz algumas características específicas das pesquisas desenvolvidas no âmbito destas instituições. Em primeiro lugar, concebe-se a pesquisa focada em problemas concretos da comunidade, de forma a buscar soluções técnicas e tecnológicas. Tais soluções devem ser divulgadas e disponibilizadas à sociedade. É nesse espírito que se entende o termo pesquisa aplicada como sendo a capacidade de aplicar seus

---

<sup>13</sup> Proeja é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos que tem por objetivo oferecer oportunidade de estudos àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. Este programa possibilita, em uma única matrícula, reunir os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. A idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos e não há limite máximo de idade. Pré-requisito: ter concluído o ensino fundamental. O curso tem duração de três anos e permite ao formando prosseguir os estudos em nível superior, assim como exercer atividades profissionais técnicas. (BRASIL, 2012)

resultados para melhoria das condições de vida em uma localidade. Sem negar outras possibilidades de pesquisa, a lei coloca como objetivo precípua da pesquisa nessas instituições sua contribuição para o desenvolvimento sustentável local.

No que se refere à extensão, vale afirmar que a estrutura da extensão se desenvolveu historicamente nas instituições federais de educação profissional e tecnológica dentro de um viés notadamente empresarial e de arrecadação de recursos para sua auto sustentação. Considerando que o papel dos Institutos está visceralmente vinculado ao desenvolvimento local e promoção da cidadania, as atividades de extensão tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade.

É nesse sentido que as atividades de extensão são concebidas como uma espécie de porta de entrada dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional. Igualmente, é pela relação dialógica instituição\comunidade, essencial às atividades de extensão, que se descortinam os referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares que poderão contribuir para um ensino contextualizado e significativo e para definição de objetos de pesquisa sintonizados com as demandas sociais locais.

Tal postura reconhece a importância dos saberes construídos no seio dos movimentos e organizações sociais na formação do trabalhador. As atividades de extensão são também vistas como valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

### **1.2.5 A questão da formação para o mundo do trabalho e o Ensino Superior Tecnológico**

Assim como descrito da Constituição Federal e na LDB, cabe ao Estado à formação e emancipação do cidadão, preparando-o para a vida, o trabalho e para viver em sociedade. A legislação que cria os IF traz à luz uma questão de vital importância para a educação profissional e tecnológica: a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão.

Trata-se de lugar comum avaliar a efetividade social da educação profissional e tecnológica apenas pelas taxas de empregabilidade de seus egressos. Porém, é importante observar que perante o atual cenário, para além da possibilidade da criação de pequenas e micro empresas, bem como do trabalho autônomo, parte dos beneficiários da educação profissional e tecnológica buscam alternativas de trabalho e renda em sistemas de produção

alternativos, nas cooperativas ou associações de economia solidária. É esse o caso de camponeses e moradores de áreas de alta vulnerabilidade social, entre outros, que, segundo PACHECO (2011: 19), são o principal foco deste segmento educacional:

O desenvolvimento de processos educativos que levem a geração de trabalho e renda em prol do desenvolvimento local pressupõe uma proposta de formação que conduza o educando a ampliação de sua capacidade de perceber os problemas contemporâneos e posicionar-se criticamente perante estes. Tal comportamento exige autonomia intelectual e uma visão mais integrada do contexto, ou seja, emancipação.

Já em relação à educação superior, percebe-se aqui uma nova concepção da Educação Profissional, anteriormente apenas focada no Ensino Médio e na formação de mão de obra. Com a criação dos IF, a atuação nesse nível educacional se estende a praticamente todos os tipos de graduação: cursos superiores de tecnologia, graduações tecnológicas, incluindo licenciaturas e bacharelados com ênfase para as engenharias. No escopo da pós-graduação são ressaltados os programas especiais de formação docente para a educação básica, que necessitava de regulamentação, e outras especializações nas diferentes áreas do conhecimento, incluindo as modalidades de pós-graduação *stricto sensu* em mestrado e doutorado.

Neste sentido, frisa-se que o texto vincula os cursos de pós-graduação *stricto sensu* à proposta de geração e inovação tecnológica. Pode-se perceber que alguns princípios gerais perpassam essas diretrizes:

A concepção de que a pós-graduação deve contribuir para a formação de recursos humanos para os campos da educação, ciência e tecnologia, visando o desenvolvimento da educação básica e da profissional e tecnológica, além da formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica e, a transferência de tecnologia para a sociedade. (BRASIL, 2008)

### **1.2.6 Reserva de Vaga ao Ensino Médio**

O artigo 8º da Lei 11.982/2008 trata da questão da reserva de vaga ao Ensino médio e afirma:

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50%

(cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Como o limite da autonomia das autarquias é definido pelos fins para os quais elas são criadas, a lei estabelece referenciais de atendimento em diferentes ofertas educativas, explicitando a atuação mínima requerida nas diferentes faces do serviço público prestado pela instituição. Tal ação tem como objetivo resguardar a proporcionalidade da oferta entre os diferentes cursos a fim de garantir a consecução de um projeto político educacional.

Assim, na distribuição das vagas em cada exercício, cada Instituto deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) destas para atender a educação profissional técnica de nível médio, priorizando a forma de oferta integrada ao ensino médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Aqui há uma diferença de postura em relação a período recente quando o governo coibiu esta forma de oferta. A lei prioriza a forma integrada, mas não a torna exclusiva, respeitando as características regionais e institucionais.

Igualmente estabelecem-se na Lei percentual mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional. Deduz-se que os restantes 30% (trinta por cento) serão preenchidos pela oferta de cursos previstos na lei, abrindo-se também a possibilidade para os cursos de formação inicial e continuada.

Vale observar que, no texto da lei, os cursos de formação inicial e continuada, normalmente em conteúdos menores de, em média, 160h\aula estão incluídos no rol das ofertas de ensino – o que os coloca com um dos cursos no âmbito da educação profissional e tecnológica, no mesmo espaço dos cursos técnicos e das graduações e pós-graduações tecnológicas.

Ainda no que trata a lei, abre-se espaço para ampliação da oferta em nível superior

desde que as demandas sociais das respectivas regiões assim justifiquem, porém, sem redução do percentual de oferta mínima em educação profissional técnica de nível médio prevista em lei e com aprovação do Conselho Superior do Instituto e do Ministério da Educação.

Assim, pode-se afirmar que a criação e expansão da rede federal de educação tecnológica foi um marco divisório na questão da educação profissional. Entretanto, não se visa apenas à questão de criar vagas e oferecer cursos. Essencial se faz garantir a permanência dos alunos até o término do seu curso, isto é, cuidar da permanência dos alunos na instituição. Para tanto, torna-se necessário utilizar práticas políticas públicas de incentivo àqueles em situação de vulnerabilidade social, ou seja, alunos com dificuldades.

Assim, adentrar-se-á no próximo capítulo na questão da assistência estudantil, através de uma análise histórica e atual das políticas públicas de permanência e garantia ao ensino público.

## **CAPÍTULO 2 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Este capítulo está ancorado na discussão sobre as políticas de Assistência Estudantil voltadas à garantia da permanência e atendimento aos discentes em estado de vulnerabilidade social. Nosso foco de estudo está na assistência aos estudantes dos diferentes níveis de ensino do IFSULMINAS. Nesse sentido, fazemos inicialmente uma breve incursão na trajetória da assistência estudantil no ensino superior. Isso porque, em primeiro lugar, a maior parte da literatura sobre o assunto aborda a assistência estudantil voltada ao este nível de ensino. Segundo, porque a provisão e gestão do ensino fundamental e médio têm sido, desde a Constituição de 1988, de responsabilidade principal dos governos municipais e estaduais. Além disso, a legislação que implanta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) priorizou o ensino superior, sendo omissa em relação aos alunos do ensino médio, principal clientela dos IF, como discutiremos a seguir.

Vale dizer que embora importantes, a análise sobre o acesso dos alunos ao Ensino Superior no Brasil e as diferenças entre a Educação Pública e Privada, em crescente expansão a partir da década de 1980, não serão abordados nessa dissertação, por fugir do escopo do estudo.

### **2.1 A Assistência Estudantil no Brasil em perspectiva histórica.**

A princípio, a questão assistencial dirigida aos alunos do ensino superior pode ser entendida em dois momentos distintos. A primeira fase compreende o período em que foi criada a Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, até o final da década de 1980; a segunda fase abrangendo a promulgação da Constituição Federal de 1988, passando pela implantação do PNAES em 2010, até os dias atuais.

Uma das primeiras manifestações de que se tem notícia sobre o oferecimento de assistência a estudantes no Ensino Superior ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante, com o intuito de apoiar os estudantes universitários brasileiros. Entretanto, o estabelecimento se localizava em Paris e era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência. O governo federal de Washington Luís era responsável pelo repasse integral das verbas da construção e da manutenção da residência (ARAÚJO, 2007).

O movimento estudantil (ME) sempre teve uma ligação muito forte com as moradias estudantis. O próprio surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) denota essa ligação com a Casa dos Estudantes, haja vista que foi no final dos anos 1930, no debate em torno da moradia estudantil que se percebeu a necessidade de organização política dos estudantes nacionalmente. A Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro então Distrito Federal, convoca o 1º Conselho Nacional de Estudantes, e nesse evento se funda a UNE, em 1937.

A Casa do Estudante do Brasil começou a funcionar com o objetivo de auxiliar os estudantes mais carentes. Esse espaço correspondia a um casarão com três andares com um restaurante popular, que era frequentado por estudantes carentes e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício (ARAÚJO, 2007, p 9). Porém, foi durante o governo de Getúlio Vargas que a casa passou a ser financiada pelo governo federal, em troca de apoio político dos jovens estudantes universitários. Vale registrar que no ano de 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), mediante a reunião do Conselho Nacional dos Estudantes.

A Casa do Estudante do Brasil seria responsável pela sede administrativa da UNE, organizando a biblioteca, o serviço de saúde e a residência estudantil; promovendo a assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios. No ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, ocorreu o rompimento entre a Casa do Estudante do Brasil e os membros da UNE, por divergência de opiniões. A partir daí, a UNE se torna uma instituição de cunho mais politizado. No mesmo ano, foi criado o Teatro do Estudante do Brasil, com inspiração em grandes teatros universitários europeus, o qual permitiu a participação de muitos estudantes na vida cultural acadêmica (CUNHA, 2007, p 227)

Para além da questão da moradia estudantil, os primeiros passos em busca de uma política assistencial dirigida aos alunos do ensino superior ocorreram em 1931, com a

Reforma Francisco Campos. Esta lei foi incorporada na Constituição Federal de 1934 e estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos necessitados através do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária (LIMA, 2002, p 26).

Como naquele momento o ensino superior estava se reorganizando, a assistência estudantil ocorria principalmente através de investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória. Por essa razão, as principais ações foram as construções de cidades universitárias. No ano de 1934, quando Gustavo Capanema ocupava o cargo de Ministro da Educação e da Saúde, se vislumbrou a necessidade concreta da criação da primeira cidade universitária no Brasil, caracterizando um espaço próprio para abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa, na Universidade do Rio de Janeiro, buscava centralizar fontes bibliográficas, facilitar a ligação entre pesquisa e ensino, maior intercâmbio dos estudantes e materiais didáticos, acabar com o trabalho duplicado, centralizar o esporte, e maior controle por parte da reitoria (OLIVEIRA, 2006).

O termo cidade universitária está associado à *Cité Internationale Universitaire de Paris*, que foi construída a partir da união da iniciativa privada, através do industrial Emile Deutsch de La Meurthe, o então reitor da Universidade de Paris, Paul Apell e o Ministro da Educação André Honnorat. Essa instituição não abrigava prédios de faculdades ou centros administrativos seu objetivo era somente a moradia estudantil. Em 1937, foi concluída a primeira fase da construção abarcando dezenove moradias, incluindo a *International House*. Esta era composta de um restaurante, uma biblioteca, uma piscina, salões e uma série de atividades para os estudantes e professores. Ao longo dos anos, foram construídos mais dezessete novos prédios e houve a doação da ilha de Brehat para que os alunos pudessem descansar.

Segundo Oliveira (2006, p 31), somente em 1953 o primeiro prédio foi ocupado na Baía de Guanabara. No ano de 1973, foi inaugurada a cidade universitária, abrigando a maior parte dos seus prédios da Universidade. As autoridades políticas e acadêmicas da época julgavam ser indispensável a criação de um espaço físico de modo a congregar centros, faculdades e institutos, dando um caráter de vida acadêmica que faltava no país. Além disso, a Universidade precisava de espaço apropriado com prédios adequados à realização das aulas e laboratórios que dispusessem de equipamento para o desenvolvimento das pesquisas. Ainda conforme aponta o autor, a Cidade Universitária era fundamental para o desenvolvimento da

produção de conhecimento e tecnologias necessários ao país naquele momento.

Nessa mesma perspectiva, outras instituições foram criando suas cidades universitárias. Entretanto, a aproximação da concepção de educação superior, no Brasil, baseada no modelo norte americano só aconteceu nos anos de 1960. Por esta razão, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição a utilizar o espaço baseado nesse formato. A partir daí, passa-se por um processo de mudança de nomenclatura de cidade universitária para campus universitário. De acordo com Luís Antônio Cunha:

Com efeito, a UNB foi a primeira universidade brasileira que surgiu fora do modelo de agregação de faculdades profissionais preexistentes... Mais do que isso, a Universidade de Brasília foi a primeira que, em nosso país, aliou a concepção de sua estrutura com a concepção da morfologia de seu campus. Destaca-se no conjunto um longo edifício, que reúne os institutos centrais das diversas áreas do conhecimento, rodeado pelos prédios das faculdades profissionais. Aliás, pela primeira vez, a diferença entre institutos e faculdades, numa universidade brasileira, foi traçada de maneira racional (CUNHA, 2003, p.229).

Durante os anos de 1960, período de ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, a UNE realizou em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária, com intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, resultando na Declaração da Bahia. Esse documento solicitava que as universidades fossem um espaço de todos, através da criação de cursos acessíveis a todos. Ainda no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que estabelecia no artigo 90, a assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos; e no artigo 91 constava que os educandos teriam direito a bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos, financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. A LDB colocava que a assistência estudantil deveria ser um direito igual para todos os estudantes.

No ano seguinte, as questões relacionadas à assistência estudantil voltaram a ser debatidas pela UNE. O Conselho da União Nacional de Estudantes, juntamente com suas respectivas comissões, dentre elas a Comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante, realizou o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba. Nesse evento, foi emitida a Carta do Paraná, que reiterava os assuntos discutidos no encontro anterior e debatia a objetivação da Reforma Universitária. Essa reunião levantou pontos como a criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilhas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o

aumento do número de restaurantes universitários (FÁVERO, 1995)

Importante ressaltar que essas reuniões foram os últimos eventos públicos de debate da UNE antes de a mesma ser declarada ilegal pela Lei Suplicy de Lacerda. Em 1964, a sede da UNE foi incendiada. Nesse momento, todas as representações estudantis ficaram submetidas ao MEC. Somente no ano de 1994, no governo do Presidente Itamar Franco, a UNE retoma a sua sede e na mesma época, sob responsabilidade da UNE inicia-se a confecção das carteiras de meia entrada em eventos culturais.

No que se refere à legislação é importante ressaltar que na Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação continua sendo um direito de todos, ministrada no lar e na escola; porém, pela primeira vez se acrescenta o direito à igualdade de oportunidade, em consonância com o projeto nacional desenvolvimentista do Regime Militar. Na mesma direção, a emenda constitucional de 1969, estabelecia que o ensino seria livre para iniciativa particular e mereceria o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsa de estudos. Além disso, atribuía que o ensino seria gratuito, no ensino médio e no superior, para aqueles que demonstrassem aproveitamento e não tivessem recursos suficientes para supri-los. Ao mesmo tempo, admitia que o poder público também substituísse a gratuidade do ensino por meio de concessão de bolsas de estudos mediante restituição. Durante o governo militar de 1964-68, houve um forte incentivo na criação de novas universidades federais e estaduais, investimento em laboratórios e aperfeiçoamento do corpo docente, buscando o desenvolvimento no ensino superior.

A Lei 5.540 de 1968 promulgou a Reforma Universitária, estabelecendo que o corpo discente tivesse direito a representação, através de voto, nos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados e nas comissões dos estatutos e dos regimentos. O artigo 40 estabelecia que as atividades de extensão proporcionassem aos estudantes uma maior participação no desenvolvimento da vida da comunidade. Segundo Meneghel (2002), esta Reforma constitui-se como um fator importante na construção de políticas voltadas para educação superior, uma vez que o Estado assumiu o controle de várias instituições; orientou gastos; e buscou estreitar as relações entre academia, setor privado e sociedade. Ainda segundo a autora, através da intervenção do Estado as Instituições de Ensino Superior (IES) sofreram um processo de expansão, através do aumento de instituições privadas; e de modernização com maior incentivo estatal na pesquisa e na pós-graduação. O que não fica claro na abordagem da autora é o quanto essa política, a exemplo do padrão de intervenção do Estado brasileiro na área social, acabou por privilegiar a rede privada de ensino.

No ano de 1970, o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), órgão vinculado ao MEC, que pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico, contudo extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1995).

A UNE passou treze anos na ilegalidade, o que levou a diminuição dos debates estudantis sobre assistência aos graduandos. De acordo com Lima (1999), as reivindicações sobre moradia estudantil foram retomadas, quando a UNE voltou à legalidade. Nas palavras da autora: Somente após a reativação da União Nacional Estudantil - UNE e o fim do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, a luta Pró-Moradia Estudantil foi retomada, tendo como marco representativo a realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro.

A partir do final da década de 1970, o Brasil passou por um processo de redemocratização, decorrente, principalmente, de uma forte crise econômica que se estabeleceu no governo militar (KINZO, 2001). Desde então, verifica-se que as ações de assistência ao corpo discente matriculados no Ensino Superior entram em uma segunda fase.

Em 1985, já no contexto da Nova República, o então Ministro da Educação, Marco Maciel, constituiu a "Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira" que propôs "uma Nova Política para a Educação Superior" e recomendou a realocação de recursos suficientes para o custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em instituições de Ensino Superior - IES públicas que ainda não os possuíssem (LIMA, 1999, p.3).

Com a nova conjuntura política que se instaurou devido à redemocratização do país, abriu-se espaço para uma série de debates que visavam garantir os direitos sociais dos cidadãos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o marco da garantia da efetividade dos direitos fundamentais e da prevalência dos princípios democráticos.

No âmbito da educação, a Constituição Federal salienta, em seu artigo 206, que:

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei,

planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;  
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII - garantia de padrão de qualidade. (Constituição Federal, 1988)

Observa-se que na Carta Magna, a educação é tratada como uns dos elementos responsáveis para a construção de uma sociedade livre e justa. Para tanto, a Constituição prevê o oferecimento de condições educacionais básicas que encaminhem os indivíduos para o acesso a bens primários como recursos econômicos, sociais e culturais. Do mesmo modo, a Lei de Diretriz e Bases (LDB) de 1996 reforçou a pertinência do princípio da igualdade na educação, sendo esse um dos seus fins. No texto da LDB, também é possível perceber que há um encaminhamento para se pensar a educação voltada para as necessidades de determinados grupos e situações específicas. Dessa forma, a educação passa a ser pensada sob um viés mais equitativo.

No plano internacional, a garantia da educação superior, como um direito de todos, foi abordada pela UNESCO, no ano de 1998, na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. A perspectiva de tornar este grau de ensino mais democrático, está associada à concepção da formação de uma sociedade com mais igualdade social e maior equidade de oportunidades. Nessa perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI afirma que:

[...] Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (UNESCO, 1998; p12).

Esse cenário permeado por discussões e elaborações de leis que visam à democratização dos direitos sociais fez emergir o problema da desigualdade na educação superior de modo que, no Brasil, as condições de acesso a esse grau de ensino passaram a ser tema de intensos debates. Os governantes e a sociedade civil passaram a entender que tais dificuldades estavam se tornando um grande empecilho para o desenvolvimento da educação no país. Portanto, tais questões passaram a ser examinadas com mais cautela.

No início, verificou-se que o acesso era o principal problema que limitava a inclusão

na educação superior. Entretanto, na medida em que as discussões foram avançando, constatou-se que não bastava apenas garantir o ingresso dos estudantes em um curso superior, mas também era necessário oferecer condições de permanência, aventando-se, assim, a possibilidade de se investir na assistência estudantil. Dessa maneira, a permanência na educação superior passou a ser entendida como um problema que deveria compor a agenda das políticas públicas. (BRASIL, 2012)

Contudo, é importante salientar que a formulação de uma política pública é um processo longo e permeado por disputas de interesses. Isso fez com que, apesar dos debates em torno do assunto, na década de 1990, houvesse poucos recursos para custear a assistência estudantil nas universidades. Nesse sentido, Rocha (1997) aponta que, naquela época, os programas dirigidos com o fim de apoiar os estudantes eram fragmentados devido à escassez de recursos das IES. As ações que prevaleciam eram destinadas a sanar as necessidades básicas dos alunos de baixa renda como moradias estudantis e restaurantes universitários.

É na conjuntura dos anos 2000 que se criam as condições para a formulação de uma política de assistência estudantil de abrangência nacional. Destacam-se aqui a criação, em 2001, do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pela União com a colaboração dos Estados, Distrito Federal e Municípios (e que contempla diretrizes posteriormente incorporadas no PNAES) e o importante papel desempenhado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Essa breve recuperação histórica permite observar que desde a implantação das suas primeiras medidas no início do século XX, a assistência estudantil foi marcada pela informalidade, pelo caráter pontual e descontínuo de suas ações e ainda marcado pela escassez de recursos. Impulsionadas em grande medida pela mobilização estudantil, as ações eram prioritariamente dirigidas problemas básicos e emergenciais dos estudantes, principalmente a moradia e a alimentação. Entretanto, o alcance dessas medidas se mostrou restritivo e pouco eficaz, o que nos permite afirmar que ao longo do tempo não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes.

## **2.2 Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino e a recente incorporação do Ensino Médio: o PNAES**

No ano de 2010, através do Decreto 7.234, o governo federal instituiu efetivamente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Entretanto o PNAES já havia sido

previsto desde o ano de 2007 com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Programa é direcionado a alunos das instituições federais de ensino superior, e tem como finalidade precípua a garantia de permanência dos alunos nas instituições, como explicitado em seu primeiro artigo:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.(BRASIL, 2010)<sup>14</sup>

O PNAES abrange as universidades federais e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, mas não faz menção ao Colégio Pedro II, única Instituição Federal ofertante de Ensino Fundamental e Médio.

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, implantado em dezembro de 2008 representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse programa “tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior”. E, em seu artigo 2º, item V, que “o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.”

Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas notadamente faz parte do processo de democratização das universidades. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Também é necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

### **2.2.1 Antecedentes**

Uma das primeiras medidas tomadas para reverter os números díspares no binômio de matrícula/conclusão de curso foi em 1987, quando surgem duas grandes frentes: o

---

<sup>14</sup>BRASIL, Decreto 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Brasília. Senado Federal. 2010.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que propuseram políticas de discussões sobre as questões educacionais, em especial aquelas relativas à assistência estudantil.

Vale registrar que as primeiras discussões com relação ao tema começaram em meados da década de 1980 nos encontros dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas Reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Foi desses encontros que surgiu, em 1997, o FONAPRACE, congregando Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantes das IFES no Brasil. O objetivo do Fórum era promover o debate sobre a assistência estudantil, procurando articular as IES, públicas, na busca do estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

Os membros do FONAPRACE, como dirigentes de universidades públicas constatavam as dificuldades que as IES encontravam para manter os alunos nas instituições, por esta razão sempre salientaram a importância da assistência estudantil. O argumento ainda era corroborado pelo pressuposto de que para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário acima de tudo incorporar, estudantes de baixa renda. Entretanto, segundo eles, não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário sobretudo a criação de possibilidades concretas de permanência desses estudantes na universidade.

Vinculado à ANDIFES, o FONAPRACE defendia a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos em vulnerabilidade social. (ANDIFES, 2011)

Ao longo da década de 1990, em um cenário marcado pela redução dos gastos sociais e investimentos públicos decorrentes da adoção de medidas de ajuste estrutural da economia no país e fortalecimento do ideário neoliberal, ganham força a reflexão e a revisão das práticas institucionais relativas à assistência estudantil. Nesse contexto, coube às IES públicas

assumir a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes. Pode-se dizer, contudo, que esse processo ficou estagnado por mais de dez anos, tanto pela inércia do poder Executivo quanto pela morosidade do poder legislativo em efetivamente propor leis que garantissem aos estudantes a sua manutenção com dignidade e equidade no Ensino Superior.

No ano de 1998 e muito impulsionado pelo FONAPRACE, o Ministério da Educação – MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – realizou uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa pesquisa tinha por objetivo conhecer a real situação dos estudantes brasileiros e, desse modo, subsidiar a adoção e/ou aperfeiçoamento de programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições. Depois disso a Andifes ainda realizou pesquisa em 2003-2004 e posteriormente em 2011. A pesquisa foi realizada por meio de coleta de dados em todos os estudantes das Universidades Públicas Federais de todo o país. (ANDIFES, 2011)

Os resultados desta pesquisa apontaram que, em termos gerais, a maioria dos estudantes pesquisados são jovens, saudáveis, do sexo feminino, solteiras, sem filhos, morando com a família; têm na figura paterna o principal provedor e locomovem-se por meio de transporte coletivo. Procuram as IFES pela sua gratuidade e qualidade de ensino, buscando desenvolver suas aptidões pessoais com o ideal de contribuir para mudar a sociedade. Leem pouco, informam-se através dos telejornais, divertem-se dançando e frequentando barzinhos, envolvem-se pouco com movimentos sociais, têm a atividade física como principal lazer e preferência pela caminhada. Existe ainda uma parcela considerável de alunos que migrou para estudar e que não conta em seu cotidiano com o convívio familiar (BRASIL, 2011).

A pesquisa destacou ainda as seguintes variáveis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho.

O **local de moradia** antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condições de vida. A pesquisa apontou que 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar, ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. No que concerne à **alimentação**, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, e educativa, de ação social e de convivência universitária de 19,10% dos estudantes pesquisados.

Identificou-se que **trabalhar** e estudar simultaneamente é uma condição comum a todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares. Para o FONAPRACE (op. cit.) a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é tímida, pois apenas 16,83% do universo total pesquisado participavam desses programas. Deve-se, no entanto, considerar o número e a remuneração dos programas em questão.

A tendência para a busca da **automanutenção** apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, apontavam para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

A maioria dos estudantes (60,60%) utiliza **transporte coletivo** para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de garantir acesso aos *campi* a custos baixos. Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais frequentam os serviços públicos de **saúde**. Com relação à frequência a consultas odontológicas, eles são aqueles que procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, indicando uma saúde bucal precária. Se levar-se em conta que 21,41% dos estudantes têm menos de vinte anos, podem ser identificados alguns temas considerados desafiadores dessa faixa etária, que demandam programas de saúde específicos: prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; saúde mental, dependência química e saúde bucal.

Outra demanda importante apresentada durante a realização da pesquisa refere-se à prevenção de acidentes no exercício de atividades curriculares. A aquisição de equipamentos de proteção individual para os usuários de laboratórios e em atividades de risco é uma necessidade imperiosa.

Os resultados desta pesquisa permitiram dar visibilidade às principais vulnerabilidades sociais dos estudantes das instituições federais de ensino e contribuíram para trazer a necessidade de criação de uma política nacional voltada à assistência estudantil para a agenda governamental.

Além dessa pesquisa, os índices de evasão escolar compuseram os argumentos em defesa da posterior instituição do PNAES, contribuindo para a entrada do tema na agenda pública de estruturação da assistência estudantil. Por esse motivo, ainda que o tema não seja foco desta dissertação, apresentamos a seguir uma pequena digressão sobre o mesmo.

## **2.2.2 Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior**

A evasão escolar, entendida como interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer que seja o nível de educação.

Inúmeras consequências advêm da evasão escolar, dentre elas as perdas tanto para a instituição como para o discente. Há perdas de natureza econômica para o aluno, uma vez que as recompensas sociais relacionam-se à obtenção do título. As instituições sofrem com a perda de prestígio e até mesmo com o risco de manutenção das condições de sobrevivência financeira. A sociedade perde com os investimentos mal aproveitados, uma vez que os alunos ocupam as vagas e não concluem seus cursos. Não é incomum que o estudante decida mudar de área, deixando a vaga ociosa, que raramente é preenchida nas IES públicas. Nas instituições privadas, só há preenchimento nas carreiras mais concorridas e nos estabelecimentos que conquistaram maior credibilidade no mercado (TIGRINHO, 2008 p. 1)

O simples fato de ingressar na educação superior não garante o êxito educacional do estudante, pois as características deste nível de ensino diferem da educação fundamental e média. A descontinuidade em relação ao que o aluno vivenciara até então causa certa insegurança quanto à carreira e exigem mudanças significativas de hábitos.

Inúmeras causas podem ser contributivas para a evasão escolar. Pode haver decepções, também, quanto às expectativas levantadas em relação à vida universitária, à estrutura e metodologia do trabalho acadêmico, quando o aluno, mesmo com o pouco conhecimento específico, almeja o exercício da profissão.

Candidatos à educação superior, em decorrência de suas condições sociais e financeiras, desistem desde o início da tentativa de ingressar em um curso mais concorrido, procurando por outros menos procurados, mesmo com pouco interesse em exercer a profissão correspondente. Esses alunos esperam que a opção por áreas menos concorridas possibilite o ingresso a um nível educacional, cujo título poderá facilitar a ascensão social.

Os mais privilegiados, sob o ponto de vista socioeconômico, geográfico e pela escola de origem, conquistam as vagas das universidades mais concorridas. Entretanto, isto não garante a conclusão do curso, haja vista o número significativo de matriculados que não se titulam no prazo mínimo proposto pela Instituição, quaisquer que sejam as razões.

A desistência na educação superior está relacionada à grande diversidade do sistema e

à especificidade de cada instituição. Na busca de respostas para as causas desse fenômeno há que se analisar o que está sendo efetivamente implementado para favorecer as condições acadêmicas e, conseqüentemente, melhorar o sistema de ensino nacional. (TIGRINHO, Op. cit)

Pelos dados do INEP (2005), tabela 1, verifica-se a velocidade de expansão do ensino superior no Brasil, a partir do ano de 1995, e a preponderância das IES - Instituições de Ensino Superior privadas no setor, que representavam 76,5% em 1995 e passaram a 89,8% em 2005.

Tabela 1 - Distribuição percentual do número de Instituições de Educação Superior, por categoria administrativa - Brasil 1995 – 2005

<b>Ano</b>	<b>Pública</b>	<b>%</b>	<b>Privada</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>1995</b>	210	23,5	684	76,5	894
<b>1996</b>	211	22,9	711	77,1	922
<b>1997</b>	211	23,4	689	76,6	900
<b>1998</b>	209	21,5	764	78,5	973
<b>1999</b>	192	17,5	905	82,5	1.097
<b>2000</b>	176	14,9	1.004	85,1	1.180
<b>2001</b>	183	13,2	1.208	86,8	1.391
<b>2002</b>	195	11,9	1.442	88,1	1.637
<b>2003</b>	207	11,1	1.652	88,9	1.859
<b>2004</b>	219	10,8	1.801	89,2	2.020
<b>2005</b>	236	10,2	2.074	89,8	2.310

Fonte: MEC/INEP/CAPES

Ainda segundo Tigrinho (2008) dentre outros fatores a questão financeira, importante motivo da criação da política de assistência estudantil, é fator determinante da evasão:

Problemas financeiros - A luta pelo sustento da família e custear os estudos ocasionam dois agravantes que levam muitos a trancar a matrícula: primeiro é a falta de tempo para se dedicar aos estudos e o segundo é o alto preço das mensalidades nas IES privadas, cujo salário chega a ser menor. Conforme afirma Sganzerla (2001) "o problema é mais complexo do que se imagina: para muitos alunos o trabalho não é consequência direta das agências econômicas, mas instrumento para se distanciar das obrigações acadêmicas".

### 2.2.3 Sobre o PNAES

Como demonstrado, as pesquisas desenvolvidas pelo FONAPRACE constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, o que ocasionava dificuldades para se manter na universidade. Com base nessas informações, e diante do quadro de evasão educacional, o FONAPRACE procurou salientar que o ensino superior público vem atendendo a uma demanda significativa das camadas sociais menos privilegiadas, mas que isso não é suficiente para que os alunos permaneçam na universidade.

Na busca de responder a essa situação e atendendo a uma reivindicação do FONAPRACE, foi instituído, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE). Instituído pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o PNE tem por objetivos a melhoria da qualidade do ensino, a redução da desigualdade social no acesso e na permanência na escola. O PNE define as diretrizes com o objetivo de articulação, de desenvolvimento de todos os níveis de ensino, e da integração das ações do Poder Público. Além disso, o Plano determina a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico, em obediência à própria LDB, que preceitua a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Todavia, essa perspectiva não logrou avanços, pois não havia investimentos suficientes do governo federal em programas de assistência aos estudantes das universidades.

Outro sujeito coletivo importante nesse processo é o Movimento Estudantil (ME) que, a exemplo do FONAPRACE, também vem realizando eventos, debates e mobilizações em torno do tema da assistência estudantil. Ao longo das últimas décadas, o ME vem defendendo a adoção de melhores condições de permanência, principalmente para jovens de baixa renda. De acordo com a União dos Estudantes (UNE), principal representante do Movimento Estudantil no país, de nada adianta a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver garantia para que possam participar da vida acadêmica e concluir com sucesso os cursos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, a assistência estudantil deveria, na concepção da UNE, abranger as mais variadas dimensões da formação do aluno na educação superior. (UNE, 2011)

Observa-se também a realização de estudos de cunho acadêmico, nas áreas de educação, serviço social e economia, os quais pretendem mostrar a realidade da assistência estudantil em algumas instituições específicas. Estes vêm sendo publicados em revistas, apresentados em congressos científicos e debatidos em grupos de pesquisas. Além de apontar

alguns problemas referentes à assistência estudantil, no Brasil, tais pesquisas, mostram encaminhamentos e alternativa para pensar as questões de forma adequada. Desse modo, é possível perceber que a formação de um consenso com relação às alternativas propostas.

Esse consenso, associado a outras condições aqui discutidas, permitiu que a ANDIFES, na gestão 2007/2008, através do FONAPRACE, propusesse ao MEC a construção de uma política assistencial que vise à permanência e à conclusão dos cursos de graduação. O FONAPRACE entende que as políticas de assistência estudantil:

... como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (ANDIFES, 2001, p.5).

Assim, em 2007, o FONAPRACE apresentou ao MEC o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que passou a ser adotado, como uma política que visa à permanência dos estudantes, nas IFES.

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, implantado em dezembro de 2008 representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse programa “tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior”. E, em seu artigo 2º, item V, que “o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil”.

Assim cada Universidade Federal, dada a sua autonomia concedida por lei, começou implantar políticas de assistência estudantil sem uma unificação ou diretriz para a concessão destes auxílios.

Com base nos resultados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos discentes (FONAPRACE, 1997; 2004), o FONAPRACE apontou cinco fatores que seriam fundamentais para a garantia das condições justas de permanência na graduação como: a) permanência; b) desempenho acadêmico; c) cultura, lazer e esporte; e) assuntos da juventude. O projeto do PNAES dá destaque ao fator da permanência, mostrando uma série de dados que salientam a importância de investir em indicadores como: moradia, alimentação, saúde,

transporte e creche. Ainda de acordo com o projeto, as casas de estudante são importantes, na composição de uma política de assistência estudantil, uma vez que cerca de 30% dos jovens que ingressam em uma universidade federal se deslocam do seu contexto familiar, destes 12% pertencem às classes C, D e E.

As moradias estudantis, entretanto, só atendem a 2,4% desse público. Os restaurantes universitários são frequentados por cerca de 25% dos discentes, grande parte deles de baixa renda. O transporte coletivo é utilizado por cerca de 60% desses jovens. Os estudantes de baixa renda são os que mais frequentam serviços públicos de saúde. O fator de desempenho acadêmico pode ser aperfeiçoado com a promoção de bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político acadêmica, acompanhamento psicopedagógico. Já o fator cultura, lazer e esportes podem ser viabilizados por meio de acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais, acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. Por fim, o projeto destaca os assuntos da juventude, que agrega ações destinadas à orientação profissional, sobre o mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania, sexualidade e dependência química (FONAPRACE, 1997; 2004).

O projeto entende que esses fatores devem fazer parte de uma política de assistência estudantil para que a universidade consiga formar cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, cabendo também à instituição se comprometer com as questões sociais.

As Instituições Federais começaram a discutir as políticas de assistência estudantil, que até então contavam com poucos recursos e políticas para a manutenção de sua condição como aluno. Assim, no ano de 2010, criou-se através do Decreto Federal 7234/2010, a regulamentação específica do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que disciplina o *modus operandi* para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior – IFES. O objetivo, a princípio, seria viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, com a adoção de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Em seu texto legal o Decreto do PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são delegadas e executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. É imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a Comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de

um projeto acadêmico que tem a função fundamental de garantir de forma equânime e digna a formação de cidadãos qualificados e competentes para o mercado de trabalho, para as pesquisas e a plena satisfação de seus ideais. Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento no futuro do próprio país.

A Assistência Estudantil interfere diretamente na formação dos estudantes, nas condições para o mesmo continuar na universidade, na sua vida pessoal e social. Por isso, a concepção de assistência estudantil deve ser mais bem debatida e ser entendida de uma forma mais ampla, que não se limite aos bandejões e moradias estudantis. Em suma, ela compreende políticas públicas para enfrentar qualquer obstáculo que o estudante possa ter para a conclusão do seu curso.

O PNAES visa estabelecer uma ligação entre as atividades de pesquisa, ensino, extensão e apoio ao estudante. Além disso, tem como objetivo dar subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Tal medida visa diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior federal. Segundo o Plano, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico (ANDIFES, 2008).

Apesar de o PNAES ser um programa de âmbito nacional, cada universidade tem a autonomia de utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais. O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, preferencialmente de baixa renda, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição. Na tentativa de avaliar e acompanhar as ações desenvolvidas, no âmbito do PNAES, o FONAPRACE vem incentivando as instituições a preencherem formulários sobre as ações desenvolvidas com os recursos do Plano.

O governo federal também possui uma política de inclusão, voltada a atender os alunos com necessidades especiais, denominada Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir. Essa modalidade de auxílio não é entendida pelo governo e pelo FONAPRACE como uma forma de assistência estudantil, uma vez que, segundo eles, trata-se de uma colaboração pedagógica. Entretanto, cabe ser destacado, nesse trabalho, pois é um mecanismo que se destina a ajudar na permanência desse público na educação superior.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES visa apoiar a permanência de

estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior – IFES. O objetivo, a princípio, seria viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, com a adoção de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Em seu texto legal o PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são delegadas e executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

É imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a Comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de garantir de forma equânime e digna a formação de cidadãos qualificados e competentes para o mercado de trabalho, para as pesquisas e a plena satisfação de seus ideais. Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento no futuro do próprio país.

Depreende-se assim, que a assistência ao estudante vislumbra atender as necessidades básicas do aluno para se manter na educação superior, associadas basicamente a moradia estudantil, transporte, alimentação. A criação de políticas assistências aos estudantes mostra em sua trajetória os desafios e conquistas para que se garanta não apenas o acesso ao ensino superior, técnico, tecnológico, mas também que se garanta com ferramentas próprias e ações transparentes o direito de o aluno de prosseguir seus estudos, garantindo-lhe assim, uma formação de qualidade, assegurando sua cidadania, sua evolução como ser crítico e pensante e a preparação para o mundo do trabalho.

Passaremos agora a examinar as concepções dos gestores e profissionais envolvidos com a PNAES no âmbito do IFSULMINAS, buscando compreender como se deu a implantação de ações e políticas assistenciais aos estudantes do IFSULDMEINAS.

## **CAPÍTULO 3 – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

Esse capítulo é destinado à apresentação e à análise do processo de implantação da PNAES no IFSULMINAS, tema central da presente dissertação. É importante frisar que a incorporação dos IF ao PNAES é, como já mencionado, um processo bastante recente e ainda não concluído. Além disso, a própria implantação dessas instituições federais é algo novo na trajetória educacional do país, configurando, por si só, um tema ainda a ser explorado na agenda de pesquisas educacionais e de políticas sociais no Brasil. No caso específico do IFSULMINAS, observa-se ainda uma vigorosa dinâmica de expansão, com a criação recente de novos campi, o que traz um conjunto de demandas e desafios para o campo da assistência estudantil.

Vale registrar que a assistência estudantil é aqui entendida como um direito social voltado para os estudantes com o objetivo de dar-lhes condições plenas de se desenvolver e alcançar uma formação integral. Parte-se do pressuposto de que a manutenção dos alunos nas instituições públicas ultrapassa a questão da gratuidade do ensino. É preciso a montagem de uma estrutura assistencial capaz de garantir seus direitos como cidadão, a dignidade da pessoa humana e o acesso aos mais elevados níveis de conhecimento.

Para a discussão do tema, foi necessária a realização de uma pesquisa de campo, cujos contornos principais apresentamos a seguir.

### **3.1. Aspectos Metodológicos**

A recente criação dos Institutos Federais trouxe a expansão do Ensino Médio Tecnológico e Superior, apontando a necessidade da implantação de uma política de assistência estudantil. A implantação da PNAES, a despeito de sua regulamentação federal,

apresenta especificidades em cada contexto local, em uma dinâmica atravessada por fatores de diferentes ordens, tais como o legado prévio da assistência estudantil em cada IF, interesses e grau de apoio e/ ou resistências dos atores envolvidos, estrutura disponibilizada, dentre outros.

A literatura sobre as políticas públicas aponta para o fato de que a implantação de uma política pública social ultrapassa a execução dos princípios e diretrizes operacionais previstos em seu desenho original. Antes, desenvolve a complexa articulação de diversos elementos relacionados ao processo de decisão política em torno da alocação de recursos públicos. Segundo Silva (2001: 24),

O pressuposto adotado para essa abordagem conduz ao entendimento de que o processo das políticas públicas é caracterizado por um conjunto de momentos não lineares, articulados e interdependentes que envolvem diferentes sujeitos com interesses e racionalidades diversificadas.

Assim, considerando a complexidade do processo de decisão política que envolve a implantação de uma política ou programa social, o presente estudo se pautou em três dimensões de análise: o contexto de implantação; a estrutura disponível e os atores envolvidos no processo de implantação do PNAES no IFSULMINAS, conforme estudos de Araújo e Maciel *apud* Sampaio e Araújo Jr (2006).

No contexto, considerou-se o ambiente político e social no qual o PNAES está sendo implantado, notadamente em relação ao legado prévio da assistência estudantil e as características institucionais. Para a análise da estrutura, foram considerados o arcabouço legal, os espaços decisórios, ou seja, as estruturas que fomentam a criação, manutenção dos recursos a distribuição dos recursos aos beneficiários, os tipos de auxílio recebidos, duração do benefício, método de seleção dos beneficiários. Quanto aos atores, foram privilegiados os principais atores envolvidos com o processo de decisão política e a implantação do PNAES no IFSULMINAS.

A pesquisa de campo envolveu levantamento documental sobre a assistência estudantil no IF e em seus diversos campi, além da realização de entrevistas semiestruturadas com informantes-chaves.

A pesquisa documental debruçou-se sobre a compilação de leis, portarias, resoluções, planos, Editais, programas, projetos e relatórios de assistência estudantil no plano federal e no IFSULMINAS. Vale registrar aqui o acesso ao relatório de pesquisa sobre o perfil dos alunos requerentes dos auxílios oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil desenvolvida no ano de 2011, pela Pró-Reitoria de Ensino no Setor de Assistência Estudantil. Buscou-se, com

esse levantamento documental, resgatar a história e trajetória da assistência estudantil na instituição e seus principais marcos legais e institucionais.

As entrevistas buscaram contemplar a perspectiva dos gestores da assistência estudantil e dos profissionais diretamente vinculados a sua implantação na instituição. Assim, foram entrevistados o reitor, o pró-reitor de ensino e assistentes sociais do IFSULDEMINAS, totalizando oito entrevistas. A Tabela 2 apresenta o perfil dos entrevistados.

**Tabela 2 Caracterização dos entrevistados**

<b>Cargo do entrevistado</b>	<b>Local de Trabalho</b>	<b>Tempo que ocupa o cargo</b>	<b>Formação Profissional</b>	<b>Tempo na Instituição</b>
Reitor	Reitoria	2 anos	Engenheiro agrônomo – Mestre em Administração rural e Doutor em Administração	13a. 6m.
Pró-Reitor de Ensino	Reitoria	2 anos	Ciências Agrícolas, mestrado e doutorado em zootecnia.	19a. 4m.
Assistente Social	Reitoria <sup>15</sup>	1a. 2m.	Serviço Social, especialista em Políticas públicas e gestão social	1a 2m.
Assistente Social	Machado	8 meses	Serviço Social graduação/especialização.	8 meses
Assistente Social	Poços de Caldas	1a. 7m.	Serviço Social, especialista em Filosofia	1a. 7m.
Assistente Social	Muzambinho <sup>16</sup>	4 meses	Serviço Social, especialista em Políticas de Assistência Social.	4 meses
Assistente Social	Inconfidentes	2a. 6m	Serviço Social, especialista em Psicopedagogia Institucional e Metodologia e Docência do Ensino Superior,	2a 6m
Assistente Social	Passos <sup>17</sup>	8 meses	Serviço Social, especialista em Gestão Municipal.	8 meses

As entrevistas seguiram um roteiro pré-definido, sendo que foram construídos roteiros diferenciados para gestores e profissionais, a partir dos objetivos da pesquisa. Os roteiros se encontram em anexo. Os entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa e as

<sup>15</sup> A Assistente Social da Reitoria atua ainda como Assistente Social do Campus Pouso Alegre e no Polo Circuito das Águas.

<sup>16</sup> O Assistente Social que trabalhava em Muzambinho desde o início da Política de Assistência Social solicitou remoção para o Campus de Poços de Caldas em novembro de 2011, passando a exercer as mesmas funções naquele Campus.

<sup>17</sup> O Assistente Social lotado em Passos exerce sua função há apenas quatro meses no Campus Passos, anteriormente exercia as mesmas atividades no Campus de Muzambinho. Houve permuta entre os assistentes sociais de Muzambinho e Passos.

entrevistas foram gravadas, quando autorizadas. Em outros casos, devido à distância dos entrevistados, optou-se, em comum acordo, pela resposta através de correio eletrônico. Todos os entrevistados permitiram a divulgação do conteúdo de suas falas. A fim de garantir o anonimato dos autores dos depoimentos, sempre que um trecho da fala dos profissionais for empregado na presente dissertação ela será identificada através de números, ou seja, Profissional 1, Profissional 2 e assim sucessivamente. Os depoimentos do reitor e do pró-reitor serão identificados, conforme autorizado.

O trabalho de campo foi realizado no período de abril a junho de 2012.

Os resultados da pesquisa foram sistematizados e analisados com base nas dimensões acima explicitadas e serão apresentados a partir dos seguintes eixos:

- (a) Histórico do PNAES e da assistência estudantil no IFSULDEMINAS;
- (b) Concepção de Assistência Estudantil;
- (c) Critérios e Formas de seleção;
- (d) Ações e benefícios prestados;
- (e) Perfil dos beneficiários;
- (f) Avaliações e perspectivas

Passa-se agora à apresentação e discussão dos principais resultados.

### **3.2. A Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS – Breve Histórico**

Como já abordado, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi regulamentado pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 e, segundo seus próprios termos, tem por objetivo o apoio à permanência de estudantes de baixa renda e vulnerabilidade social matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Palma & Matos (2001, p. 15) trazem o seguinte significado ao termo vulnerabilidade social:

Vulnerabilidade Social é entendida como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e de sua capacidade de reação, decorrentes da pobreza, privações e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social.

Neste sentido, o objetivo da assistência estudantil àqueles que precisam é viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. São

muitos os problemas decorrentes dessa questão e muitos são os desafios para enfrentá-los.

Vale dizer que antes do Decreto de 2010, cada IFES, dada a sua autonomia concedida por lei, começou a implantar políticas de assistência estudantil sem uma unificação ou diretriz para a concessão destes auxílios. A regulamentação específica do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES disciplina o *modus operandi* para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. O objetivo, a princípio, seria viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, com a adoção de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Em seu texto legal o Decreto do PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são delegadas e executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. É imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a Comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de garantir de forma equânime e digna a formação de cidadãos qualificados e competentes para o mercado de trabalho, para as pesquisas e a plena satisfação de seus ideais. Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento no futuro do próprio país.

No IFSULDEMINAS, a implantação do PNAES data de janeiro de 2011, quando o governo federal deu início ao repasse de recursos específicos do programa ao Instituto. A face local do PNAES no IFSULDEMINAS recebeu a denominação de Programa de Assistência Estudantil (PAE). A reitoria lançou o edital 01/2011, destinado a identificar e selecionar alunos regularmente matriculados em cursos de ensino profissional técnico de nível médio e de graduação, tanto nas modalidades presencial e a distância, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo os entrevistados, o objetivo do programa é promover condições de permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso, evitando a evasão, reduzindo taxas de retenção, contribuindo para promoção da inclusão social pela educação.

Por meio deste edital, eram oferecidas ações assistenciais como auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio didático-pedagógico e auxílio moradia. Ainda de acordo com o edital, o público-alvo do programa são estudantes ingressantes dos cursos presenciais e a distância do IFSULDEMINAS, em ensino profissional técnico de nível médio e de graduação. A distribuição dos recursos se dá de acordo com a demanda gerada pelos alunos selecionados em conformidade com o processo de triagem, considerando os recursos orçamentários

disponíveis e a necessidade dos inscritos no Programa de Assistência Estudantil.

A partir do segundo semestre de 2011, em complemento ao Edital 01/2011, foi lançado o Edital 29/2011, de 28 de junho de 2011, o qual possibilitava os estudantes que se matricularam no segundo semestre se beneficiar dos auxílios estudantis. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por meio da Pró-Reitoria de Ensino, convocou os estudantes ingressantes dos cursos do IFSULDEMINAS, de qualquer modalidade (presencial e à distância), ensino profissional técnico de nível médio e superior (graduação), a participarem do processo de seleção no Programa de Assistência Estudantil naquele ano. A baixa adesão da assistência estudantil no primeiro semestre parece ter sido um dos principais motivos para o lançamento desse segundo edital, como expressa o depoimento a seguir:

Lançamos o Edital 29/2011 para que os alunos matriculados também no segundo semestre tivessem a chance de receber esses auxílios, já que poucos se inscreveram em 2011 e iam sobrar recursos financeiros. Foi nossa primeira ação em Assistência Estudantil, então tentamos fazer do melhor jeito. (Profissional 1)

Segundo informações disponíveis no setor de Contabilidade da Reitoria, o montante de recursos do PNAES destinados ao IFSULDEMINAS para o ano de 2011 foi orçado no valor de R\$ 2.487.124,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e cento e vinte quatro reais)<sup>18</sup>. De acordo com depoimentos colhidos, esse montante foi direcionado aos três campi já existentes, uma vez que os campi novos de Poços, Passos e Pouso Alegre ainda estavam em implantação.

Do ponto de vista organizacional, o PAE encontra-se vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, que instituiu uma Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando, composta por uma assistente social, Maira Figueiredo que coordena os demais assistentes sociais lotados nos Campi e uma psicóloga sob responsabilidade do Pró-Reitor de Ensino Marcelo Rosa.

Além dessa coordenação, o PAE conta com uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos em cada um dos campi. Essa equipe está diretamente envolvida no processo de seleção dos beneficiários e na operacionalização e avaliação das ações do programa. Esses profissionais se reúnem em determinado Campi ou Reitoria antes dos lançamentos dos editais do PAE com o objetivo de preparar esses

---

<sup>18</sup> BRASIL, Orçamento Público da União, SETEC, IFSULDEMINAS, Setor Contabilidade da Reitoria.

documentos e debater a operacionalização da Assistência Estudantil. O caráter coletivo da gestão do PAE é explicitado por um dos profissionais entrevistados:

A Assistência Estudantil é organizada de forma coletiva e participativa entre todos os campi. Desde a elaboração de edital até a avaliação dos processos (pedidos de auxílios feitos pelos alunos) é realizada pelo grupo de assistentes sociais do IFSULDEMINAS. (Profissional 2)

Esse mesmo profissional relata que a estruturação da equipe multiprofissional é recente e pode-se dizer que sua montagem foi impulsionada pelo PNAES:

Atualmente, contamos com um assistente social em cada campus e uma na reitoria, o que facilita esse contato entre nós. Mas nem sempre foi assim. Eu fui a primeira assistente social do IFSULDEMINAS e trabalhava apenas no meu campus com o Programa Bolsa Alimentação. Depois, quando o recurso da assistência estudantil foi disponibilizado pela primeira vez, éramos dois profissionais: o Fábio [Assistente Social – Campus Poços de Caldas] e eu, que cuidamos de todo o processo de todos os campi com a grande e valiosa ajuda da Meirinha [Assistente em Administração atualmente lotada no Campus Machado] que representava a Pró-Reitoria de Ensino. (Profissional 1)

Um fato que merece destaque na trajetória histórica da assistência estudantil no IFSULMINAS é que antes da criação do instituto, as escolas técnico-agrícolas que lhe deram origem – Inconfidentes, Machado e Muzambinho – já desenvolviam algumas ações de assistência estudantil. Mesmo depois da transformação das escolas agrotécnicas federais em campus do IFSULDEMIMAS, cada um desses campi possuía sua própria estrutura de assistência estudantil, ainda que tais estruturas possam ser consideradas bem frágeis se comparadas aos recursos disponíveis a partir do PNAES.

Sobre as ações assistenciais anteriormente existentes nas ex-escolas agrotécnicas federais, o Pró-Reitor de Ensino afirma que sempre essas sempre existiram, porém o PNAES a reforçou:

Enquanto escola agrotécnica, ela [a assistência estudantil] sempre existiu. Enquanto IF, manteve-se a assistência que já era desenvolvida e elevou-se seu atendimento no primeiro semestre de 2011. (Pró-Reitor de Ensino)

O depoimento do Pró-Reitor se coaduna com a do Reitor do Instituto, sobre as antigas ações ofertadas pelas ex-Escolas Agrotécnicas Federais:

Oficialmente, [a assistência estudantil teve início] enquanto programa de governo em 2011. Mas as antigas escolas agrotécnicas sempre trabalharam nesse sentido, através da oferta de vagas de alojamentos e de refeições nos refeitórios. (Reitor)

Esse legado prévio explica, em parte, o fato de que inicialmente os três campi mais antigos, quais sejam, Campus Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tenham adotado procedimentos próprios e individuais para a distribuição do recurso do PNAES orçado para o ano de 2011, sendo as ações do PAE unificadas pela primeira vez no ano de 2011 com o PNAES.

Esse processo de unificação e ampliação das ações assistenciais para os estudantes do IFSULDEMINAS não foi, contudo, isento de conflitos e resistências. Alguns depoimentos destacaram resistências de profissionais mais antigos, mas também de funcionários novos. Essas resistências estão associadas, em grande medida, à própria concepção sobre assistência estudantil enquanto direito, como ilustra a fala de um profissional:

Foi o conservadorismo da instituição, não apenas de funcionários mais antigos e/ou de mais idade, como também de recém-chegados no campus. Isto é reflexo de uma sociedade que entende o direito como algo passível de troca, o que vem a se configurar como um favor. Assim, estudar gratuitamente é o limite que o governo poderia oferecer, no pensamento de muitos. Outra concepção conservadora é o entendimento de que a “instituição de ensino deve fornecer apenas o ensino”, e os meios para garantir a presença saudável do estudante no ambiente escolar e nas atividades de pesquisa e extensão, devem ser providenciados sempre às custas do estudante, não importando suas dificuldades. (Profissional 3)

### **3.3. Concepções sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil**

Um aspecto crucial à análise de um determinado programa ou política social diz respeito às concepções envolvidas em torno da teoria do programa, notadamente dos chamados agentes implementadores. Isso porque na implantação de um dado programa, seus implementadores tendem a agir conforme suas referências – ainda que sob condições estruturais e institucionais específicas – o que pode contribuir para uma reformulação do formato original do programa (ARRETCHE, 2001).

No texto legal do PNAES, a assistência estudantil é concebida com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da

educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Esses objetivos são, em grande medida, assimilada pelos gestores e profissionais entrevistados.

Há, no entanto, referências a concepções de que a assistência estudantil é assistencialismo e que o direito à educação se limita ao ensino público de qualidade, concepções essas entendidas como conservadoras, como explicitado no depoimento do assistente social do campus Passos acima destacado. Entre os entrevistados, contudo, é consensual a concepção de que a assistência estudantil é um direito.

Na opinião do Reitor do IFSULDEMINAS, o PNAES é um reforço às últimas ações empreendidas pelo Governo Federal na área de Educação. A questão da política de permanência é um aspecto enfatizado pelo dirigente, como expresso nesse trecho de seu depoimento:

O governo tem criado as oportunidades possíveis de acesso ao ensino público nos últimos dez anos. Mas elas não são suficientes, caso não sejam criadas as reais condições de permanência. A assistência estudantil visa, portanto, propiciar as condições de permanência, via estímulos financeiros às necessidades básicas, como alimentação e transporte, por exemplo. (Reitor)

Muitos assistentes sociais, embora considerem o PNAES um avanço no campo da assistência estudantil, ressaltam os limites do plano, demonstrando a concepção de que a assistência estudantil extrapola a satisfação das necessidades básicas com vistas a garantir a permanência do estudante. Mais do que isso, a assistência estudantil se associa à formação para a cidadania. A fala do assistente social do campus Passo é ilustrativa a esse respeito. Para esse profissional, a Política de Assistência Estudantil é muito mais do que apenas uma ação governamental de distribuição de recursos financeiros:

O PNAES foi desenhado para atender as necessidades básicas do ser humano na sua vida de estudante. Entretanto, há outras possibilidades que se apresentam para além deste objetivo. É possível estimular o senso crítico dos estudantes, construindo, junto a eles, experiências cidadãs, orientando sobre direitos, abordando uma formação humanista e humanizadora, tendo em vista as particularidades etárias. (Profissional 3)

Outro aspecto destacado pelos profissionais é a indefinição do programa de assistência estudantil, fato associado ao caráter bastante recente do programa. O grande marco orientador do PNAES é o Decreto 7.234/2010. No entanto, ele é considerado insuficiente para traçar as

diretrizes e processos de operacionalização do programa no âmbito local. Como afirma um dos entrevistados no trecho abaixo:

Infelizmente, ainda não possuímos um Programa elaborado e construído. O que existe é apenas um Decreto que dispõe sobre o PNAES, nos deixando (nós os profissionais que trabalham diretamente na execução das ações) cheios de dúvidas com relação ao atendimento e execução das ações junto aos estudantes que realmente precisam do atendimento. Portanto, minha opinião é que esse Programa ainda está muito vago e cheio de falhas a serem corrigidas. (Profissional 2)

Outro aspecto consensual nas concepções dos entrevistados sobre o programa de assistência estudantil é a percepção de que o mesmo seja direcionado a estudantes em situação de vulnerabilidade social, de forma complementar à formação acadêmica e profissional. Embora essa percepção não seja explicitada em todos os depoimentos, ela se manifesta quando da apresentação e discussão sobre os critérios e mecanismos de elegibilidade do PAE.

### **3.4. Critérios e Formas de Seleção**

O Decreto 7.234/2010 regulamenta, em seu artigo 5º, que o PNAES se destina a estudantes do ensino superior, “*prioritariamente* oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.” (grifo nosso)<sup>19</sup>. Essa definição permite que cada IFES estabeleça novos requisitos conforme sua realidade local.

No IFSULDEMINAS, os critérios e requisitos para concessão dos benefícios do PAE estão regulamentados nos editais 01/2011, pioneiro e principal no ano de 2011; o edital 48/2011, lançado em junho como reforço para os matriculados no segundo semestre de 2011; o edital 04/2012, principal de 2012 e o edital 014/2012, lançado para os alunos do Polo Circuito das Águas.

Em 2011, os critérios exigidos eram: estar regularmente matriculado em curso do IFSULDEMINAS (em qualquer nível e modalidade de ensino); possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo; condições de o beneficiário concluir o curso dentro do prazo de integralização curricular e apresentação de documentação (RG, CPF, carteira de

---

<sup>19</sup> Cabe lembrar, como já apontado no capítulo 2 desta dissertação, que o PNAES se destina a estudantes do ensino superior. Todavia, ao incluir os IF no âmbito da legislação, o Decreto 7.234/2010 abriu espaço para que os reitores dessas instituições, representados pelo CONIF, reivindicaram a extensão do programa aos alunos de nível médio e técnico, maior contingente de seu corpo discente.

Trabalho e Previdência Social – CTPS - folha de rosto frente e verso, e do último contrato de trabalho e comprovante de renda como contracheque, declaração, imposto de renda, comprovante de aposentadoria). No momento da avaliação socioeconômica, são consideradas as despesas com moradia (aluguel ou financiamento) e existência na família de pessoas com deficiência ou doença crônica.

Em 2012, passado o primeiro ano de implantação do PAE no IFSULDEMINAS, algumas mudanças foram notadas no edital e os critérios foram modificados, como a diminuição do corte de renda familiar per capita, conforme se observa no item 5.1 do Edital 04, datado de 24 de janeiro de 2012. Além disso, foi considerado o desempenho acadêmico dos requerentes, como previsto no item 5.2 desse mesmo edital:

#### 5.1 Dos Pré-requisitos

- Estar regularmente matriculado em curso do IFSULDEMINAS;
- Apresentar a documentação definida neste Edital dentro do prazo estabelecido.

#### 5.2 Dos Critérios de Análise

- Renda familiar per capita de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) ou seja, a soma de toda a remuneração familiar dividida pelo número de integrantes da família;
- Rendimento Acadêmico considerando dependências e reprovações;
- Parecer técnico do Assistente Social. (grifou-se).

Deve-se ressaltar que a partir de 2012, o IFSUDEMINAS adota como critério a renda *per capita* de R\$500,00 (quinhentos reais) para o aluno requerente, limite inferior àquele previsto no Decreto 7234/2010. Um dos entrevistados justificou essa restrição por considerar que a realidade no sul de Minas é bem diferente da exposta no texto legal, alegando que o critério de um salário mínimo e meio é alto para a região, o que poderia aumentar a demanda pela assistência estudantil, impossível de ser atendida em virtude do limite orçamentário do PAE. Vejamos seu depoimento:

Com relação ao corte de renda de até 1 salário mínimo e meio, alguns Ifs conseguem utilizar este corte de renda, no entanto não é a realidade dos estudantes do IFSULDEMINAS, nossos estudantes tem a renda per capita familiar bem abaixo disso, são pouco estudantes que ultrapassariam este corte. Como o recurso destinado a Assistência Estudantil é pouco, não podemos colocar um corte de renda muito alto, atualmente o corte de renda utilizado é de R\$ 500,00 *per capita*.(Profissional 1)

Com base nessas considerações, esse profissional manifestou sua avaliação de que os

critérios adotados são justos e conseguem captar os estudantes mais vulneráveis. Essa opinião é compartilhada pelo Pró-reitor de ensino como demonstram os seguintes depoimentos:

Acredito que os critérios de seleção sejam justos, uma vez que eles atendem grande parte dos estudantes que necessitam, no entanto falta profissional para que ele seja mais eficaz para fazer avaliações, trabalhar mais próximo aos estudantes. (Profissional 1)

Acredito que os critérios adotados sejam os pertinentes, uma vez que todos os alunos que realmente precisam de auxílio são atendidos. (Pró-Reitor de Ensino)

Nos três primeiros semestres de implantação do PAE (2011 e início de 2012), o processo de seleção dos beneficiários envolveu dois momentos distintos: uma primeira etapa consiste na avaliação socioeconômica, constando análise dos documentos exigidos, a fim de comprovação de necessidade do benefício por parte do candidato; e uma segunda etapa de entrevista com o candidato, realizada por assistente social de cada um dos Campi do IFSULDEMINAS, a fim de verificar as condições socioeconômicas do candidato. Para facilitar o processo, os estudantes dos cursos de Ensino a Distância puderam ser entrevistados pelos Assistentes Sociais dos municípios conveniados com o IFSULDEMINAS.

Lançado o edital do programa, o processo de seleção é feito, portanto, em cada campus, como menciona o profissional 1:

Na época de seleção dos alunos que requererão a assistência estudantil cada campus faz sua triagem dos alunos e cada um já tem um número específico de auxílio que podem conceder de acordo com o que temos no orçamento enviado pelo MEC.

Em todos os Campi, ao fazer a análise dos requerimentos dos alunos, a equipe multidisciplinar da própria Instituição analisa determinados critérios de seleção dos estudantes, como o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição e o orçamento a ser utilizado. Os profissionais responsáveis pelo processo de seleção e autorização do benefício e monitoramento dos beneficiários são o Assistente Social (seleção e monitoramento) e a Coordenadora Geral de Assistência ao Educando (autorização).

Com base nas entrevistas realizadas e nos relatórios exarados por todos os Campi que já praticavam políticas de assistência estudantil, é possível observar algumas nuances no processo seletivo antes da implantação do PNAES no IFSULDEMINAS.

No campus Muzambinho, é exigido que o aluno esteja regularmente matriculado. No caso dos alunos do Ensino Superior, exige-se adicionalmente a publicação de edital e posterior análise da situação socioeconômica por meio de documentação apresentada pelos candidatos.

Em Machado, é feita entrevista pela assistente social para verificar a vulnerabilidade social por meio de análise da situação socioeconômica familiar, além da comprovação por meio de documentos. Nesse campus, o auxílio transporte até 2011 era concedido apenas para os alunos residentes no município Machado. A partir de 2011, esse benefício estendeu-se aos estudantes das cidades circunvizinhas. A alimentação é gratuita a todos os alunos dos cursos técnicos que frequentam dois períodos letivos, manhã e tarde, mas não para os demais alunos.

No Campus Inconfidentes as ações de assistência estudantil antes de 2011 eram oferecidas preferencialmente para alunos dos cursos técnicos diurnos e as vagas remanescentes distribuídas entre aqueles alunos de outros cursos que apresentassem necessidades ou estivesse em situação de vulnerabilidade social.

Com a implantação do PNAES no Instituto, desde 2011 esses critérios e mecanismos de seleção foram padronizados para todo o IFSULDEMINAS.

Informações obtidas junto à reitoria do IFSULDEMINAS demonstram que no ano de 2011 foram concedidos 205 benefícios, atingindo 183 alunos do Instituto. A diferença entre o número de benefícios e de alunos se deve ao fato de que 22 alunos foram contemplados com dois auxílios. Vale dizer que as regras do PAE no IFSULMINAS permitem que um aluno possa receber até três benefícios, dependendo claro da análise de sua situação social. O quadro 03 apresenta uma breve síntese do número de benefícios do PAE concedidos no ano de 2011 por tipo de auxílio e por campus.

**Tabela 03: Distribuição dos benefícios do PNAES por tipo de auxílio e por campus. IFSULMINAS, 2011.**

<b>Campus Respons.</b>	<b>Moradia</b>	<b>Transporte 1</b>	<b>Transporte 2</b>	<b>Alimentação</b>	<b>Mat. Didático</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Inconfidentes</b>	41	10	11	4	0	<b>66</b>
<b>Machado</b>	13	14	8	13	0	<b>48</b>
<b>Muzambinho</b>	26	14	19	17	13	<b>89</b>
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>205</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Pró-Reitoria de Ensino do IFSULDEMINAS

Um aspecto a considerar é que neste ano de 2011, o IFSULDEMINAS contava com o total de 8.395 alunos matriculados. Destes alunos, apenas 450 solicitaram a assistência estudantil, ou seja, apenas 5,36% dos alunos. Desse montante, apenas 183 foram contemplados com alguma modalidade de auxílio, o que representa apenas 2,18% do corpo discente.

O Pró-Reitor de Ensino justifica a pequena procura a um conjunto de fatores, tais como a própria novidade do programa, o desconhecimento por parte dos alunos, documentação incompleta, burocracia no processo de abertura de conta bancária e até mesmo desinteresse. Seu depoimento é ilustrativo:

O programa é novo, uma vez que foi lançado em 2010, e os alunos ainda não conhecem ou não se interessaram em sua maioria. Este foi o primeiro processo de seleção de forma institucional. A partir destes dados advém inúmeras conjecturas como vergonha de pedir auxílio, os alunos poderiam crer que os pais não precisem da assistência, demora e desinteresse em organizar a documentação necessária. Esses são dados que apenas pesquisas poderiam afirmar. Outro fator que pode ter contribuído negativamente para a inscrição é a questão burocrática para inscrição no processo de seleção a abertura de conta bancária, pois o benefício é depositado diretamente na conta do aluno. (Pró-Reitor de Ensino)

A divulgação e o devido acesso à informação certamente são os caminhos mais prósperos para o desenvolvimento e abrangência das ações de programas sociais como o PAE. No entanto, outro fator a ser considerado na explicação do número reduzido de requerentes está no critério de renda familiar per capita.

No ano de 2012 a procura aumentou. Segundo informações da Coordenação de Assistência Estudantil na Reitoria, neste ano foram aproximadamente 1.020 (um mil e vinte) alunos inscritos<sup>20</sup> no PAE, quase três vezes mais que em 2011 (450 alunos). Cabe destacar que nesse ano, o número de alunos matriculados no IFSULDEMINAS praticamente dobrou: em maio de 2012 esse número chegou a 16.788 alunos. Até junho de 2012, o número de alunos contemplados pelo PNAES no instituto foi de 776 (setecentos e setenta e seis) alunos, com as modalidades de auxílio estudantil, moradia, alimentação e transporte. Se a esse número for acrescentado os 212 estudantes contemplados com o auxílio participação em eventos

---

<sup>20</sup> O número de inscritos é estimado em decorrência de um erro administrativo que impediu a divulgação de abertura de inscrições para auxílios no recém-criado Polo Circuito das Águas. Esse Polo ainda não tem estrutura de Campus, entretanto oferece cursos em parceria com o poder municipal das cidades que o compõem: Cambuquira, Três Corações, Itanhandu, São Lourenço e Três Corações. Assim, no ano de 2012 foram lançados dois editais para o PNAES: o primeiro, Edital 04/2012 de 24 de janeiro de 2012 para o conjunto de alunos do IFSULDEMINAS e o Edital 14/2012, datado de 19 de abril deste ano, voltado especificamente para o Polo Circuito das Águas.

acadêmicos, científicos ou tecnológicos (EVACT)<sup>21</sup>, o total de alunos cobertos até junho de 2012 com o PAE sobe para 1.230 beneficiados, o que representa o dobro do percentual de alunos contemplados no ano de 2011, mas ainda pequeno se comparado ao total de alunos do IFSULDEMINAS. A Tabela 4 apresenta os números de alunos matriculados e beneficiados pelo PNAES no IFSULDEMINAS nos anos de 2011 e 2012.

**Tabela 04: Número de alunos matriculados, solicitantes e beneficiados pelo PNAES. IFSULMINAS 2011 e 2012.**

Ano	Alunos Matriculados	Alunos Solicitantes	Alunos beneficiados	Porcentagem em relação aos alunos do IFSULDEMINAS
2011	8.395	450	183	2,18%
2012	16.788	1.230 <sup>22</sup>	776 <sup>23</sup>	4,62%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Pró-reitoria de ensino

Na questão dos critérios de seleção para o PNAES um ponto bastante debatido no âmbito dos IF de Ciência e Tecnologia está relacionado à inclusão dos alunos do ensino médio, aspecto que merece ser tratado de forma mais específica.

Para além dos critérios de seleção, os beneficiários do programa precisam atender a alguns requisitos como condição de permanência no PAE.

Segundo consta no Relatório denominado “Quadro da Assistência Estudantil em Muzambinho”, enviado à Reitoria no início do ano de 2011, constava no documento que no Campus Muzambinho os alunos matriculados no Ensino médio precisam ter frequência escolar, desempenho nas atividades acadêmicas. E para os alunos do ensino superior frequência escolar, desempenho nas atividades acadêmicas, cumprimento de carga horária de 12 horas semanais em atividades acadêmicas: pesquisa, ensino e extensão, e/ou serviços junto ao Campus para alunos que recebem bolsa alimentação.

Faz-se uma crítica aqui à exigência do cumprimento dessas 12 horas semanais em forma de trabalho. Depois de algum tempo e algumas reuniões com a direção do Campus de Muzambinho, a direção do Campus suspendeu a exigência de trabalho como condição de manter-se no programa, segundo informações do Assistente Social, servidor daquele campus.

<sup>21</sup> Em 2012 a Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS lançou o edital 06/2012 destinado a auxílio participação em eventos acadêmicos, científicos ou tecnológicos (EVACT) que se realizem fora do campus do instituto.

<sup>22</sup> Número total de alunos inscritos, inclusive para auxílio eventos e viagens técnicas.

<sup>23</sup> Alunos beneficiados apenas com o auxílio Moradia, Alimentação e Transporte, excluídos os alunos beneficiados com auxílio eventos e visita técnica, uma vez que ano passado não foram concedidos esses benefícios.

Sobre o relatório do Campus Machado, observou-se que naquele campus é exigida a frequência escolar, desempenho na atividade de estágio.

Em Inconfidente a condicionalidade é exigida frequência escolar, desempenho escolar, comportamento, comprometimento com a Escola, participação em projetos extracurriculares, desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Segundo um dos entrevistados, o Campus Machado adota a seguinte medida:

O aluno tem que estar regularmente matriculado nas disciplinas, desempenho acadêmico, etc. Os desligamentos que tiveram até hoje foi apenas estudantes que desistiram do curso ou suspenderam matrícula, e estudantes que foram contempladas com o alojamento automaticamente perderão o auxílio moradia. (Assistente Social – Campus Machado<sup>24</sup>)

No Campus de Inconfidentes, o relato abaixo demonstra como ocorre o processo de desligamento e suas medidas em relação ao repasse dos auxílios:

No caso de alunos que desistem do curso, ou trancam a matrícula. Isso aconteceu no Campus Inconfidentes no ano passado. Mensalmente, é solicitado à Secretaria de Registros Escolares que encaminhe ao assistente social um relatório de ocorrências de alunos que trancaram matrículas, desistiram do curso ou solicitaram transferência. Com base nessas informações, os alunos são desligados da assistência estudantil, pois uma vez que não são mais nossos alunos, não tem porque continuar repassando o dinheiro. (Assistente Social – Campus Inconfidentes)

Na experiência do Campus Passos, foi relatado que em caso de denúncias a respeito da incorporação de algum estudante que não tenha necessidade de ser atendido pelo Programa de Assistência Estudantil, é aberto um processo para investigar a situação. A esse respeito, um dos entrevistados declarou que em situações como essa:

Pode ter havido má-fé desde o início do processo. Porém, pode não ter ocorrido a devida atualização da realidade social e econômica de sua realidade familiar. Este tipo de situação, que eu saiba, nunca ocorreu. Entretanto, outra circunstância mais usual é quando o estudante realiza o trancamento, transferência ou evasão. Isto acontece, pois o repasse financeiro para a presença dos estudantes na instituição perde seu sentido.

Já no Campus Muzambinho, foi relatado que não há critérios específicos para

---

<sup>24</sup> Optou-se por identificar o entrevistado uma vez que por se tratar de uma informação referente ao próprio campus em que atua, seria impossível manter o anonimato. Todavia, o teor dos depoimentos identificados refere-se apenas a informações descritivas, sem emissão de avaliações que possam comprometer ou prejudicar seu autor.

desligamento dos alunos do Programa de Assistência Estudantil, pois o estudante só é desligado caso abandone o curso e/ou no repasse de informações incorretas com a intenção de fraude.

Como visto, o principal critério de permanência para se receber auxílios pecuniários no IFSULDEMINAS é apenas que os alunos estejam regularmente matriculados para se receber o benefício. E para auxílio a viagens é necessário que aluno apresente um relatório de viagens.

### **3.4.1 O PNAES e os alunos do Ensino Médio**

Precipualemente, as verbas do PNAES, conforme o Decreto 7.234/2010, são destinadas para o Ensino Superior. Todavia, os Institutos Federais, autarquias de ensino vinculadas ao MEC que oferecem cursos em nível Médio, Técnico e Superior, viram a necessidade de estender esse benefício ao seu público também pertencente à educação básica.

Apesar de no próprio texto legal, artigo 4º, Decreto 7234/2010, haver a previsão de recursos para a educação oferecida para o público dos Institutos Federais, esse assunto não era pacífico nos órgãos distribuidores de recursos. Com a autorização do MEC os recursos foram estendidos também ao Ensino Médio:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (Grifou-se)

Assim, debruçando sobre o artigo em comento, parece perfeitamente legal a concessão de recursos para o Ensino Médio, mesmo o PNAES sendo uma política inicialmente concebida ao Ensino Superior, pois o Decreto abrange os Institutos Federais e ainda prevê que suas especificidades, qual seja inicialmente a formação técnica e Ensino Médio.

De acordo com o Pró-Reitor de Ensino, um novo Decreto será proposto, para que fique mais clara a situação do Ensino Médio:

Com o PNAES, elevamos essa assistência a todos os alunos, técnico e superior, pois a lei cita prioritariamente e não exclusivamente. O CONIF já preparou uma minuta de decreto específico para os IFs, mas não tenho

informação sobre o encaminhamento. (Pró-Reitor de Ensino)

Segundo o Reitor do IFSULDEMINAS a importância da concessão aos alunos do ensino médio é significativa, pois a os Institutos Federais têm de garantir um percentual mínimo de vagas para o Ensino Médio. O reitor vai além e pondera que são os alunos dos cursos técnicos de nível médio aqueles que mais necessitam da assistência estudantil:

Todos nossos alunos necessitam de apoio e estímulo à sua permanência, mas o público estudantil dos cursos técnicos de nível médio são os que mais necessitam dessa modalidade de apoio. E considerando que este é nosso público prioritário (no mínimo 50% da oferta de vagas, de acordo com a lei 11.894/08), trata-se de um programa adequado ao nosso processo de expansão e consolidação da qualidade. (Reitor)

Para o profissional 4 não deveria haver distinção entre alunos do Ensino Médio, Técnico e Superior:

A educação sendo um direito de todos, constituindo dever do Estado deve ser ofertada com qualidade e gratuitamente. Na garantia dessa qualidade as instituições devem contar com esse conjunto de ações, que não são tão diferentes dos estudantes do curso superior, mas na realidade dos cursos técnicos integrados com a presença de alojamentos essas ações são mais evidentes (ou deveriam) uma vez que se assume uma responsabilidade maior com o estudante (por ser adolescente). Essa responsabilidade se apresenta na garantia da Instituição em várias questões que já se encontram prevista em legislação da própria educação ainda que isso se reforce na PNAES. (Assistente Social – Campus Machado)

Essa perspectiva é compartilhada pelos demais profissionais entrevistados, como atestam os depoimentos a seguir:

Acredito que a Assistência Estudantil deve ser ofertada, sim, no ensino técnico, afinal, o processo de democratização não pode se efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Sendo necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de estudantes em cursos técnicos, afinal grande parte desses discentes optam, inicialmente, por esse tipo de ensino, esses estudantes, em sua maioria, vêm de segmentos sociais pauperizados e apresentam dificuldades de prosseguirem sua vida estudantil com sucesso caso não possuam nenhuma forma de apoio. (Profissional 5)

Acredito que eles possuem direitos como os alunos do ensino superior, desde que comprovem a necessidade de receber o auxílio para favorecer as suas condições de permanência no ensino técnico. (Profissional 2)

Passaremos agora a abordar a questão das ações ofertadas pelo PNAES no âmbito do IFSULDEMINAS.

### **3.5. CARDÁPIO DE AÇÕES E BENEFÍCIOS OFERTADOS PELO PNAES NO IFSULDEMINAS**

O Programa de Assistência Estudantil é composto pelas modalidades descritas no Decreto Federal 7.234 de 19 de julho de 2010, artigo 3º § 1º, assim estipulando:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

É de se destacar que o referido Decreto traz em seu artigo 3º as áreas de atuação, assim as Instituições tem autonomia para conceder auxílios que melhor atendam suas demandas.

No IFSULDEMINAS são oferecidas inúmeras ações de promoção assistencial. Os Campi mais antigos oferecem um número maior de benefícios, ao contrário dos Campi recém-criados que devido ao número de alunos e suas instalações ainda em andamento estão dando seus primeiros passos no que se refere à assistência estudantil.

Segundo a Assistente Social da Reitoria ainda são oferecidos os seguintes programas pela Assistência Estudantil, são eles:

1. Programa Auxílio Estudantil, que é formado pelos seguintes auxílios: moradia, alimentação, transporte, material didático, creche e emergencial;
2. Programa Auxilio Participação em Eventos
3. Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e Internacional
4. Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais;

5. Programa de Assistência à Saúde;
6. Programa de Acompanhamento Psicológico;
7. Programa de Acompanhamento Pedagógico;
8. Programa do Serviço Social;
9. Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura;
10. Programa de Incentivo à Formação de Cidadania;
11. Inclusão Digital;
12. Programa de Apoio às Visitas Técnicas.

Conceder os benefícios assistências aos alunos é uma forma de garantir a permanência e evitar a evasão escolar. Porém chegar ao valor que cada aluno tem de receber para se manter estudando é um cálculo ingrato que nem sempre alcança todas as necessidades, então é preciso fazer uma média de necessidades dos alunos requerentes. Assim, com base na segunda fase de entrevistas, do ano de 2011 a equipe composta pelos assistentes sociais elaborou um documento denominado Relatório Final, datado de 14 de abril de 2011. Neste documento os assistentes sociais estipularam os valores do auxílio de acordo com a entrevista da segunda fase do processo seletivo:

Assim a segunda fase do processo de seleção constituiu-se como instrumento complementar, além de eliminatória, e se mostrou bastante rica para a finalidade de subsidiar tecnicamente a definição de valores e quantidade de auxílios a serem ofertados por este programa, embora um dos principais objetivos fosse também conhecer a real situação e necessidade desses discentes.

Durante as entrevistas realizadas nesta segunda fase pôde-se questionar os candidatos acerca de suas maiores dificuldades e, conseqüentemente, direcioná-los para os auxílios referentes à realidade singular de cada um e ainda levantar os valores que os mesmos gastam mensalmente, em média, em relação aos auxílios requeridos. Assim, obtiveram os seguintes valores obtidos através de uma média final do custo dos alunos aferido em entrevista por modalidade: valor médio de gasto com Transporte: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) transporte urbano municipal (Transporte 1) e R\$120,00 (cento e vinte reais) com transporte intermunicipal (Transporte 2); valor médio gasto com Alimentação: R\$ 100,00 (cem reais); valores médios gastos com Moradia: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).<sup>25</sup>

O documento ainda observa que os gastos com alimentação e moradia não variavam muito de Campus para Campus, visto que, direcionaram estes auxílios para os candidatos que

---

<sup>25</sup> BRASIL, Ministério da Educação, SETEC, IFSULDEMINAS. Pró-Reitoria de Ensino. Relatório Final – Setores de Serviço Social dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre, 14 abr. 2011.

se deslocam de sua cidade natal para residir na cidade do campus onde estudam.

Com relação aos gastos com transporte, verificou-se uma variação considerável, visto que, este auxílio é direcionado a várias realidades, desde o deslocamento de alunos EaD – Ensino a Distância – para seus respectivos Polos de Rede ou de Educação a Distância (tanto para uso diário de laboratórios de informática quanto para aulas presenciais ou práticas) passando pelo deslocamento municipal aos campi que não estão no perímetro urbano, até o deslocamento intermunicipal diário dos discentes residentes em municípios próximos aos campi e que viajam diariamente para estudar.

Quanto ao valor do auxílio didático pedagógico – como o mesmo ficou direcionado aos cursos que possuem custo com apostilas terceirizadas – segundo o relatório o valor destas apostilas varia muito, realizou-se assim um levantamento do valor das apostilas. A demanda pelo auxílio didático pedagógico foi dos seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Subsequente, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Enfermagem Subsequente. A média do valor das apostilas destas modalidades é valor médio do custo de apostilas das modalidades requeridas: R\$ 188,75 (cento e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Concedeu-se então em 2011 valores entre R\$85,00 (oitenta e cinco reais) a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) de acordo com o valor das apostilas.

Em 2011 esses valores foram usados para base de concessão, dependendo do caso, alguns alunos poderiam cumular dois ou mais benefícios. Fato interessante consta nos relatórios examinados é que sobraram recursos no ano de 2011, assim, a oferta de recursos foi maior que a demanda, questionando o Pró-reitor de Ensino esse explicou:

No ano de 2011 sobraram recursos disponibilizados pelo MEC, não tivemos mais verba que beneficiários, então no final do ano foi distribuídos essa sobra de recursos para os Campi de Machado, Muzambinho e Inconfidentes utilizarem na reforma dos alojamentos, uma vez que esses recursos só podem ser utilizados com programas assistenciais (Pró-Reitor de Ensino)

A partir de 2012, houve um aumento no repasse das verbas destinadas às ações de Assistência Estudantil os valores foram revistos, passando então a vigorar com os seguintes valores e acrescidas de outras modalidades assistências, como vistas no início do tópico. Passou-se então executar a Política de Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS em 2012 com a concessão de auxílios financeiros nas seguintes modalidades em pecúnia:

1. Auxílio moradia no valor de R\$ 185,00;

2. Auxílio Alimentação no valor de R\$ 100,00 (cem reais);
3. Auxílio Transporte Municipal nos valores de R\$60,00 ou 120,00, dependendo do caso;
4. Transporte Intermunicipal R\$ 120,00 ou R\$ 180,00 dependendo do caso;
5. Auxílio Material didático no valor de R\$ 25,00 (em 10 parcelas) ou R\$ 250,00 em parcela única;
6. Auxílio Emergencial, de caráter eventual no valor de R\$ 200,00, até 2 parcelas;
7. Auxílio EVACT para participações em eventos fora do IFSULDEMINAS no valor de R\$40,00 ou R\$ 60,00 dependendo da localidade até 300 km do campus de origem, ou R\$ 60,00 ou R\$ 80,00 para lugares que estão a mais de 300 km do campus; e
8. Auxílio Viagem Técnicas - R\$20,00.

Um dos profissionais entrevistados enumera quais as modalidades de auxílio em seu campus:

Moradia, alimentação e transporte não são oferecidos aos (alunos dos cursos) técnicos uma vez que a Instituição oferece os dois primeiros e o transporte e ofertado pela Prefeitura local. As meninas podem concorrer ao auxílio moradia, pois não há estrutura de alojamento feminino na Instituição que contemple toda a demanda. Claro que há exceções que fogem deste geral e daí cada caso é analisado dentro da avaliação socioeconômica. Os alunos do ensino superior entram no processo podendo concorrer a todas as modalidades e os critérios se constituem na avaliação socioeconômica sempre na diretriz de garantir a permanência estudantil na Instituição. (Profissional 4)

Os três atuais maiores Campi do IFSULDEMINAS, quais sejam Machado, Muzambinho e Inconfidentes, ex-Escolas Agrotécnicas Federais, transformadas em 2008 para o status de Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais já desenvolviam uma forma embrionária embora autônoma de ações assistenciais que visavam manter matriculados aqueles alunos que se encontravam em vulnerabilidade social. Ou mesmo aqueles não possuíam condições de arcar com despesas de transporte e moradia nas cidades onde se localizavam as escolas agrotécnicas. Entretanto, essas ações eram desenvolvidas internamente e autonomamente.

Assim, cada ex-Escola Agrotécnica Federal desenvolveu seu plano de ação. Todas ofereciam alimentação cultivada pelos próprios alunos. Alimentos esses produzidos em suas

dependências onde os alunos estudavam em regime de internato, semi-internato ou nas modalidades normais de ensino técnico e médio.

Analisando os relatórios enviados à Reitoria para o início das Políticas Assistenciais dos alunos do IFSULDEMINAS, levantou-se que Os três maiores Campi da Instituição notadamente têm condições de oferecer um leque considerável de benefícios aos seus estudantes.

### **3.5.1 Campus Muzambinho**

Segundo Relatório enviado pelo Campus de Muzambinho que a enfermagem presta assistência médica e odontológica aos alunos do ensino médio integrado do regime residencial. Os alunos que não integram o regime residencial (ensino superior) são atendidos pela assistência médica em situação de emergência. A assistência médica e odontológica gira em torno de 500 atendimentos mensais.

O refeitório atende atualmente alunos do ensino médio integrado e alunos do ensino superior na condição de bolsistas selecionados conforme a condição socioeconômica dos alunos ou por meio da aquisição de tickets num valor diferenciado de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos). São oferecidas 5 refeições diariamente (café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e café da noite), semanalmente. Por dia, o refeitório serve entre as principais refeições (almoço e jantar) 712 refeições, sendo que desse universo, 87 são alunos bolsistas do ensino superior.

O alojamento atual possui 312 vagas e atende os alunos do ensino médio integrado do sexo masculino. Dessas vagas, serão oferecidas 12 ou mais, (caso sobrem vagas após a acomodação dos alunos do ensino médio) para os alunos do ensino superior também do sexo masculino que comprovem situação de vulnerabilidade social por meio de processo seletivo até que a construção de uma moradia estudantil seja efetivada para atender os alunos do ensino superior (o projeto já está em andamento).

Auxílio Material Didático (Xerox): todo o material didático (provas, atividades avaliativas, textos, apostilas) é disponibilizado pelo setor de xérox e mecanografia, por meio dos professores.

Os alunos do PROEJA são adultos acima dos 18 anos que não concluíram o ensino médio. Essa modalidade oferece curso integrado ao curso técnico. Os alunos recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00 (cem reais) mensais e também usufruem o jantar e o café da

noite servido no refeitório

O Programa Bolsa Alimentação existe desde 2007 e atende os alunos do ensino superior que comprovem situação de vulnerabilidade social para usufruírem das refeições servidas diariamente no refeitório. Os alunos recebem uma carteirinha que os permite entrar no refeitório.

Além dos benefícios acima citados, os alunos também possuem atividades extracurriculares na área da cultura, do lazer e do esporte, tais como: Aulas de Teatro, Aulas de Dança, Orquestra de Violões, Aulas de Violão, Quarta Cultural, Torneio de Xadrez, Intercalasse de futebol masculino, Aulas de Kung-Fú.

Segundo a Assistente Social de Muzambinho<sup>26</sup> as várias formas de assistência estudantil aos anos são ações complementares para garantir aos discentes um ensino de qualidade:

A política é necessária já que somente a gratuidade no ensino, conforme Constituição Federal, não é suficiente para atender as demandas de alguns estudantes que possuem carência de recursos financeiros para arcar com as mais diversas necessidades. Vale ressaltar que a política atende tanto questões educativas, inclusivas e outras como na questão de transferência direta de renda para que estudantes de classe mais baixa possam ter condições de acesso igualitário aos demais. (Assistente Social – Campus Muzambinho)

### **3.5.2 Campus Machado**

Segundo Relatório enviado pelo Campus Machado os alunos podem contar com moradia – alojamento masculino e feminino para alunos do ensino técnico de nível médio. Ainda é oferecido Vale Transporte para alunos do ensino técnico de nível médio e PROEJA com auxílio da Prefeitura Municipal de Machado que oferecem passe escolar para o transporte urbano com verbas federais do PNAT – Programa Nacional de Transporte Escolar.

É oferecida alimentação aos alunos, sendo quatro refeições para os alunos do nível médio, café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar inclusive nos finais de semana para os alunos internos. Apoio Pedagógico e Psicológico, composta de aulas de reforço (monitoria não remunerada), assistência psicológica e pedagógica.

Oferece-se também segundo o documento, assistência à saúde, onde todos os alunos

---

<sup>26</sup> Passa-se nessa parte a identificar os depoimentos dos assistentes sociais por não ser possível a garantia do anonimato. Todavia, como as falas identificadas referem-se apenas à descrição dos benefícios oferecidos, essa identificação não oferece riscos de qualquer natureza aos entrevistados.

possuem seguro de vida, contando ainda com tratamento emergencial médico e odontológico, convênios com sindicato rural para atendimento médico.

As atividades esportivas são disponibilizadas aos alunos através de treinamento esportivo (vôlei, basquete, handebol, futsal, futebol campo, judô, tênis de mesa, xadrez). As atividades Culturais também propiciam aos alunos as benesses da socialização e manifestação artística através das aulas de dança, violão, artesanato, estágio remunerado e BIC (atua como assistência) Bolsas PROEJA.

Segundo a Assistente Social do Campus Machado as políticas de Assistência Estudantil tem de ir além do assistencialismo:

É conjunto de ações que devem proporcionar e qualificar a permanência estudantil dentro do espaço escolar. Ela deve atender o estudante em todas as suas dimensões, seja social, política e econômica sempre com o intuito de ampliar e sustentar sua permanência na Instituição de ensino no período todo do seu curso (tanto do técnico como do superior). (Assistente Social de Machado)

### **3.5.3 Campus Inconfidentes**

Analisando o Relatório enviado pelo Campus Inconfidentes contata-se que o Campus possui moradia, com alojamento masculino ocupado em 2011 com 315 alunos assim distribuídos: 306 alunos de cursos técnicos; 09alunos de cursos superiores; alimentação: dividida em 4 refeições diárias. Café da manhã: para 430 alunos, já no campus de Inconfidentes tem-se: almoço para 650 alunos, jantar para 315 alunos, lanche noturno para 315 alunos, serviço de Lavanderia e Rouparia: atendimento para todos os alunos internos que ao total somam-se me 315 alunos.

Aos alunos é oferecido o acompanhamento pedagógico pela equipe pedagógica coordenada pelo Orientador Educacional que faz acompanhamento constante dos alunos, procurando não só oferecer apoio nos estudos como também orientação emocional e encaminhamento de casos que necessitam apoio psicológico.

O Grupo de inclusão oferece ao aluno apoio pedagógico, socialização com a comunidade escolar, encaminhamento a profissionais especializados. Mantém o contato com a família e o profissional que o acompanha para oferecer orientação aos professores a alunos com necessidades especiais. Muitas vezes esses alunos são identificados pelos professores, outras vezes a própria família os apresenta com laudo médico.

Seguro de vida e Seguro contra acidentes pessoais são oferecidos a todos os alunos matriculados (cursos técnicos integrados, cursos técnicos subseqüentes, cursos superiores e curso de pós-graduação, polos de rede e EaD). Bolsas de pesquisa e de estágio remunerado: Alunos que desenvolvem sob a orientação de professores projetos de pesquisa no Campus. Participação em eventos através de financiamento das viagens de alunos para apresentação de trabalhos em congressos, participação em eventos esportivos, artísticos e culturais, publicação de trabalhos, publicação de trabalhos, livros, jornais e outros produzidos pelos alunos – Auxílio EVACT. Bolsa PROEJA assistência financeira no valor de R\$ 100,00 para os alunos dos cursos Técnicos Integrados da Modalidade PROEJA. Formação cultural: oferta das atividades de teatro, violão, coral, fanfarra, dança, capoeira, artesanato, judô. Formação esportiva: treinamento das modalidades basquete, vôlei, handebol, futsal, futebol de campo, judô, musculação, atletismo.

E também assistência de emergência por não conter, no seu quadro de pessoal, o profissional da área para o atendimento médico, a Instituição presta serviços apenas de primeiros socorros e, sempre que necessário, encaminha os alunos do Campus para atendimento em hospital local e acompanha-os. Além disso, é feito o agendamento de consultas junto ao Ambulatório Municipal, ao Centro Odontológico Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde, para casos que necessitam tratamento especializado.

A Assistente Social do Campus Inconfidentes compreende que as políticas voltadas para os alunos do IFSULDEMINAS devem visar a formação acadêmica do aluno:

Entendo por Assistência Estudantil, o conjunto de ações e intervenções que a Instituição de Ensino possa propor ao estudante com o objetivo de atendê-lo e apoiá-lo, desde que comprove necessitar de algum apoio do Estado para ingressar, permanecer e/ou concluir sua formação acadêmica. (Assistente Social – Campus Inconfidentes)

### **3.5.4 A Assistência Estudantil nos Campi Novos**

A nova estrutura do IFSULDEMINAS conta com seis Campi e Pólos de rede, como visto alhures. Nos novos Campi de Poços de Caldas, Passos e Pouso Alegre, as políticas estudantis oferecidas são as mesmas dos Campi antigos, Machado, Muzambinho e Inconfidentes, para eles prevalecem o mesmo edital. Entretanto, devido a sua nova estrutura, com carência de recursos e servidores, as políticas estudantis são mais tímidas.

Nesses Campi são concedidos os auxílios pecuniários, auxílio Alimentação, Auxílio

Transporte e Auxílio Moradia para aqueles alunos em vulnerabilidade social. Também é oferecido atendimento psicossocial com psicólogos e assistentes sociais.

Aqui no Campus Poços de Caldas é oferecida apenas as modalidades de Ensino Técnico Subsequente e Concomitante, ainda não temos Ensino Médio pela estrutura temporária que estamos instalados, após o término da construção dos novos Campi definitivo em Poços Passos e Pouso Alegre começaremos a diversificar as Políticas Estudantis. (Assistente Social – Campus Poços de Caldas)

Por não possuírem a modalidade de Ensino Médio, esses Campi não recebem auxílios de alimentação do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia ligada ao MEC, e não tem obrigatoriedade de alimentar seus estudantes, uma vez que somente os alunos da Educação Infantil e Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio e Proeja) são amparados por lei:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.<sup>27</sup>

Esse caráter é temporário, os novos Campi aguardam recursos, após término da construção de seus prédios próprios para começar a oferecer Ensino Médio.

Além das determinações postas pela legislação do PNAES e da experiência prévia das antigas escolas agrotécnicas que deram origem ao IFSULDEMINAS, um fator que pode contribuir para a definição do cardápio de auxílios a serem ofertados aos alunos do IFSULDEMINAS está relacionado ao perfil dos alunos. Passaremos agora a apresentar um breve perfil dos alunos do IFSULDEMINAS realizado por pelo Pró-Reitoria de Ensino, quando no começo de suas ações no PAE. Os profissionais envolvidos passaram a fazer um levantamento do perfil dos alunos que requereram os benefícios. Ao preencher a ficha de requisição do auxílio, os alunos eram convidados a responder o questionário formulado pela equipe do PAE, depois de devidamente preenchido, os dados passaram a ser analisados pela equipe do Prof. Dr. Marcelo Simão da Rosa, que depois de prontos, autorizou expressamente sua utilização nesta pesquisa.

---

<sup>27</sup> BRASI. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em 1º julho de 2012.

### 3.6. Perfil dos Estudantes Beneficiados<sup>28</sup>

No ano de 2011, a equipe de assistência estudantil disponibilizou um questionário para o levantamento das condições socioeconômicas dos alunos do IFSULDEMINAS. A aplicação do questionário primeiramente o questionário seria disponibilizado via site para que todos os alunos do IFSULDEMINAS respondessem e através dos dados coletados, far-se-ia um levantamento sobre a necessidade dos alunos para se ter uma diretriz de como seriam elaborados os critérios de seleção. Após reunião realizada em 11/02/2011 no campus Machado, ficou acertado que os alunos interessados em fazer a inscrição poderiam imprimir, preencher e entregar a documentação comprobatória no campus. Os alunos EAD também poderiam fazer a inscrição e enviar via correio (com AR). O prazo para postagem foi satisfatório, chegando os envelopes a tempo para análise.

A seguir será passar-se-á para análise pesquisa feita pelos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no intuito de analisar a real situação dos alunos matriculados que solicitaram a assistência estudantil no IFSULDEMINAS.<sup>29</sup>

Descobrir o perfil socioeconômico dos alunos se faz extremamente importante para se mensurar a quantidade de auxílios concedidos e apurar a real necessidade de cada aluno. Segundo a Assistente Social da Reitoria nesse ano de trabalho pode perceber que o perfil dos alunos:

O perfil dos estudantes atendidos pelo Programa Auxílio Estudantil, são de adolescentes geralmente pessoas pertencentes a famílias de baixa renda, moradores de zona rural, moram em repúblicas ou nos alojamentos dos campi que possuem essa estrutura.

Foi fornecido pela Assistente Social da Reitoria um estudo prévio realizado no ano de 2011 por uma servidora, técnica administrativa, que iniciou suas atividades na Assistência Estudantil e logo solicitou remoção para o Campus Machado, alegando motivos particulares. Este estudo foi realizado apenas uma vez e informa, em parte, o perfil dos alunos requerentes

---

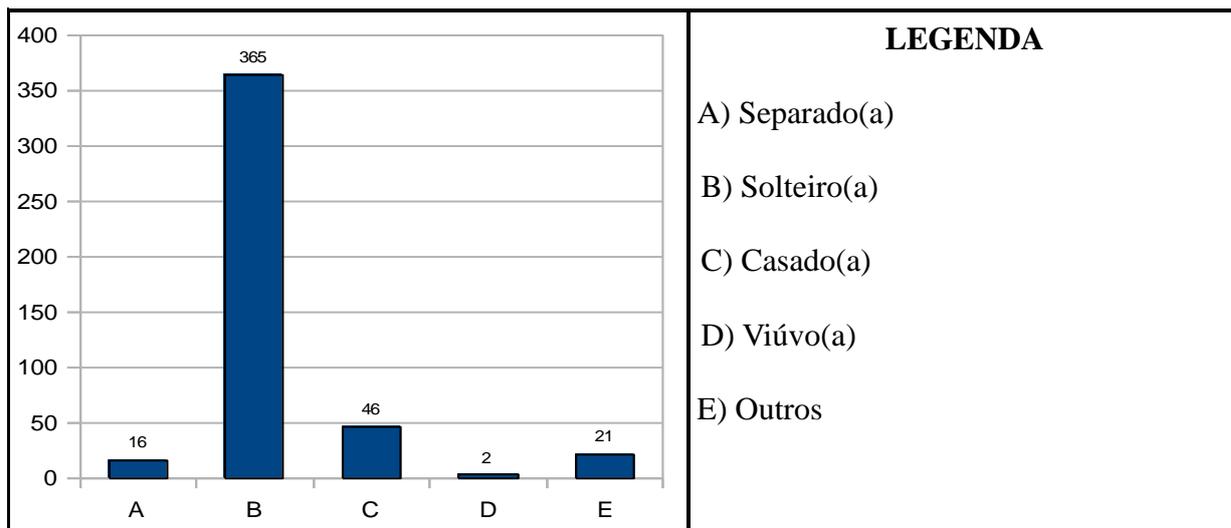
<sup>28</sup> As informações sobre o perfil foram obtidas junto à Pró-Reitoria de Ensino. Aqui procuramos analisar alguns dos achados dessa pesquisa, sendo que sua divulgação foi autorizada pelo Pró-Reitor de Ensino Prof. Dr. Marcelo Simão da Rosa e pela Assistente Social da Reitoria, Maira Figueiredo.

<sup>29</sup> BRASIL, MEC, SETEC, IFSULDEMINAS, Relatório Sistema E-MEC. Pró-Reitoria de Ensino, jul. 2011.

dos auxílios. Infelizmente, por falta de pessoal e estrutura esse estudo não foi repetido no ano de 2012.

Passa-se a análise do estudo encontrado, lembrando que todos os entrevistados (assistentes sociais e gestores do IFSULDEMINAS) afirmaram não haver estudo sobre o perfil dos alunos do IFSULDEMINAS:

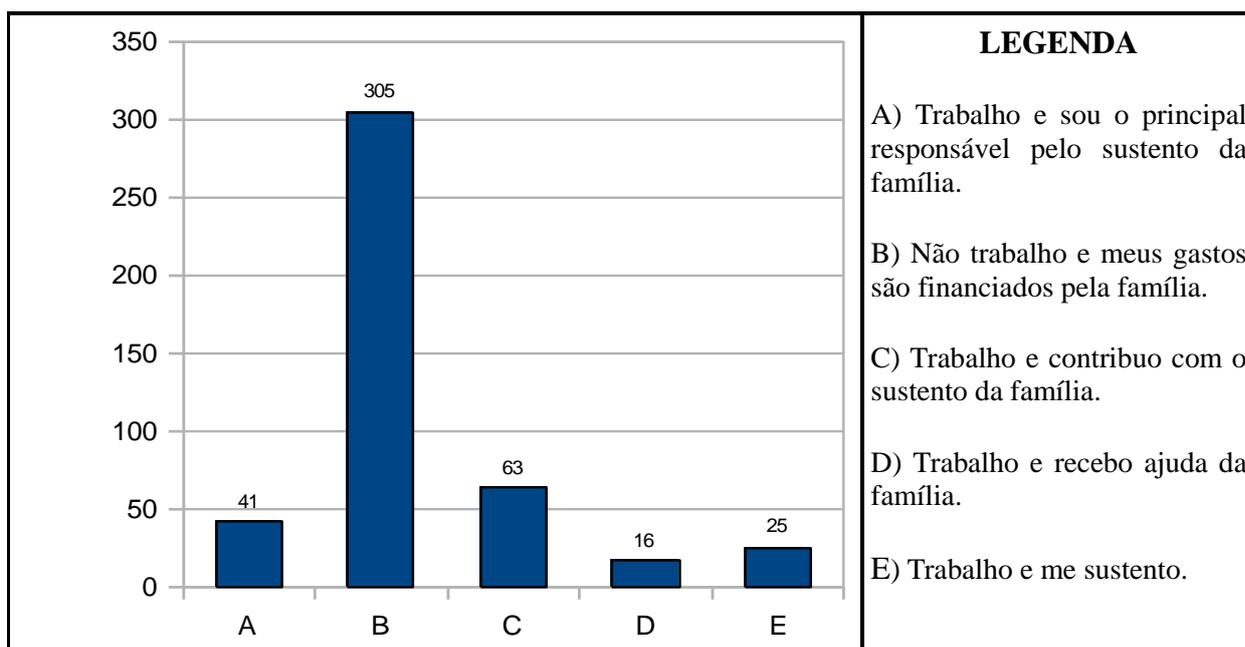
**Gráfico 1 – Estado Civil dos Alunos do IFSULMINAS, 2011.**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

Como visto no gráfico acima, a grande maioria dos estudantes são solteiros, mas há também alunos casados e separados.

**Gráfico 2 – Vínculo de Trabalho dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

Como a maioria dos cursos oferecidos pelo IFSULDEMINAS é destinada à educação Tecnológica e a própria Lei 11.892 de 2008 que criou os institutos diz em seu artigo 8º:

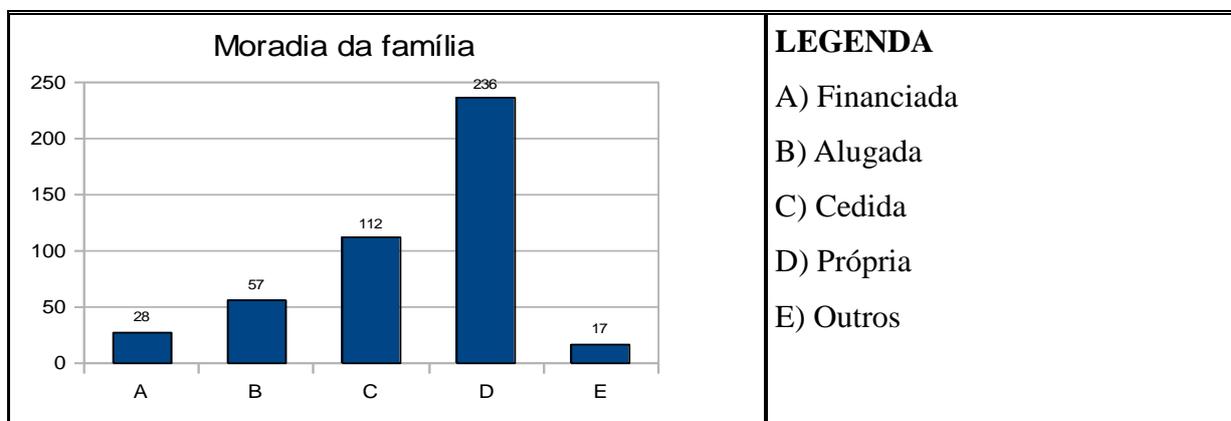
**Art. 8º** No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

Assim, 50% das vagas são garantidas aos estudantes da educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. E garantidos 20% das vagas aos estudantes dos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Neste sentido justifica-se que o maior público do Instituto seja alunos do ensino médio regular que ainda moram com a família e que ainda não trabalham, visto que o período dos cursos regulares do ensino médio seja no período integral. Nota-se também que há alunos trabalhadores e que auxiliam no sustento da família ou mesmo em minoria, mas existem aqueles que estudam e se sustentam sem auxílio de outrem, perceptível a vulnerabilidade desse público.

Nos gráficos 3 e 4 são apresentados dados relativos à moradia dos alunos do IFSULMINAS.

**Gráfico 3 – Tipo de Moradia dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011**



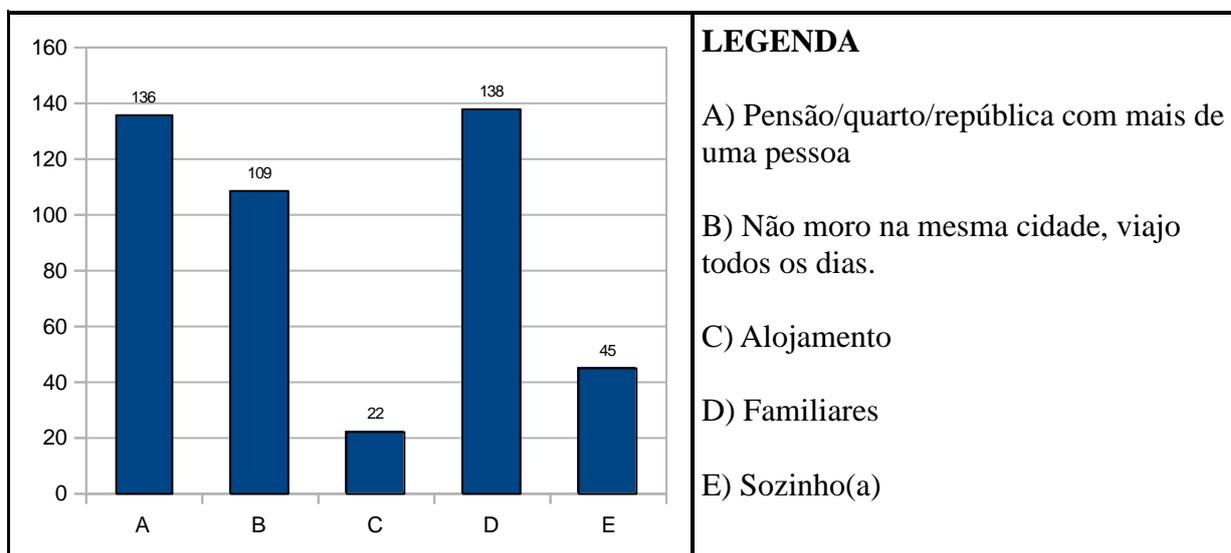
FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

No quesito tipo de moradia, 236 estudantes do IFSULDEMINAS residem em casa própria, o que pode se inferir que a maioria dos alunos não necessita do Auxílio Moradia, mas isso não descarta que no mínimo 186 alunos (critério C, D E) necessitam desta modalidade de auxílio pecuniário, ou seja, 41,33% dos alunos inscritos no para seleção (450 alunos) precisam da bolsa moradia.

No que se refere ao local de moradia, o gráfico 4 mostra que há um equilíbrio entre os quesitos. A discrepância maior refere-se aos alunos em alojamento, a minoria deles, isso mostra que realmente o Auxílio Moradia se faz necessário. O número de alunos que também moram com os parentes é alto, os motivos não entraram na pesquisa, o que seria pouco relevante.

Este critério também foi utilizado para a concessão do auxílio transporte, pois a grande maioria dos alunos (B) moram na mesma cidade e viaja todos os dias, ao mesmo tempo que (D) 138 alunos moram com familiares o que não quer dizer que seja com a família (pai e mãe). A concessão do auxílio transporte poderia facilitar a vida desses estudantes possibilitando que morassem com seus pais, o que já seria uma facilidade a mais para que o aluno se mantenha matriculado, mas para isso requer-se estudos específicos.

**Gráfico 4 – Local de Moradia dos alunos do IFSULMINAS, 2011**

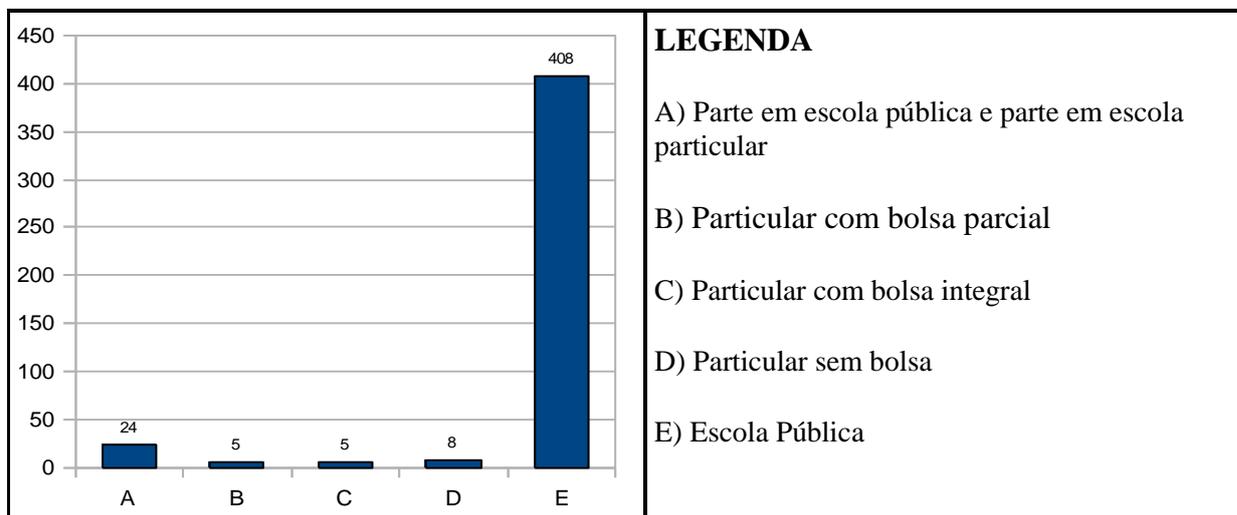


FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

Quando tratamos da realização do Ensino Fundamental, quesito básico para vaga nos curso de Ensino Médio, ofertados pelo IFSULDEMINAS vê-se que a maioria advém de Escola Pública. Em segundo lugar no *ranking* posicionam-se os alunos que estudaram parte

do Ensino Fundamental na escola pública e particular, seguidos de alunos que estudaram em escola particular sem bolsa e com bolsa integral e parcial.

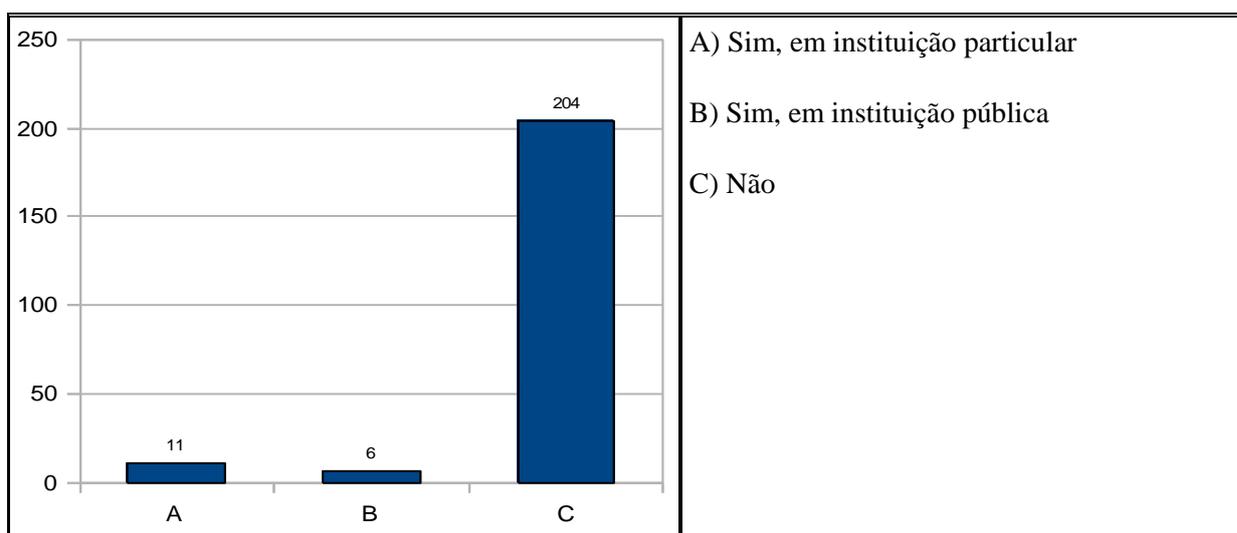
**Gráfico 5 – Estabelecimento de Ensino Procedência antes do Ingresso No IFSULMINAS, 2011.**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

No gráfico 6, é possível observar a distribuição dos alunos beneficiados pelo PAE no IFSULDEMINAS segundo a existência de outra graduação. Obteve-se a seguinte resposta:

**Gráfico 6 – Realização de outro curso superior**



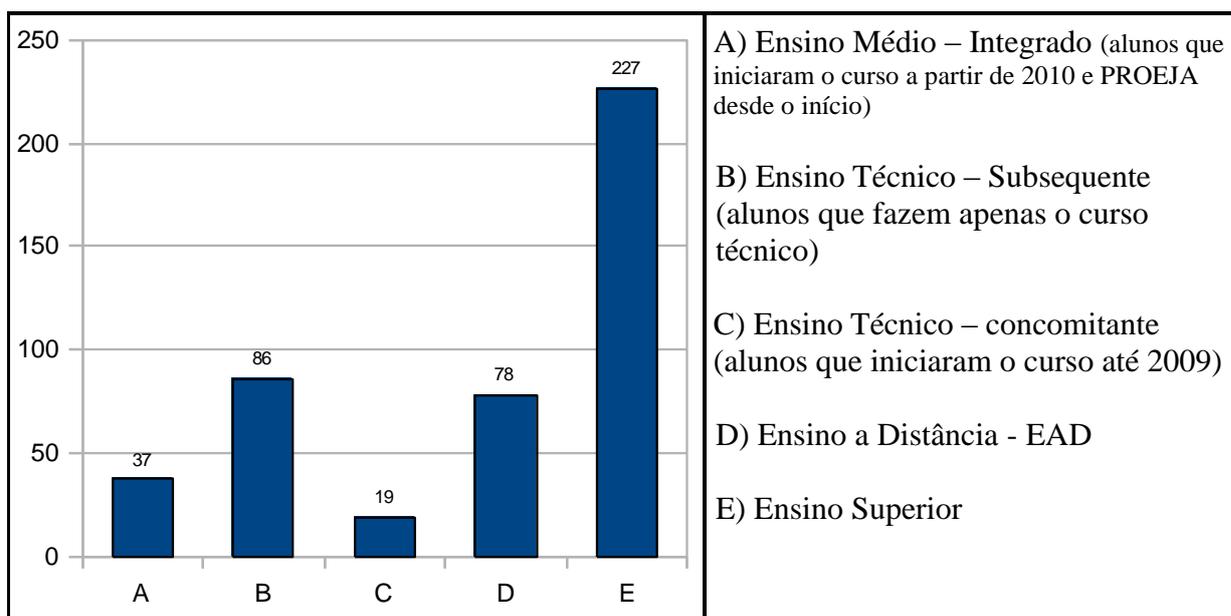
FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

A maioria declarou que não fez, enquanto 11 afirmaram que frequentaram instituições particulares de ensino e apenas 6 dos entrevistados frequentaram outra universidade pública.

Cabe registrar que esta informação não constituiu em um critério de exclusão de beneficiários no IFSULDEMINAS.

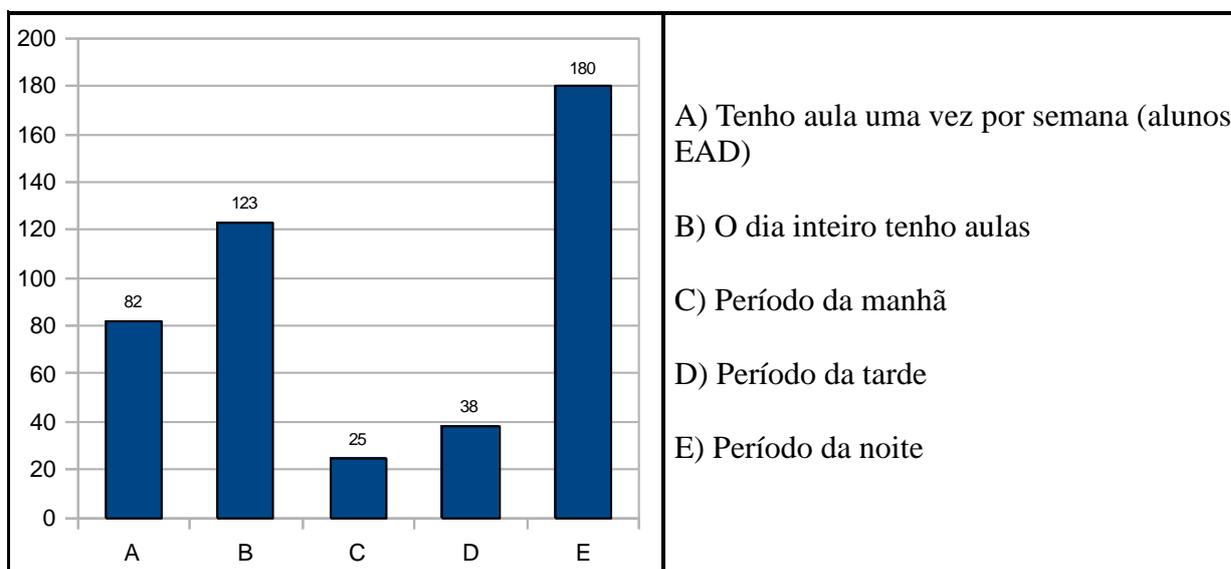
No quesito matrícula em que o requerente está matriculado, revelou-se que os alunos do IFSULDEMINAS frequentam os cursos em nível médio, técnico e EAD se somados equivalem a 49,21% dos alunos do IF e os alunos no ensino superior representam 50,69% dos estudantes.

**Gráfico 7 – Modalidade de Curso que o aluno frequenta no IFSULDEMINAS, 2011**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

**Gráfico 8 – Turno do Curso que o aluno Frequenta no IFSULDEMINAS**

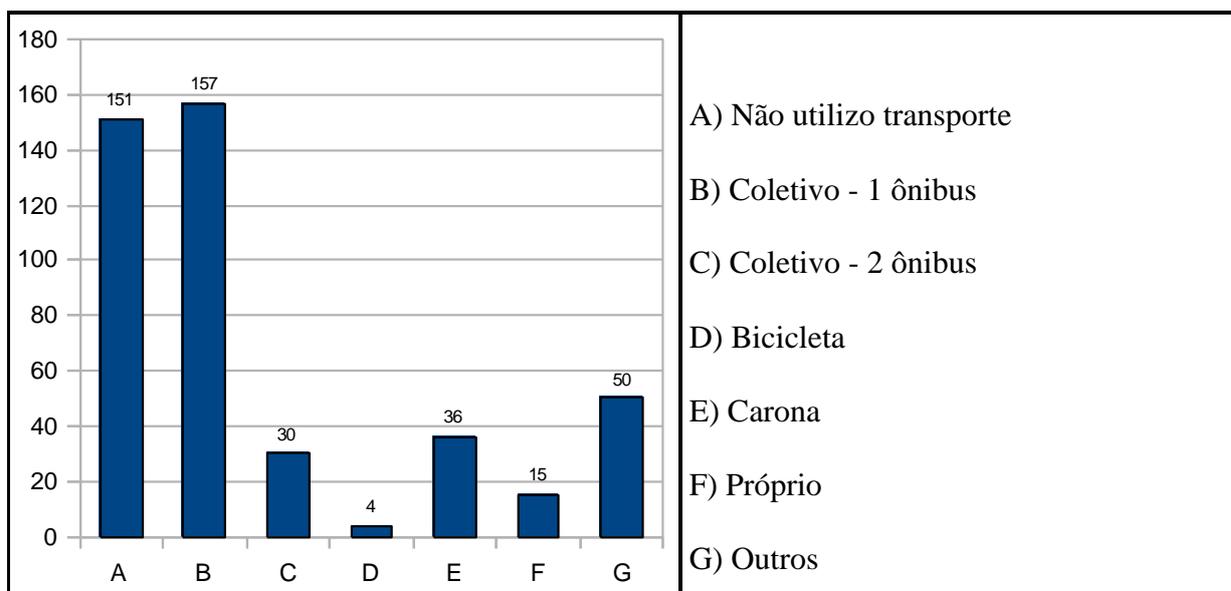


FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

O IFSULDEMINAS oferece cursos de nível médio, técnicos e tecnológicos, curso superior e EAD em todos os períodos. Mas como visto no gráfico 8, grande parte dos alunos frequentam os cursos noturnos. Os alunos que estudam em período integral são aqueles que estudam na modalidade concomitante médio é técnico, corresponde a segunda maior parcela do corpo discente, sendo seguidos pelos que estudam na modalidade à distância EAD.

No quesito transporte, os alunos foram questionados sobre o meio de transporte que utilizam para ir ao IFSULDEMINAS, ferramenta importante para se levantar a estimativa do Auxílio Transporte que os alunos necessitam. A maioria declarou usar transporte público coletivo, ônibus, isso leva a ver que há realmente a necessidade do auxílio, como demonstra o gráfico 9.

**Gráfico 9 – Transporte Utilizado pelos alunos do IFSULDEMINAS, 2011**

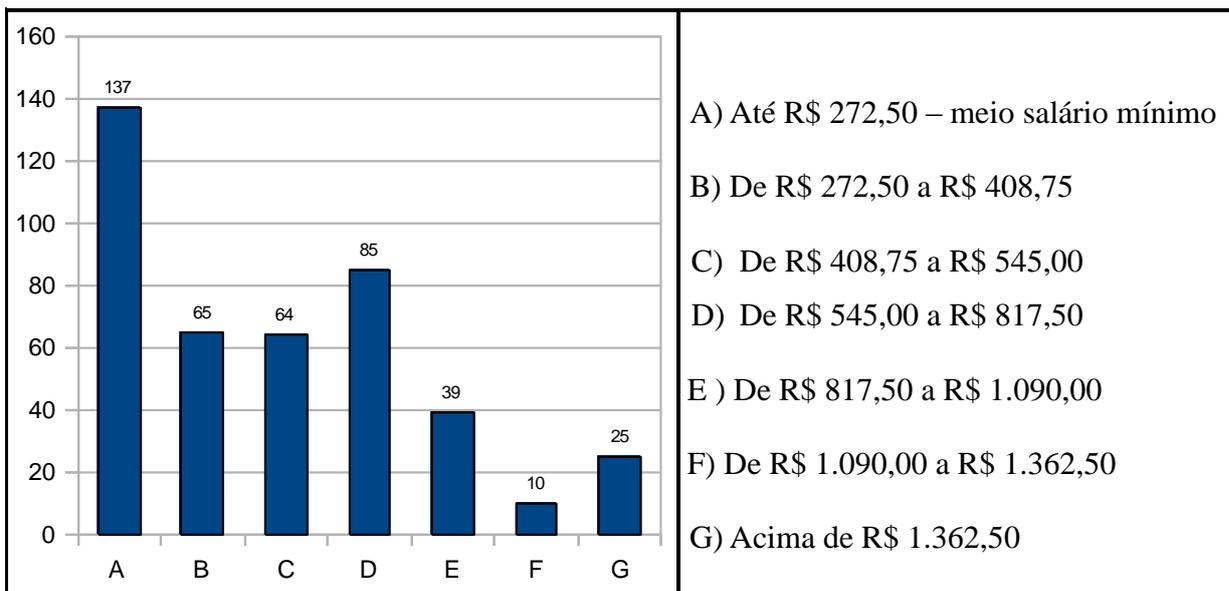


FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

Dos alunos pesquisados, (B, C, D, E e G) 277 alunos, ou seja, 61,55% dos alunos declaram precisar de alguma forma de transporte para se chegar nos campi do IFSULDEMINAS, assim, vê-se que é uma necessidade da maioria o auxílio transporte.

Quanto ao valor das despesas fixas para frequentar o IFSULDEMINAS, o gráfico 10 demonstra que dos inscritos no programa de Assistência Estudantil, 30,4% dos alunos têm despesas fixas de até meio salário mínimo vigente. E apenas 5,5% possuem despesa maior que dois salários mínimos e meio, correspondente ao grupo G.

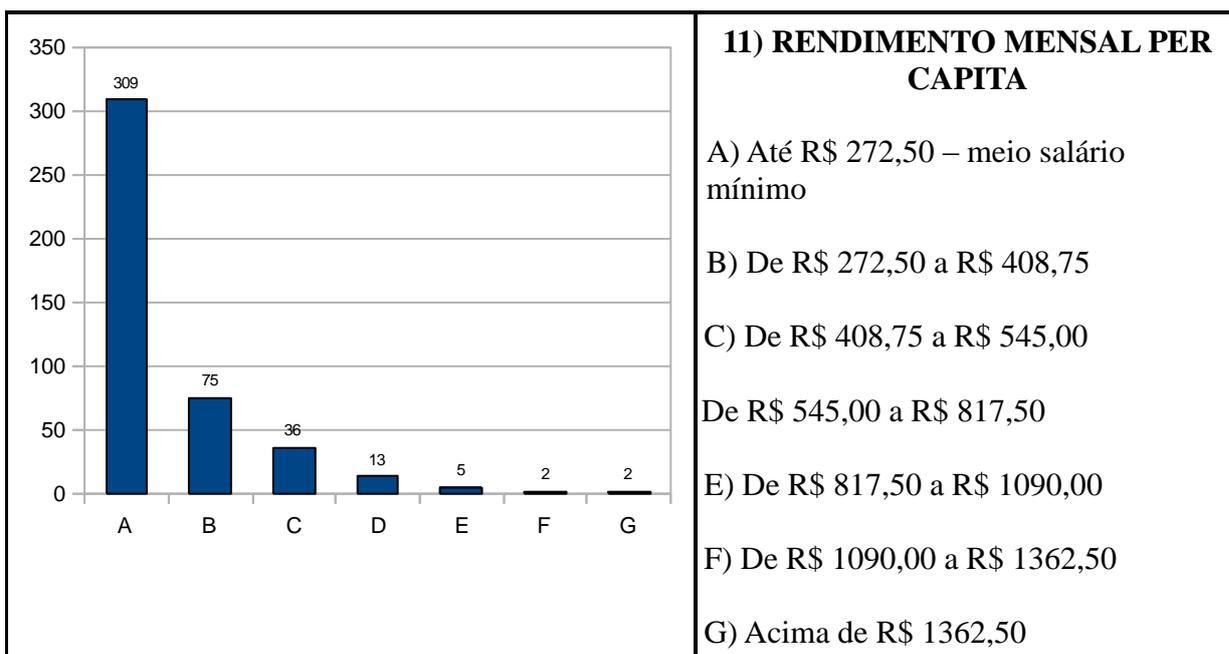
**Gráfico 10 – Despesas fixas dos alunos do IFSULDEMINAS, 2011**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

No quesito renda mensal per capita, 68,66% dos estudantes declaram possuir renda de até meio salário mínimo, critério para ingressar no PAE. Apenas dois requerentes declaram possuir renda superior a dois e meio salários-mínimos, mas essa declaração não influi no recebimento, uma vez que independente da renda o requisito de renda para recebimento é de acordo com a renda per capita, não tendo relação com o valor bruto familiar.

**Gráfico 11 – Rendimento Mensal Per capita dos alunos do IFSULDEMINAS**



FONTE: Pró-Reitoria de Ensino

No ano de 2012 este estudo sobre o perfil dos beneficiários do PAE não foi repetido, ao passo de que no ano de 2011 constitui em importante parâmetro para a concessão dos benefícios. Vale salientar que esse tipo de pesquisa embora seja relevante para a liberação de recursos, não foi requerido pelo MEC, sendo uma ação da própria Reitoria. Os recursos liberados pelo MEC, segundo informações da Contabilidade do IFSULDEMINAS também não tinham qualquer diretriz de quantitativo. Apenas se disponibilizou a quantia já mencionada acima, acreditando os contadores não haver índices anteriores.<sup>30</sup>

### **3.7. Demandas para Assistência Estudantil no IFSULMINAS**

Em 2011 começou-se a levantar as principais demandas de ações voltadas à assistência estudantil. Cada campus apresentou suas necessidades. Identificaram-se no Campus Inconfidentes que as maiores demandas tratavam da questão do alojamento, pois necessitam-se de vagas para alunos do ensino médio do sexo feminino, vagas para alunos do ensino superior de ambos os sexos. Pois, as alunas do Ensino Médio sempre foram minoria no referido Campus e por isso os alojamentos foram construídos pensando no público majoritário, qual seja o masculino. Essa realidade mudou, hoje, se percebe um número expressivo de meninas cursando o ensino médio integrado de todas as áreas e a necessidade de um alojamento feminino se manifesta cada vez mais. Devido à criação de novos cursos de ensino superior, o número de alunos está aumentando demasiadamente e o município de Inconfidentes que possui cerca de 7.000 habitantes, aproximadamente, conta com um déficit habitacional muito grande, o que dificulta a permanência dos nossos alunos que em sua maioria são de municípios distantes e de outros estados.

Outro ponto também é o refeitório e também aumento do espaço físico, aumento da capacidade de atendimento no número de refeições. Uma vez que o surgimento de novos cursos do ensino superior reflete no aumento do número de novos alunos, conseqüentemente aumentam os alunos solicitantes de bolsa alimentação, ou mesmo alunos que queiram alimentar-se no refeitório devido o valor acessível dos tickets vendidos na cooperativa.

No campus Machado a demanda de alojamento feminino ou assistência moradia aproximadamente para cem alunos, para auxílio com bolsa remunerada aproximadamente 150 alunos, para a ampliação dessa assistência estudantil de forma a viabilizar a igualdade entre os

---

<sup>30</sup> BRASIL, MEC, SETEC, IFSULDEMINAS, Relatório Sistema E-MEC. Pró-Reitoria de Ensino, jul. 2011

estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão que podemos fazer como assistência estudantil, o Campus propõe: estender o auxílio moradia (financeiro) externa aos alunos carentes do nível superior em forma de assistência sem contrapartida que não a frequência. Estender o auxílio alimentação no campus em forma de assistência alimentação a todos os alunos do curso técnico e aos alunos carentes do nível superior. Estender o auxílio transporte a todos os discentes dos cursos superiores que não possuem meio de transporte próprio e sejam residentes em Machado (integral, diurno e noturno) e para alunos carentes em período de estágio fora da instituição. A área de apoio pedagógico deverá ser dividida em bolsas para os discentes do campus Machado em forma de bolsa atividade, que serão desenvolvidas nas Unidades Educativas de Produção (UEP) e acontecerão fora dos horários das aulas e em bolsa monitoria, que será destinada a atividades de reforço, a grupos de estudo e a atividades culturais, ampliação de estagiários remunerados nas áreas de inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico, contratação de profissionais para ministrar cursos, palestras e atividades relacionadas à assistência estudantil.

A demanda para o Campus de Muzambinho, segundo relatório enviado a Reitoria, perfaz-se na construção de mais alojamentos, incluindo os femininos, para atender também os cursos superiores, auxílio transporte para alunos de baixa renda, aumento no número de bolsas para estágio remunerado, para iniciação científica, profissionais da área de saúde (médico, dentista, enfermeiro, psicopedagogo). Ambulatório equipado para atendimento aos alunos, aumento do número de profissionais para trabalhar nas áreas artística, cultural, esportiva, aumento nas vagas para profissionais da área pedagógica. Construção de outro refeitório, com capacidade para atender um maior número de alunos. Aumentar a oferta da refeição para alunos de baixa renda de cursos que hoje não são atendidos. Ampliação dos espaços de lazer e de cultura como quadras esportivas, piscinas, sala de cinema, anfiteatro, salão de dança. (Brasil, 2011)<sup>31</sup>.

### **3.8. Avaliação e Perspectivas**

As políticas assistenciais no IFSULDEMINAS estruturam-se recentemente por força do Decreto 7234/2010. Anteriormente, como visto, essas ações eram aplicadas sem uma normatização, apenas com orientação da SETEC que fornecia recursos para os alunos das antigas escolas agrotécnicas, no caso, alimentação, transporte urbano municipal e alojamento.

---

<sup>31</sup> BRASIL, SETEC, IFSULDEMINAS, Pró-Reitoria de Ensino. Relatórios de demandas dos Campi. Gestão, implementação e avaliação das ações voltadas a Assistência Estudantil, Pouso Alegre, 19 maio 2011.

Como consta nos relatos acima dos entrevistados, não houve nenhum estudo prévio onde se apontam avaliações das ações afirmativas em prol dos alunos. Não houve também um estudo para se levantar a real necessidade desse público.

Diante das entrevistas pôde-se perceber que a implantação da Política de Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS passou por algumas dificuldades.

Segundo um dos entrevistados, o ineditismo da política é um fator a se considerar nas análises e avaliações do PNAES:

A Política ainda esta em fase de implantação, no entanto já podemos sentir algumas dificuldades, quando ao entendimento por parte da comunidade escolar, isso inclui estudantes, professores e técnicos administrativos, a cerca do que se trata a assistência estudantil (Profissional 1).

Para outro entrevistado, o conservadorismo das antigas Escolas Agrotécnicas Federais dificultou o processo quando perguntado sobre as maiores dificuldades enfrentadas:

Foi o conservadorismo da instituição, não apenas de funcionários mais antigos e/ou de mais idade, como também de recém-chegados no campus. Isto é reflexo de uma sociedade que entende o direito como algo passível de troca, o que vem a se configurar como um favor. Assim, estudar gratuitamente é o limite que o governo poderia oferecer, no pensamento de muitos. Outra concepção conservadora é o entendimento de que a “instituição de ensino deve fornecer apenas o ensino”, e os meios para garantir a presença saudável do estudante no ambiente escolar e nas atividades de pesquisa e extensão, devem ser providenciados sempre às custas do estudante, não importando suas dificuldades. (Entrevista 3)

Para o Pró-Reitor as maiores dificuldades foram vistas em relação aos alunos e não à estruturação da Política:

A dificuldade na divulgação e a falta de iniciativa dos estudantes em organizar a documentação necessária. (Pró-Reitor de Ensino)

Para os entrevistados 5 e 6, a maior dificuldade foi em relação à estrutura de pessoal e qualificação.

No caso do auxílio estudantil, falta de entendimento pela noção de direito, desconhecimento, falta de assistentes sociais na rede, etc.(Profissional 6).

A maior dificuldade está no número de servidores para trabalhar com qualidade dentro da Política. Não adianta normas sem pessoal qualificado. (Profissional 5)

Ao pensar em uma política forte, que realmente cumpra seu papel social que seria, grosso modo, atender àquelas pessoas em vulnerabilidade social. No entanto, as ações desenvolvidas em prol dessa aplicação prática de política nem sempre cumpre a função que se espera. Visando constituir essa visão sobre a política assistencial no IFSULDEMINAS, questionou-se aos entrevistados se a Política Assistencial inaugurada pelo Decreto 7234/2010 atende aos propósitos dos Institutos Federais.

O entrevistado 1 avalia que o PNAES ainda não atende amplamente aos Institutos Federais:

[Atende] Em parte, pois no PNAES não consta o atendimento aos estudantes de EAD e cursos FIC, programas que estão presentes em todos os Ifs. Com relação ao corte de renda de até 1 salário mínimo e meio, alguns Ifs conseguem utilizar este corte de renda, no entanto não é a realidade dos estudantes do IFSULDEMINAS, nossos estudantes tem a renda per capita familiar bem abaixo disso, são pouco estudantes que ultrapassariam este corte. Como o recurso destinado a Assistência Estudantil é pouco, não podemos colocar um corte de renda muito alto, atualmente o corte de renda utilizado é de R\$ 500,00 *per capita*.

Para o Profissional 3, o fato de o PNAES se voltar originalmente para os alunos de ensino superior trouxe alguns dilemas para sua adequação à realidade dos IF, com exposto a seguir:

O fato de estar redigido voltado para as instituições de ensino superior, embora estejam previstos os institutos federais no art. 4º, e mais especificamente o estudante de educação básica no art. 5º. Isto dificulta o entendimento dos servidores dos institutos na implementação do Programa; outra lacuna é a preocupação da gestão à problemática da evasão, que aparece como ação prioritária o recorte econômico (Art. 5º, informando a renda per capita; Art. 4º, § único, relatando como ação à questão da insuficiência das condições financeiras). Ao meu ver o decreto quase que restringe o PNAES à transferência de renda, embora apresente nos objetivos um caráter mais amplo. Embora há uma breve menção dos Institutos, o PNAES precisa se atualizar, incorporando devidamente os institutos. (Profissional 3)

Já na avaliação do Profissional 5, o PNAES consegue atender às necessidades e especificidades do perfil do alunado dos IF:

Estamos em constantes movimentos e as políticas devem sempre ser aprimoradas, porém acredito que o modelo atende sim a forma de ensino adotado pelos Institutos Federais, vez que, cria as condições necessárias para que os estudantes desenvolvam todas atividades possíveis dentro da Instituição. Vale destacar que a Política não beneficia apenas estudantes, mas toda a comunidade escolar. (Profissional 5)

Completa o comentário do Pró-Reitor de Ensino, ao salientar que todos que se encontram em situação de vulnerabilidade social merecem ser assistidos:

Para mim, deveria ter condições de ofertar a assistência a todos os alunos até a finalização do processo de identificação daqueles que estão em vulnerabilidade. Há evasão no início por falta de condições de permanência, uma vez que a característica dos IFs é a inclusão social. (Pró-Reitor de Ensino)

Assim, percebe-se que a intenção ultrapassa a perspectiva de alcançar somente aqueles em situação de vulnerabilidade social e ajudá-los com recursos financeiros imediatos, o que poderia caracterizar um assistencialismo direto que resolve um problema em curto prazo.

Quanto aos critérios de importância para os alunos, os profissionais entrevistados foram unânimes em admitir que a Política Assistencial do IFSULDEMINAS visa exclusivamente a permanência de alunos e diminuir a evasão. Quando perguntados sobre qual a importância do PNAES para o IFSULDEMINAS e para os alunos, os entrevistados assim se manifestaram:

No controle da evasão e oportunidades aos alunos para permanência e êxito, além de possibilitar outras ações externas à instituição. (Pró-Reitor de Ensino)

A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos discentes do IFSULDEMINAS, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial. (Profissional 1)

Garantir a permanência dos mesmos nas atividades educacionais e melhorar a qualidade de vida dos mesmos no âmbito institucional. (Profissional 6).

Penso que a maior importância para os Institutos além de estar relacionada ao acesso a educação está nas condições ofertadas para que os estudantes se mantenham na Instituição, evitando assim a evasão escolar. (Profissional 5)

O Profissional 3 parece apresentar uma visão mais ampliada sobre a concepção de Assistência na Educação, articulando a assistência estudantil à formação da cidadania:

É muito importante reconhecer que conceitos estão mudando para melhor. O conceito de Saúde, através das Conferências Nacionais, alterou-se. Trabalhamos, assim, com um conceito de saúde ampliada. E, neste momento atual, falando especificamente sobre a educação, também acreditamos na educação ampliada. É necessário para o processo educativo, profissionais e estratégias voltados ao apoio de estudantes. Apoio que não se esgota no bom desempenho acadêmico, mas em uma formação humana e cidadã de indivíduos. (Profissional 3)

Acredita-se que é preciso ir além do mero repasse de verbas aos estudantes para se garantir a permanência e a continuidade do aluno na Instituição. Como bem disse o profissional 3, é necessário que se desenvolvam políticas afirmativas em prol da Educação, embora ainda não se conheçam os próximos passos a seguir.

Com base nos depoimentos dos entrevistados e pelo pouco tempo de implantação do PNAES no IFSULDEMINAS ainda não é possível proceder a uma avaliação sobre os efeitos e resultados das ações desenvolvidas nas condições de acesso e permanência dos alunos beneficiados.

A despeito dessa condição, solicitou-se aos entrevistados que exarassem sua opinião sobre o que seria uma política ideal para os alunos do IFSULDEMINAS:

O Pró-Reitor de Ensino externou seus desejos para a Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS no curto prazo:

Pretendemos a implantação do auxílio inicial a todos os estudantes e a implantação do auxílio médico-odontológico. (Pró-Reitor de Ensino)

A questão da universalização da Política apontada pelo pró-reitor foi também compartilhada pelo profissional 1:

A Política de Assistência Estudantil ideal seria aquela que atendessem a todos os estudantes em suas necessidades, sejam elas, financeiras ou não. (Profissional 1).

Já a adesão dos profissionais envolvidos e o entrosamento da equipe foram elementos destacados por um dos entrevistados, como expressa o trecho de seu depoimento apresentado a seguir:

Uma política de assistência estudantil ideal possui entre os funcionários bastante unidade e valores em comum; legitimidade dos profissionais que não fazem parte diretamente da Política; tem uma prática sistematizada frequente, para que as demandas apresentadas aos profissionais não sejam tratadas como isoladas e sim articuladas enquanto Política. A proximidade com a Política está no fato de ser esta a proposta a ser alcançada, entretanto é necessário maior entrosamento, amadurecimento interdisciplinar e mais profissionais para atingirmos esta meta. (Profissional 3)

O profissional 4 completa que não consegue ainda vislumbrar um ideal de Política Assistencial:

Acho muito complicado trabalharmos com tipo ideal, como já disse, essa política integra uma política pública, portanto com uma finalidade própria, mas temos que nos orientar sempre no olhar ao estudante no atendimento das necessidades que se apresentam considerando-os como indivíduos sociais. (Profissional 4)

Visualizar uma política ideal não parece ser uma missão das mais fáceis, pois exige considerar inúmeros fatores que somente um estudo detalhado é capaz de revelar. E como foi visto, no IFSULDEMINAS ainda não se tem esse estudo.

Aprimorar o que é desenvolvido e corrigir as falhas de determinados projetos são ações que sempre tem de estar em mente de quem se predispõe a gerir um projeto. No IFSULDEMINAS não pode ser diferente. Assim, os profissionais envolvidos estipulam metas que devem ser alcançadas para o sucesso das ações. Nessa direção, os entrevistados apontaram um conjunto de necessidades para o aperfeiçoamento da Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS:

Para que a Política de Assistência estudantil seja implementada com maior eficácia é necessário mais profissionais – assistentes sociais, psicólogos e pedagogos – e capacitação. (Profissional 1)

A perspectiva e a legitimação dessa política no IFSULDEMINAS, no entendimento da centralidade do estudante no espaço institucional. E para o momento finalizarmos o documento que integrará as nossas diretrizes para

que se fundamente qualitativamente nossas ações. (Profissional 4)

Ter um sistema único informatizado para facilitar tanto a inscrição dos estudantes, quanto a avaliação e acompanhamento dos assistentes sociais no que concerne o Auxílio Estudantil; aglutinar iniciativas isoladas das áreas de Esporte e Cultura no Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura; estender o Programa de Assistência à Saúde de Inconfidentes para outros campi, inclusive nas especialidades profissionais de saúde; implementar com maior impacto o Programa de Incentivo à Formação de Cidadania; estimular outros setores e coordenadorias a se inteirarem das deliberações dos profissionais que estão diretamente relacionados a Política de Assistência Estudantil etc. (Profissional 3)

Minha perspectiva é que a Política possa se tornar cada vez mais inclusiva, através de medidas que promovam assistência integral ao educando, oferecendo um programa que mantenha o acesso e permanência do estudante em nosso Instituto. (Profissional 5)

Caminhamos pela aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS o que proporcionará maior atuação e implementação de ações não âmbito institucional. (Profissional 6)

Diante da fala dos entrevistados, pode-se observar que os profissionais veem a Assistência Estudantil com boas perspectivas de ampliação. Interessante a fala do Profissional 3 que vê na informatização das ações um caminho a ser seguido. Certamente essa seria uma das primeiras ações a se desenvolver para que se viabilize uma avaliação das ações desenvolvidas.

Os sistemas de informática atualmente possibilitam a preparação de relatórios estatísticos que facilitam a leitura dos resultados práticos obtidos mediante as ações. A interligação entre todos os Campi e Reitoria através de um sistema parece uma necessidade bem propícia, uma vez que a transparência pública e a otimização dos resultados seriam fatores evidentes na aplicação das ações voltadas à Assistência Estudantil.

A qualificação profissional também parece uma preocupação dos profissionais, que veem na capacitação uma eficiente estratégia de melhorar as políticas assistenciais. Pelo que se pode notar na “Tabela 1 Caracterização dos participantes do Estudo”, nesse capítulo, nenhum dos profissionais entrevistados tem cursos específicos na área assistência de Educação.

Parece louvável qualquer atitude dos gestores voltada a investir em capacitação, modernização das ferramentas de trabalho e aumento do quadro de servidores ligados à

assistência estudantil. Pois desse modo garante-se o cumprimento de um princípio básico da Administração Pública: a Eficiência.

A Assistência Estudantil não deve ser vista apenas como uma política que repassa valores, auxílios e benefícios. A visão interessante de um dos entrevistados mostra que ainda se tem mais ações a desenvolver, faltando apenas estrutura para isso:

Hoje a assistência estudantil, tem se limitado aos Programas de Auxílio Estudantil nas modalidades: moradia, alimentação, transporte, material-didático e emergencial. Também tem o auxílio para participação de eventos acadêmicos. Algumas ações no sentido do atendimento aos estudantes com necessidades especiais também se iniciaram. Mas ainda não temos as Diretrizes próprias da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, ainda estamos no processo de construção deste documento que com certeza nos ajudará na ampliação das ações e na fundamentação delas também. É importante destacar que a grande demanda que se apresenta no Programa Auxílio Estudantil e todo o processo de concessão e avaliação deste Programa e o número reduzido de profissionais também contribui para que as ações no âmbito da Política Estudantil se limitem apenas ao desenvolvimento desse Programa. (Profissional 4)

Diversos depoimentos ressaltam a incompletude das ações, pois ainda são aplicados em partes ou incompletos no IFSULDEMINAS, por falta de estrutura, como permitem observar os depoimentos abaixo:

Atualmente, como a Política de Assistência Estudantil ainda não foi finalizada, ainda não estamos trabalhando com todos os Programas contidos na Política. O Programa Auxílio Estudantil é o mais utilizado, no entanto o Programa Auxílio Participação em Eventos, também é bastante utilizado pelos estudantes, além do Apoio às Visitas Técnicas e do Programa de Apoio a Pessoa com Necessidades Especiais. (Profissional 1)

O fato de o PNAES estar redigido voltado para as instituições de ensino superior, embora estejam previstos os institutos federais no art. 4º, e mais especificamente o estudante de educação básica no art. 5º. Isto dificulta o entendimento dos servidores dos institutos na implementação do Programa; outra lacuna é a preocupação da gestão à problemática da evasão, que aparece como ação prioritária o recorte econômico (Art. 5º, informando a renda per capita; Art. 4º, § único, relatando como ação à questão da insuficiência das condições financeiras). Ao meu ver o decreto quase que restringe o PNAES à transferência de renda, embora apresente nos objetivos um caráter mais amplo. O PNAES deveria ter elucidado melhor as atividades que poderiam ser desempenhadas pelos profissionais Técnico-Administrativos, Classe E, que atuam mais diretamente à Direção Pedagógica de cada campus. (Profissional 3)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir a permanência dos alunos na instituição, combater a evasão, propiciar condições dignas e salutaras de estudo aos alunos da rede pública federal são, certamente, propósitos do PNAES. Como visto, esse plano, idealizado no âmbito do REUNI, vem se caracterizando diuturnamente em ações mais cada vez mais concretas e positivas.

Essa dissertação revelou a importância das políticas de assistência estudantil para a educação em nível médio, técnico/tecnológico ou superior, como um mecanismo para garantir condições justas de permanência nesses níveis de ensino. Acredita-se que que essas políticas estão contribuindo cada vez mais para a equidade na educação superior, visto que possibilitam minimizar as diferenças de ordem socioeconômica, pedagógica, psicológica e cultural.

Por não haver um conceito pré-estabelecido sobre assistência estudantil, neste estudo a noção de assistência estudantil adotada tem por referência os aspectos socioeconômicos, apoio social (transporte, alimentação, saúde, moradia), desempenho acadêmico (inclusão digital, bibliotecas, auxílio eventos, e estágios remunerados), acompanhamento psicopedagógico, materiais e equipamentos, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte).

Depois de todas as considerações feitas sobre a trajetória do Ensino Técnico e Tecnológico no Brasil, suas dificuldades e superações, não seria ponderável considerar que o rol de benefícios descritos no artigo 3º do Decreto 7234/2010 também fossem estendidos a esta modalidade de ensino?

O Ensino técnico certamente é uma ferramenta de grande valia no empoderamento da economia brasileira, assim como ao próprio trabalhador, uma vez que propicia conhecimento técnico específico para os seus demandantes. Fica obvio assim, que a iniciativa de criação dos Institutos Federais – que integra um conjunto de medidas normativas que visa à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – do atual governo, que o tem como um dos mais importantes componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia representam uma ação corroborativa para o desenvolvimento da economia do país. Entretanto, essa política criada às pressas, através da Lei 11.892/2008, sem um estudo próprio, sem políticas e diretrizes claras

trouxe consigo também as dificuldades próprias de ações mal estruturadas. Como reflexo dessa má estruturação, veem-se notícias atuais de greves dos servidores públicos, que relatam a falta de estrutura para trabalho e das condições salariais.

O crescimento desordenado da Rede Federal de Ensino propiciou que as ações públicas para corrigir erros de planejamento também tivessem esse caráter de “remendo”. Assim fica claro que não adianta apenas aumentar vagas, Campi, servidores sem um planejamento estratégico claro. Assim, o PNAES, de uma forma ainda que mal estruturada, auxiliou a solidificação dos Institutos Federais, porém não resolveu seu problema como um todo.

A assistência estudantil, como visto na abordagem feita, foi concebida com caráter assistencialista para socorrer aqueles alunos matriculados no Ensino Superior e que não podiam viver às suas próprias expensas. Esses alunos não contavam oficialmente com apoio do Governo, como inicialmente o Ensino Fundamental e posteriormente o Ensino Médio contam.

Assim, as ações assistenciais para o Ensino Superior sempre foram tímidas e isoladas, considerando que cada Universidade Pública administrava um tipo de política que visasse à permanência de seus alunos.

A partir do estudo feito na documentação pesquisada e nos depoimentos obtidos, podem-se inferir algumas considerações a respeito da assistência estudantil no IFSULDEMINAS, vamos a elas.

Os programas de Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS são recentes como política estruturada em documento legal, ou seja, o ineditismo do Decreto 7.234/2010 corroborou e oficializou as ações que antes eram praticadas de forma isolada em cada um dos campi. No IFSULDEMINAS o programa completou seu primeiro ano em 2011. Embora novo e recém estruturado o programa apresentou falhas que já foram percebidos pelos gestores e servidores e no seu segundo ano, 2012, tentou-se corrigir, cujos resultados ainda não são tateis para uma análise definitiva, permite-se apenas algumas considerações.

Percebeu-se que embora os profissionais e gestores tenham empenhado grandes esforços na execução do programa, os resultados ainda não são os esperados. Tem-se como embasamento de ações apenas um Decreto para os Institutos trabalharem. Não há diretrizes claras do Governo, todavia, poderiam argumentar que essas diretrizes devem ser estipuladas pelas próprias instituições de acordo com o contexto em que está inserida a Instituição. Entretanto, isso também não foi considerado como orientação oficial. Assim, coube a cada

Instituto “tentar acertar” as ações, o que parece totalmente inconcebível em se tratando de política pública afirmativa.

Além desta nuance, percebeu-se durante a pesquisa que não há dados estatísticos reais para se conceder os benefícios. O IFSULDEMINAS não tem oficialmente um estudo que mostre a realidade da região atendida. Um exemplo claro seria o critério da renda *per capita* dos alunos do IFSULDEMINAS. Como visto, o Decreto 7.234/2010, trata no artigo 5º que para ser beneficiário da Assistência Estudantil a renda família *per capita* do estudante tem de ser um salário mínimo e meio. Entretanto, como observado nas falas dos profissionais e do gestor, o Instituto adotou em 2011 o critério de meio salário mínimo o que propiciou um número baixíssimo de beneficiários 183 (2,18%) dos alunos e em 2012 adotou como renda de R\$500,00 (quinhentos reais) por pessoa da família para ser selecionado, o que proporcionou um número bem maior de beneficiários: 4,68% dos alunos. Como se observou, nenhum estudo ou dado estatístico foi usado para se estipular a renda dos habitantes sul mineiros. Acredita-se que sem um estudo válido qualquer critério divisor de renda *per capita* será justo. Esses critérios têm de ser baseados em estudos próprios para se justificar as diferenças em relação ao que a legislação estipulou.

Um fato interessante apontado na fala dos profissionais foi a questão do conservadorismo ainda existente na Instituição. É notório que ainda há resquícios de disputa de poder entre os Campi mais antigos, uma vez que eram Escolas Agrotécnicas Federais tradicionais e, a disputa de poder entre elas sempre foi uma realidade ainda que não velada. Um profissional apontou essa dificuldade na implantação do PAE.

Apesar de se tratar de uma política pública vertical, ou seja, há uma hierarquia que estipula para seus entes descentralizados as ações e recursos aplicáveis essa hierarquia se mostra flexível. No caso em comento, cada um dos Campi utiliza indistintamente os critérios de concessão pertinentes, como no caso do alojamento feminino, alguns Campi já ofereciam alojamento feminino outros não, mesmo diante da aplicação do PNAES alguns Campi continuaram a oferecer apenas alojamento masculino. Paulatinamente, como visto nas entrevistas, esses métodos vêm sendo revertidos com a construção de novos alojamentos para os alunos e alunas.

Importante aqui tratar que durante o levantamento de dados em 2011, o Campus de Muzambinho exigia o cumprimento dessas 12 horas semanais em forma de trabalho para os alunos beneficiários de programas assistenciais, isso era tradicionalmente concebido e aplicado. A partir de 2011, começou-se a mudar essa realidade, com a orientação do Pró-

Reitor de Ensino, no qual estipulou aos Campi que não se exigisse dos alunos qualquer forma laboral de compensação pelo benefício disponibilizado.

Observou-se ainda que os profissionais de assistência estudantil não dispõem de ferramentas modernas para auxiliá-los na execução da Política de Assistência Estudantil. Conforme relatado, um dos entrevistados sugeriu que fosse viabilizado um programa de informática capaz de criar um banco de dados com informações capazes de criar relatórios, dados estatísticos que facilitassem e unificassem o trabalho dos profissionais envolvidos com o PAE.

Apesar de este ser o segundo ano de implantação efetiva do PNAES no IFSULDEMINAS percebe-se que o Instituto tem um longo caminho a percorrer. A maioria dos profissionais destacou a falta de capacitação profissional específica para o grupo. Acreditam que lidariam com mais facilidade no processo contínuo de criação e aprimoramento das ações voltadas a garantir o acesso e permanência digna dos alunos na Instituição.

A despeito de não haver estudos próprios que comprovem a eficácia do programa, é importante ressaltar que nesses dois anos de PNAES no IFSULDEMINAS muitos alunos foram beneficiados, pois o sucesso de uma política não é apenas alcançar números e sim alcançar pessoas e mudar realidades, no caso do PNAES garantir a permanência e acesso à Educação. Ainda que se tivesse comprovado que apenas um aluno do IFSULDEMINAS não abandonou seu curso, pois obteve apoio do PNAES seja com alimentação, transporte ou moradia, a ação teria alcançado um resultado.

Infelizmente por ser tão recente, ainda não é possível obter mensurar os resultados do PNAES. Porém, é real o dado que consta que mais de mil alunos já foram auxiliados nesses dois anos de implantação da Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS. Ainda que essas ações podem ainda não ter sido essenciais, mesmo que parcial, alcança-se o resultado esperado quando se minimizam os efeitos maléficos da falta de estrutura que assombra a Educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R.; MAHONEY, A. A. (orgs.). **Henri Wallon: psicologia e educação**. São Paulo: Loyola, 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma avaliação do governo Lula: políticas sociais e área institucional**. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11526/6255>. Acesso em Junho de 2012.

ANDIFES, **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: Andifes 2008. Disponível em: <http://www.sac.ufscar.br/assistenciaestudantil.pdf>. Acesso em 02 dezembro 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo, Ed. Boitempo, 2000.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BASTOS, João Augusto. A Educação Tecnológica: conceitos e perspectivas. In: Tecnologia e Interação. Curitiba, CEFET-PR, 1998, p.11-30

BIAGINI, Jussara. Revisitando momentos da história do Ensino Técnico. Disponível em [http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1713.htm#\\_ftn2](http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1713.htm#_ftn2). Acesso em 25 fev. 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em 1º julho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em 10 dezembro 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 8.319 - de 20 de outubro de 1910**. Créa o Ensino Agrônomico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/417045.pdf>. Acesso em 23 janeiro 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em 12 abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. acesso em 6 janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm). Acesso em 15 fevereiro 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto lei nº 4.073 - de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>. Acesso em 19 março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 9.613 de 20 de Agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>. acesso em 24 fevereiro 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em 20 de março 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). acesso em 1 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm). Acesso em 23 maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm). Acesso em 23 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em 30 maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.892 de 28 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação, SETEC, IFSULDEMINAS, **Orçamento Público da União** Setor Contabilidade da Reitoria.

\_\_\_\_\_, MEC, SETEC, IFSULDEMINAS, **Relatório Sistema E-MEC**. Pró-Reitoria de Ensino, jul. 2011.

\_\_\_\_\_, MEC/COAGRI. **Lema do ensino agrícola**. DF, 1985.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação, SETEC, IFSULDEMINAS, Pró-Reitoria de Ensino. **Relatórios de demandas dos Campi**. Gestão, implementação e avaliação das ações voltadas a Assistência Estudantil, Pouso Alegre, 19 maio 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação, SETEC, IFSULDEMINAS. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório Final** – Setores de Serviço Social dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre, 14 abr. 2011.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Institutos Federais** – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option>. Acesso em 10 julho 2012.

\_\_\_\_\_, MEC/SEMTEC. **Educação média e tecnológica: fundamentos, diretrizes e linhas de ação**. Brasília, 1994.

MEC. Programa Universidade para Todos. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em 18 de julho de 2012

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Recursos destinados ao PNAES**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12498:programas-e-acoes&catid=191:sesu&Itemid=820](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498:programas-e-acoes&catid=191:sesu&Itemid=820). Acesso em 20 out. 2011.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Tecnológica. **Centenário da Educação Brasileira**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em fev. 2012.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural - traços de uma trajetória**. In: Therrien e Damasceno (Orgs). Educação e escola no campo. Campinas, Papirus, 1993, p. 18

CUNHA, L. A. Campus Universitário: Opções ou Destino? In: MORHY, L. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003. Educación para Todos, Satisfacción de las Necesidades Basicas de Aprendizaje. Jomtien, Tailandia, mar. 1990. Disponível em: [www.sed.sc.gov.br/.../419-proposta-curricular-educacao-e-trabalho](http://www.sed.sc.gov.br/.../419-proposta-curricular-educacao-e-trabalho)> Acesso em 05 mar 2012.

FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis** - Moradia Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES. Maceió, 1995.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania e Formação Técnico-Profissional**: desafios neste fim de século. In:

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005

IAMAMOTO, M. V. **Os caminhos da pesquisa em Serviço Social**. In: XI encontro nacional de pesquisadores em serviço social, ABEPSS, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ABEPSS, 2004

KINZO, M. G. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec. [online]. v.15, n.4, 2001. p. 3-12. ISSN 0102-8839. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002). Acesso em: 10 de dez 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, C. **A Arte da Participação e a Participação pela Arte**: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. Serviço Social em Revista. Londrina: UEL, v. 5, n.1, jul/dez., 2002.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, Valberes Bernado do (org.). **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras**. Brasília: Andifes 2008. Disponível em: [http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=75:perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&Itemid=58](http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&Itemid=58). Acesso em 30 novembro 2011.

OLIVEIRA, A. J. B. **Das ilhas às Cidades** – A universidade visível: A longa trajetória para a escolha do local a ser construída a cidade universitária da Universidade do Brasil. Revista Contemporânea de Educação, v.1. 2006.

PACHECO, Eliezer. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em 10 dezembro 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 5. ed. São Paulo, Loyola, 1987. p. 127.

PALMA, A.; MATTOS, U.A.O. (2001) **Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol.8, nº 3, Set./Dez. 2001.

PAULA, Lucilia A. L.; REIS, Érika R.; ALMEIDA, Marilze C. L.; PORPHIRIO, Virginia M. T. T.; FREITAS, Sonia M. P.; COSTA, R. S. **Educação Profissional e qualidade de ensino: investigando a relação família-escola na Rede Técnica Federal.** In. Anais do I Simpósio Pedagógico e Pesquisas em educação: Perspectivas da educação na contemporaneidade. Rio de Janeiro, 2006.

PETEROSSO, Helena Gemignani. **Formação do professor para o ensino técnico.** São Paulo, Edições Loyola, 1994. p. 35

RIBEIRO, Maria Luiza. **História da educação brasileira - a organização escolar.** 13ª ed. Campinas, Autores Associados, 1993. p. 87.

SAMPAIO, J. ARAÚJO JR. J. L. **Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo de prevenção em AIDS.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, V. 6, n. 3, jul/set 2006.

SANDRONI, Paulo, (org.) **Novo dicionário de economia.** 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SÃO PAULO. **Documento de Referência para a Conferência Mundial sobre a Educação Brasileira.** Alesp. Disponível em: <http://www.alesp.gov.br>. Acesso em abril 2012.

SILVA, Luiz Heron (org.). **Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais.** Porto Alegre: Sulina, 1996.

SGUISSARDI, V. (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

SOBRAL, Francisco José M. **Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil.** In \_\_\_\_\_ Revista Brasileira de Educação Tecnológica, Brasília, vol. 2, 2009.

TIGRINHO, L. M. V., **Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior.** Set/2008. Disponível em: [http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=649:evasao-escolar-nas-instituicoes-de-ensino-Superior&catid=135:173&Itemid=21](http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=649:evasao-escolar-nas-instituicoes-de-ensino-Superior&catid=135:173&Itemid=21). Acesso em 05/06/2012.

UNE. **União Nacional do Estudantes.** Disponíveis em: <http://www.une.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2011

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior: declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação; marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior.** Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

## **APÊNDICE 1:**

### **Roteiro de entrevistas GESTORES (Reitor e Pró-Reitor de Ensino)**

#### **I. IDENTIFICAÇÃO/ PERFIL:**

1. Nome:
2. Cargo:
3. Tempo que ocupa o cargo:
4. Formação profissional (ver graduação e pós-graduação):
5. Tempo que está na instituição (incluir período anterior à criação do IF)

#### **II. CONCEPÇÕES e HISTÓRICO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:**

6. O que entende por assistência estudantil?
7. Na sua opinião, que necessidades ela visa a atender?
8. Quando a assistência estudantil foi implantada no IF?
9. Nesse primeiro momento, a quem ela se destinava e quais foram as ações/ benefícios oferecidos?
10. Antes da criação do IF, as escolas agrotécnicas já desenvolviam ações de assistência estudantil? Como eram feitas? Seguiam a que recomendações?
11. Qual é a sua opinião sobre o PNAES?
12. Como foi a adesão do IF ao PNAES?
13. O que motivou a adesão do IF a esse programa?
14. Considerando que o PNAES é voltado prioritariamente aos alunos do ensino superior, como ele tem sido concebido (e implantado) para os alunos do Ensino Médio Técnico? Como fica a assistência estudantil para os alunos dessa modalidade de ensino após a criação da PNAES?
15. De que forma as ações de assistência estudantil anteriores têm sido incorporadas e/ou influenciam a atual política de assistência estudantil no IF?
16. Como tem se dado a transposição das políticas anteriormente existentes das antigas escolas agrotécnicas, para o modelo de Instituto Federal nos anos de 2008 a 2010 e novo modelo implantado em 2011 de acordo com Decreto 7234/2010 (PNAES)?

17. Foi feito algum estudo para conhecer as demandas e necessidades dos alunos? Em caso positivo, quais os resultados? (SOLICITAR DOCUMENTOS).

18. Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo?

### **III. A OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO IFSULMINAS**

19. Que atividades de assistência estudantil são atualmente oferecidas aos alunos do ensino médio técnico no IF?

20. Quais os critérios de seleção/ elegibilidade para cada uma dessas ações?

21. Qual o perfil desses alunos? (SOLICITAR DOCUMENTOS, SE HOVER)

22. Como está organizada a assistência estudantil para esse segmento no IF?

23. Quais são os profissionais envolvidos? O que compete a cada um deles?

24. Quantos são os alunos atualmente beneficiários dos programas de assistência estudantil do IF?

25. Existem alunos que têm demandas ou necessidades percebidas e não são cobertos pelas atividades atualmente oferecidas?

### **IV. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**

26. Quais foram as maiores dificuldades observadas na implantação da política de assistência estudantil no IFSULDEMINAS?

27. Para você, os critérios de seleção dos beneficiários atingem a função que se espera? Eles atendem o critério de igualdade? São considerados “justos”, poderiam ser melhorados de que forma?

28. Na sua concepção, o modelo de assistência estudantil implantado em 2010 pelo PNAES atende ao modelo de ensino adotado nos Institutos Federais? Por quê?

29. Qual a importância desta política para o IFSULDEMINAS e para os alunos?

30. O que seria uma política de assistência estudantil ideal e qual a proximidade desta com a política adotada no IFSULDEMINAS?

31. Quais as perspectivas e propostas de aprimoramento da política de assistência estudantil no IFSULDEMINAS?

## APÊNDICE 2

### **Roteiro de Entrevistas** **GESTORES (Reitor e Pró-Reitor de Ensino)**

#### **I. IDENTIFICAÇÃO/ PERFIL:**

1. Nome:
2. Cargo:
3. Tempo que ocupa o cargo:
4. Formação profissional (ver graduação e pós-graduação):
5. Tempo que está na instituição (incluir período anterior à criação do IF)

#### **II. CONCEPÇÕES e HISTÓRICO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:**

6. O que entende por assistência estudantil?
7. Na sua opinião, que necessidades ela visa a atender?
8. Quando a assistência estudantil foi implantada no IF?
9. Nesse primeiro momento, a quem ela se destinava e quais foram as ações/ benefícios oferecidos?
10. Antes da criação do IF, as escolas agrotécnicas já desenvolviam ações de assistência estudantil? Como eram feitas? Seguiam a que recomendações?
11. Qual é a sua opinião sobre o PNAES?
12. Como foi a adesão do IF ao PNAES?
13. O que motivou a adesão do IF a esse programa?
14. Considerando que o PNAES é voltado prioritariamente aos alunos do ensino superior, como ele tem sido concebido (e implantado) para os alunos do Ensino Médio Técnico? Como fica a assistência estudantil para os alunos dessa modalidade de ensino após a criação da PNAES?
15. De que forma as ações de assistência estudantil anteriores têm sido incorporadas e/ou influenciam a atual política de assistência estudantil no IF?
16. Como tem se dado a transposição das políticas anteriormente existentes das antigas escolas agrotécnicas, para o modelo de Instituto Federal nos anos de 2008 a 2010 e novo modelo implantado em 2011 de acordo com Decreto 7234/2010 (PNAES)?

17. Foi feito algum estudo para conhecer as demandas e necessidades dos alunos? Em caso positivo, quais os resultados? (SOLICITAR DOCUMENTOS).

18. Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo?

### **III. A OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO IFSULMINAS**

19. Que atividades de assistência estudantil são atualmente oferecidas aos alunos do ensino médio técnico no IF?

20. Quais os critérios de seleção/ elegibilidade para cada uma dessas ações?

21. Qual o perfil desses alunos? (SOLICITAR DOCUMENTOS, SE HOVER)

22. Como está organizada a assistência estudantil para esse segmento no IF?

23. Quais são os profissionais envolvidos? O que compete a cada um deles?

24. Quantos são os alunos atualmente beneficiários dos programas de assistência estudantil do IF?

25. Existem alunos que têm demandas ou necessidades percebidas e não são cobertos pelas atividades atualmente oferecidas?

### **IV. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**

26. Quais foram as maiores dificuldades observadas na implantação da política de assistência estudantil no IFSULDEMINAS?

27. Para você, os critérios de seleção dos beneficiários atingem a função que se espera? Eles atendem o critério de igualdade? São considerados “justos”, poderiam ser melhorados de que forma?

28. Na sua concepção, o modelo de assistência estudantil implantado em 2010 pelo PNAES atende ao modelo de ensino adotado nos Institutos Federais? Por quê?

29. Qual a importância desta política para o IFSULDEMINAS e para os alunos?

30. O que seria uma política de assistência estudantil ideal e qual a proximidade desta com a política adotada no IFSULDEMINAS?

31. Quais as perspectivas e propostas de aprimoramento da política de assistência estudantil no IFSULDEMINAS?